FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;

Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

TOMO QUARTO.

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1932.

N.º 1

FEIRA DA LADRA

Fêz-se uma tiragem especial
de 8 exemplares
em papel de linho azul

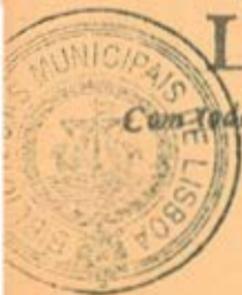
FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;

Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

TOMO QUARTO.

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1932.

Três anos depois

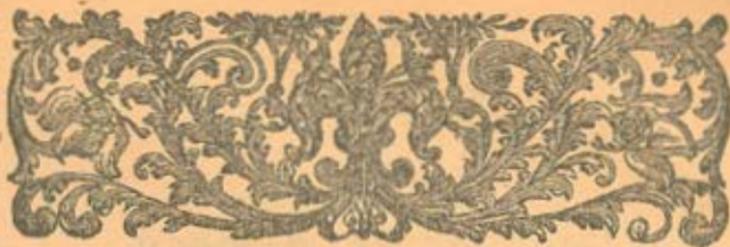
Entra hoje esta revista no seu quarto volume, num país em que a maioria delas nem ao quarto número chega.

Olhâmos o caminho andado e, com franqueza, não achâmos de que nos penitenciar. Se nem sempre preenchemos o programa arvorado, ao menos procurámos acertar, a-pezar-dos multiplicados contratempos que se nos antepuseram.

Ainda assim, uma grata compensação nos aligeirou o encargo: é que veio ao nosso encontro, do país e de fora dêle, um grupo de amigos e até desconhecidos, ajudando-nos a levar o navio a bom pôrto, isto é, pondo da melhor vontade a sua pena ao dispôr da *Feira da Ladra*, com um desprendimento digno de registo numa época em cada indivíduo representa um egoísmo e um bloco de interêsses e ambições.

A todos êsses nos confessâmos devedores do êxito da revista; com êles contâmos; a êles endereçamos-os nossos agradecimentos, que também englobam quantos teem contribuído para a prosperidade desta publicação.

O Director

O Editor

A TRIPEÇA HUMANA

Á em dois dos meus livros (1) me ocupei largamente de um monstro português vivo que possuia três membros inferiores.

Trata-se de João Baptista dos Santos, que nascera no Algarve em 5 de Setembro de 1845 e que possuia um membro inferior supranumerário, situado entre os dois normais. A terceira perna terminava por um pé duplo, com dez dedos.

O célebre monstro português percorreu a Europa,

---

(1) *J. A. Pires de Lima*—As anomalias dos membros nos Portugueses. Pôrto, 1927—Pág. 84.

—*Idem*—Vícios de conformação do sistema uro-genital. Pôrto 1930. Pág. 134.

exibindo-se publicamente, sendo muitas vezes observado por diversos sábios.

Quando chegou ao estado adulto, o nosso monstro tinha 1,m65 de estatura, e ostentava em duplicado o seu aparelho sexual.

Quando tinha sete meses, seus pais fizeram um contrato com um inglês, que o levou, como empresário, para ser exibido em diferentes cidades da Europa.

Em 1864 voltou a ser contratado por novos empresários e seguiu em nova peregrinação.

João Baptista dos Santos ainda hoje tem família no Algarve. Segundo informações que pude colher de um velho irmão do monstro, Joaquim dos Santos, o *Pulga*, de Faro, e de um seu cunhado, João Baptista casou em Inglaterra, onde deixou mulher e filhos; morreu assassinado, segundo uma versão, ou das conseqüências de uma operação, segundo outros. Muitos cirurgiões e teratologistas se ocuparam da morfologia estranha de João Baptista dos Santos. Lorthioir, de Bruxelas, publicou em 1901, no *Journal de Chirurgie* daquela cidade, uma extensa observação, baseada em dados fornecidos pelo Professor May Figueira, de Lisboa. Ilustra o trabalho uma gravura que reproduz uma fotografia que possuo. Esta prova, assim como a dum outro aspecto do Santos, foram-me gentilmente oferecidas pelo meu ilustre colega e amigo Prof. Celestino da Costa, parente do velho Prof. May Figueira. Conta Lorthioir que o monstro não pôde ser exibido nem convenientemente estudado em Lisboa por a isso se oporem as autoridades civis, ¡que reputavam a exibição como ofensiva da moral!

Como se estava ainda tão longe da era do nudismo integral...

Nos meus citados livros informo que é muito extensa a bibliografia relativa à "Tripeça humana" e menciono

todos os trabalhos meus conhecidos, que ao assunto se referem.

Posso agora acrescentar mais dois: Um deles é um tratado polaco de teratologia(*Potwory i ich rozwój*, por Jan Tur, de Varsóvia), que reproduz uma gravura inserta no manual de teratologia de Guinard, desenho que representava J. B. Santos ainda criança.

A outra memória científica sôbre o famigerado monstro li-a recentemente no "Diário do Govêrno" de 15 de Setembro de 1845.

¡Uma memória científica no "Diário do Govêrno"? exclamará o leitor assombrado! Pois é verdade: o nosso jornal oficial tinha outrora um aspecto bem diverso do que tem hoje. Além da parte oficial, que tinha o mesmo caracter que tem hoje, o "Diario do Governo" tinha uma extensa parte extra-oficial, com noticiário nacional e estrangeiro e matérias variadíssimas, até de caracter científico.

"O Diário do Govêrno" de há oitenta anos parecia-se bastante com as gazetas políticas de agora, com a vantagem de não ter artigo do fundo..,

O trabalho referido é uma carta escrita em 9 de Setembro de 1845 por um médico de Faro, que não declara o seu nome.

Êsse médico fôra chamado no dia 5 dêsse mês para ver uma criança recem-nascida, que tinha vindo á luz com três pernas.

O médico foi solicitado pela família da criança "para lhe cortar a perna que trazia de mais".

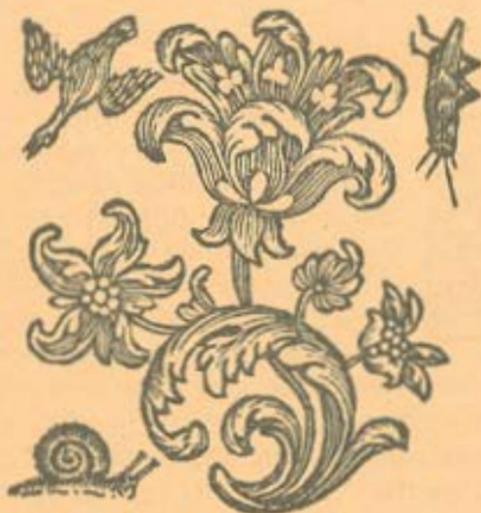
O desconhecido clínico publicou no "Diário do Govêrno" uma descrição minuciosa do monstro, tal como se apresentava quatro dias depois de nascer.

Essa observação foi depois transcrita na excelente "Gazeta Médica do Pôrto", 3.º vol., 30 de Setembro de 1845.

Possuo ainda a fotografia de um outro caso do

mesmo género: compete a uma rapariga que tinha nada menos de duas pernas supranumerárias.

Esta menina quadrúpede, segundo me informou o Prof. Sousa Júnior, que me ofereceu a fotografia, exibia-se há anos em Manteca (Califórnia).

J. A. Pires de Lima
Director do Inst. de Anatomia da Fac. de Medicina do Porto

ÚLTIMAS VONTADES DE BROTERO

UM dos primeiros dias de Janeiro de 1816, "apareceu presente» no escritório do tabelião Tomaz Isidoro da Silva Freire, em Lisboa, o lente de botânica jubilado e naturalista insigne, dr. Félix de Avelar Brotero. Por via de regra, os velhos testam no inverno: o desconfôrto ambiente, a desnudez da natureza, o frio arrepiante que lhes congela o sangue dessorado, criam-lhes na alma um pessimismo amargo, deparam-lhes a *imago mortis* inexorável. Ora Brotero, com os seus setenta e três, sentia-se velho, quebrado de ânimo e fôrças, e ia fazer o seu testamento. Alem das funções públicas que exercitara e consignou nesse documento, era ainda cavaleiro professo na ordem de S. Bento de Aviz. Morava em Alcolena, nas arribas de Belém e estava, segundo declarou e eu creio, em seu perfeito juizo.

Passado c testamento, devidamente «cerrado e cosi-

do», às mãos do funcionário, na presença de quatro testemunhas possivelmente seus amigos, "chamados e rogados por parte delle testador» [1], dirigiu-lhe o notário as preguntas do estilo — se era, de facto, o seu testamento, se estava à sua vontade e "se o queria aprovar e haver por bom, firme e valiozo». A tudo o sábio professor respondeu que sim, que depois de escrito "o leu todo, e pelo achar muito á sua vontade na mesma forma que o havia mandado escrever o assignou com a sua propria mão, e aqui agora o aprovava e ratificava por ser bem e verdadeiro».

O antigo director do Jardim Botânico de Coimbra, o organizador entre nós dos estudos de taxonomia vegetal, o amigo de Jussieu, de Lamarck, Condorcet e Cuvier, não cuidava que ainda viveria treze anos depois daquele dia, falecendo com 86 em 1829. Aberto o testamento depois da sua morte, viu-se que era do teor que segue:

«Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho e Espirito Santo, Tres Pessoas distinctas, e hum só Deus verdadeiro, em quem eu o Doutor Felix d'Avellar Brotero bem e verdadeiramente creio, e em cuja fé protesto viver e morrer como verdadeiro e fiel Christão: Determino fazer o meu Testamento na forma seguinte. Primeiramente encomendo a minha alma a Deus Nosso Senhor que a criou e remiu com o precioso Sangue de seu Unigenito Filho Jesus Christo Nosso Senhor, a quem peço e rogo e a Sua Mãi Maria Santissima Nossa Senhora, e a todos os Santos intercedam por minha alma para que vá gozar da Bemaventurança para que foi cria-

---

(1) Um dêles chamava-se Diogo Borel, cavaleiro professo de Cristo, morador na rua das Portas de St.a Caterina, talvez ascente dos livreiro Boreis; era livreiro uma outra testemunha, António Joaquim dos Santos.

FÉLIX DE AVELAR BROTERO

da. Declaro que sou Lente Jubilado na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra e ao presente Director, Administrador e Thesoureiro do Real Museu do Jardim Botanico, que sempre me conservei no Estado de Celibato que não tenho Herdeiros alguns necessarios Ascendentes, ou Descendentes por cuja razão disponho de todos os meus bens como se segue. Instituo por minha Universal Herdeira de todos os meus Bens Directos, e Acções a minha sobrinha Dona Izabel de Avellar Brotero, em que se comprehendem, tudo quanto se me restar a dever dos ordenados dos meus Empregos, e bem assim a remuneração *que merecerem os Serviços que fiz e houver de fazei á Universidade*, e ao Soberano sendo tãobem minha Testamenteira. Pagará todas as minhas dividas e porque julgo ser muito modica a Herança, as Honras e Funeraes que me mandar fazer, não excederão huma decente simplicidade, dará algumas esmolas, e as Missas que por sufragio mandar dizer serão todas ditas por Eclesiasticos parentes ficando tudo ao seu livre arbitrio, e desposição, e despensando a de prestar contas em Juizo, e quando a isso seja obrigada bastará huma atestação por ella jurada de assim o haver cumprido para se lhe haver a conta por dada Quanto aos meus Livros se eu não disposer delles, ella dita minha sobrinha, e Herdeira ficará sua legitima possuidora, mas nenhum delles poderá vender sem expresso consentimento de seus dois Irmãos José de Avellar Brotero, e Joaquim de Avellar Brotero, por que lhes deixo a estes o seu uzo rogando-lhe que tãobem o permita a seu sobrinho Antonio Pegado. E desta forma hei por acabado este meu Testamento, que quero se cumpra como nelle se contem por ser esta a minha ultima vontade.

Lisboa dois de Janeiro de mil oitocentos e dezaseis.

De como o fiz por mandado do Testador—João Francisco do Nascimento Serrão.

Felix de Avellar Brotero.

Morreu solteiro e ao que parece, sem filhos. ¿Haverá por aí ainda algum representante da família de Brotero?

João de Coimbra

D. FELIPA DE VILHENA E UMA SUA FILHA

ECLARO desconhecer livro impresso ou manuscrito, artigo de jornal ou revista que diga da vida e feitos da mulher que mais altamente personificou em Portugal a abnegação e o patriotismo—a condessa de Atouguia, D. Felipa de Vilhena. E como não sei se os há, igualmente ignoro se o traço de caracter que vou referir se encontra já divulgado nalgumas dessas possíveis biografias.

Adoecera sèriamente sua filha D. Maria de Ataíde, dama do paço da rainha Luiza de Gusmão. A condessa de Atouguia estava longe da côrte, cuidando do infante D. Afonso, o 6.º futuro rei daquele nome, a quem os físicos palatinos preceituaram banhos do mar. Cresceu a gravidade da doença de D. Maria e com ela o desengano das esperanças que dar-se pudessem. E man-

dando-se recado à mãi para que viesse visitá-la, a condessa repizou no íntimo do coração os impulsos maternais traídos pelas lágrimas que lhe afogavam os olhos, para só se lembrar dos deveres que lhe impunha o seu cargo. " Favor que recusou, diz um raro livro da época, mais fiel às obrigações do ofício que às maternais. Gratificou el-Rei esta fineza com honras maiores que seu título" (1).

D. Maria de Ataíde faleceu dias depois, a 22 de Agôsto de 1649, com 24 anos de idade, sem ter visto sua mãi à cabeceira do leito a dar-lhe, no momento extremo, o beijo da despedida.

*

Já que tenho a mão sôbre o caso, que por certo alguns capitularão de dureza ou indiferença, mas que em meu entender bem se ajusta à mulher que na véspera da revolução contra o estrangeiro distribuiu a seus dois filhos espadas libertadoras, escreverei mais duas linhas a modo de elogio funeral da pulcra dama seiscentista.

Assim a acredito eu, seguro no dizer do livro que citei e que tambem a chama "formosa com tal descuido, como se o não quisera ser, discreta como se o não soubera. Os aplausos da côrte não parecia que os amava, senão que os permitia." Notável era tambem por suas letras, ressuscitando na côrte severa de D. João IV o luzimento literário das damas eruditas da nossa Renascença, que tamanho lustre deram aos saraus da infanta D. Maria. "Freqüentava a lição dos livros—é ainda o prefácio daquêle livro que o assegura; naquela idade das línguas

---

(1) Memorias funebres. . . . na morte da Senhora D. Maria de Atayde. Lisboa, 1650.

entendeu a Latina, e Toscana com tanta brevidade, que não esperou o ingenho a tardança dos anos».

Da sua discrição e boa presença testemunha também êste verso do epitáfio latino que lhe compôs o sábio Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo:

> Ne si diu apud nos esset,
> ad nos sydera descenderent.

(Se mais tempo ficara neste mundo, desceriam à terra as estrêlas...)

A espécie de "in memoriam» publicado depois do seu passamento, foi menos um acto de lisonja cortesã do que um preito de sincera estima e saudade à que fôra em tão curta vida exemplo de talentos e virtudes. Nessas páginas, cujo título atraz dou em nota, escreveram versos alguns dos mais afamados engenhos da época—D. Francisco Manuel de Melo, António Barbosa Bacelar, a freira poetisa Violante do Ceu. Concluïrei com duas amostras: a 1.ª estrofe duma ode de D. Francisco Manuel, que é linda:

e um sentido soneto em francês, em forma de epitáfio, de Manuel Fernandes Vila-Real:

> ¿Donde te foste, donde
> querida saudade?
> ¿que Amor é que te aprova essa partida
> saudade querida?
> ¿Que mar? Que terra? Que ar? Que fogo esconde
> aquêle Sol, aquela claridade
> logo pela manhã anoitecida?

Ce que l'Amour avoit de plus rare, & divin,
ce que la terre avoit de charmant, & d'aymable,
eloisgné de nos yeux, pour un fatal destin
mit dans ce tombeau la Parque inexorable.

O toy, passant, qui vois la perte irreparable,
qui nous cause·l'aspect de cet Astre malin,
par larmes, par sanglotz, & par souspirs sans fin,
temoigne la douleur d'un mal inconsolable.

Mais non, ne pleures point la rigueur de nos maux,
puis q les plus grands pleurs ne sçauroient estre egaux
estant infiniment au dessoubs de leur sort;

Car le ciel, envieux de nous, l'ayant ravie,
elle jouit en fin, quoy qu'auprès de sa mort,
dans l'Empire Azuré d'une etternelle vie.

Vamos lá que os alexandrinos do célebre judeu não são das piores cousas do livro, numa época em que o sentimento dos factos, se o havia, morria abafado ou confuso nas maravalhas do preciosismo.

C. M.

CURIOSIDADES E INDICAÇÕES ÚTEIS E PRECIOSAS

EXTRAÍDAS DE PROCESSOS DO «ARQUIVO DOS FEITOS FINDOS»

Desembargo do Paço foi instituído por D. Sebastião. Despachava a princípio os negócios com o Rei numa *casinha* (pequena sala) e daí a alcunha de *desembargadores da Casinha*. Tudo o que dizia respeito à justiça cível e criminal lhe pertencia.

Os desembargadores tinham uma janela no Paço para assistirem aos touros e festas reais. E tinham o privilégio de se sentarem junto do Rei, quando despachavam os perdões em quinta-feira de endoenças.

*

João Pereira Côrte-Real, quinto neto de Martim Gonçalves Carvalhal, correspondia-se com o Duque de Medina Sidónia e com o Duque de Nagera, que o tratava por Senhoria.

Foi general com estandarte real e poderes de *soga e cuchillo*, em tôdas as quatro partes do mundo:

na Ásia, sendo capitão mór das naus da Índia; na América, sendo general da escolta da prata de Castela; em África, sendo governador e capitão-general de Cabo-Verde e tomando as fortalezas de Berseguiche aos holandeses e na Europa sendo general.

Uma carta do Duque de Nagera datada de 7 de Junho de 1637, que está junta aos documentos em que Côrte-Real pede a ElRei D. João 4.º a sua nomeação de Conselheiro de Estado, fala em duas pipas de vinho que o Duque punha à sua disposição pedindo que lhe mandasse *persona que las escoxa, concierte, pague y lleve.*

*

EDITAL

«Chegou a esta capital huma menina que tem andado vestida á hespanhola e agora anda vestida á portugueza.

«Farão os senhores o favor se a conhecerem, de a agarrar e levar á presença do senhor Ministro do Bairro, donde será entregue a seu pai e a sua mãe.

«Esta menina he filha do Senhor Ministro Juiz de Coimbra, donde foi desinquietada por hum filho de hum desembargador que a levou para lá de Leiria, humas trez leguas, e ali a desamparou e deixou no meio daquellas montanhas, e elle fugiu. Seu pai imediatamente deitou editais por todas villas e Cidades, caminhos e carreiros, mas nada ficava atraz, ninguem dava relação da menina, sómente se sabia do supplicante que o forão agarrar ao Porto, e está preso *na Portage.*

«O pai do supplicante já dava 50 e tantos mil cruzados ao Ministro para o soltar, que estava ali envergonhando o seu rosto, e o ministro respondeu-lhe que emquanto não encontrasse a sua filha morta ou viva, nunca elle sahirá de lá, porque não faltava senão trez mezes para ella entrar no Convento de Santana, e seu pai dava-lhe hum dote de 20:000 cruzados por ser a unica filha que tinha em seu poder; e mesmo apezar della

lhe ter feito esta desfeita, seja casada ou solteira está pronto para lhe dar o seu dote, e diz: eu sou como el-Rei, só tenho huma palavra e não lhe hei-de ficar a dever nem cinco reis; mas mal diria eu que andava a criar huma filha para a vêr fora do meu poder.

«Tantos editais que nesta capital se tem pôsto e ninguem tem dado informações desta menina, sabendo-se em Coimbraque he muito conhecida por tôda a parte; mesmo assim, todo o senhor que a agarrar terá boas alviçaras para os dias da sua vida comer.

«Senhores, saberão que os primeiros sinais desta menina he saber ler e escrever; a respeito de costura, nenhuma he capaz de pôr as mãos sobre a costura. Segundos sinais, he cabello castanho, cara larga, nariz redondo, bôca pequena e 35 polegadas aonde está. A dita menina poz em Lisboa Anna, e o seu nome verdadeiro, na pia do baptismo he senhora D. Maria dos Prazeres, e todo senhor que a agarrar ou mais cedo ou mais tarde terá boas alviçaras para os dias da sua vida comer, e mandará dizer num escritinho o nome quem a agarrar.

«Lisboa, 28 de Novembro de 1829.

Eis o cartaz, que um cidadão, procurador de ofício, estava afixando à esquina da Rua da Prata para a Praça da Figueira, quando um beleguim pregou com êle na cadeia com parte carregada.

Como vêem, o assunto do cartaz era de uma grande simplicidade e a sua afixação não fazia perigar a segurança do Estado; mas o sr. corregedor do crime do bairro do Rossio, Isidoro António do Amaral Semblano, imaginou coisas tétricas, instaurou um sumário, inquiriu, barafustou e por fim... mandou todos em paz. Mas os vexames e as maçadas—que naquele tempo eram o pão nosso de cada dia—ficaram com as victimas. E cara alegre, senão...

*

Em 1816, por causa de uma escritura dotal, instaurou-se um processo em que era autora a Preclaríssima e Excelentíssima Senhora Dona Maria Efigénia Águeda de Portugal, viúva do Preclaríssimo Dom Luiz Manuel Carlos Dantas de Almeida e réus a Preclaríssima Excelentíssima Senhora Sua filha Dona Maria Benedita Dantas da Cunha e Almeida e seu marido o Preclaríssimo João Paulino Leite Pacheco Baena Malheiros.

É assim que está escrito no rôsto dos autos, na sequência do processo e no teor da sentença.

*

Em 1820 vivia a Senhora D. Ana Izabel Marcelina Migueis de Alincourt, que era filha de Constança Mecia (vidè vol. 3.º, pág. 194). Esta Constança era viúva de Marcos Francisco de Alincourt, brigadeiro do Real Corpo de Engenheiros, em serviço de Portugal.

D. Ana foi casada com Luiz José d'Alincourt, coronel de artilharia, filho doutro do mesmo nome e de Izabel Clara Lefèbre e tiveram um filho Luiz, que cedeu à mãi tudo quanto havia direito à sucessão paterna. A família Alincourt Braga, de que não há descendentes procedia desta D. Ana.

*

Em 1804 havia um sujeito chamado António Felices Sarrafana Pimentel, que era filho primogénito de João Robalo Pimentel de Araújo e Silva e de Mariana Josefa. Como nem o pai nem a mãi teem o apelido Sarrafana, pregunta-se ¿ onde foi êle busca-lo? Foi ao avô materno, que se chamava António Felices Sarrafana, de Celorico da Beira.

¿Descenderá daqui o ilustre diplomata Snr. dr. Vaz Sarafana?

*

Em 1803, era juiz da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, erecta na igreja e freguesia de S. Salvador da Mata, na cidade de Lisboa, Sebastião Correia de Morais, que se intitulava imperador e rei do Congo.

Eram juízes perpétuos da irmandade, neste ano de 1803, todos os membros da família real e eram mordomos por devoção o intendente da polícia, Pina Manique, a condessa dos Arcos e a marquesa de Tancos.

*

Na Vila de Melo e nas aldeias de Nabais e Nabaínhos da diocese da Guarda, fazia-se em 1786 uma procissão no dia da Assunção de Nossa Senhora, em que entravam ranchos de gaiteiros, homens mascarados armados com armas de fogo, uns a pé outros a cavalo, levando bonecos horrendos e praticando acções indecorosas, ao mesmo tempo que mulheres ornamentadas de enfeites indecentes bailavam dansas lúbricas. Dentro da igreja da Senhora do Coito praticavam-se os mesmos actos. E no lugar de Arcozelo, no 8.º domingo depois da Ascenção, fazia-se uma procissão em que iam mulheres armadas com bandoleiras e armas de fogo como se fôssem para a guerra.

*

Em 1803 vivia Teresa Catarina Weymar de la Roche Guyon Ferrari, casada com D. Luiz José Domingos de Ferrari, secretário de ElRei de Espanha e teve uma filha, que nasceu em Ruão (França) e que casou com Lázaro José Monjardim de Andrade e Almeida.

*

Em 1809 vivia Sebastião Pedro de Bastos, inspector da Corporação dos Lapidários de Diamantes.

*

Em novembro de 1716 a princesa de Nassau, Clara Francisca Bernardina, viúva de D. Francisco de Sousa Pacheco, embaixador plenipotenciário de Portugal aos Estados da Holanda, dava procuração a António Rebêlo da Fonseca, porteiro da real câmara, para administrar a pessoa e bens de seu filho D. João Guilherme de Sousa Pacheco, conde do Império.

*

António Maurício do Carmo, *musico que foi do entretenimento militar do Serenissimo Senhor Infante D. Pedro Carlos*, tendo deixado o uso do clarinete para freqùentar o Seminário Patriarcal na voz de tenor, pediu para ser admitido nesta qualidade na Capela Real.

João Jardim de Vilhena.

COMO SE PERDEU CAÏENA

NQUANTO o norte de Portugal se convulsionava por entre os terrores da invasão de Soult, o príncipe regente, instalado na sua nova côrte do Rio-de-Janeiro, assistia à tomada da Guïana Francesa pelas tropas lusitanas.

Uma compensação, no fim de contas.

Caïena era um poético rincão, de cujo solo fértil brotavam milho, mandioca, baunilha, açúcar, café, arroz, tabaco, cravo, noz moscada, pimenta, cacau, algodão e frutas de tôda a espécie.

Sete anos durou o novo domínio. João Severiano Maciel da Costa, depois 1.º visconde e 1.º marquês de Queluz, assumiu o govêrno da Guïana até que necessário se tornou cedê-la "de mão-beijada", como se dizia nesse tempo.

A propósito disto, um dos diplomatas portugueses mais acerbamente combatidos foi, incontestavelmente, D. Domingos de Sousa Coutinho, 1.º conde e 1.º marquês

do Funchal. No entanto (vem a propósito salientá-lo) poucos o igualaram nas suas altas qualidades de espírito e no fervoroso patriotismo com que serviu o país.

Tendo iniciado a sua carreira diplomática em 1788 como enviado à côrte de Copenhague, passou a Turim, terminando-a como embaixador em Londres.

Foi nesta altura que se intensificou o ataque ao diplomata ilustre encarregado de assinar em Paris o tratado de cedência de Caïena aos franceses.

Esperava-se que Portugal, restituindo Caïena, retomasse Olivença, que tão desastradamente perdera.

Os partidos políticos agitavam-se numa luta apaixonada. O "Correio Braziliense", impresso em Londres, na oficina de W. Lewis, no S.t John's Square, Clerkenwell, atacava duramente o conde de Funchal no seu n.º 80, do mês de Janeiro, pág. 97, vol. XIV.

«O Conde de Funchal—salientava—cede Cayenna e naõ obtem Olivença e chamam a isto *modo decente* de assinar um tratado. Tomaramos que nos dissessem os Scientificos (os redactores do "Investigador Portuguez", que também se publicava em Londres) se o seu poderoso *Hercules*, que tantas proezas faz, naõ tivesse assinado tal tratado, que peór iria para Portugal? Sem o tratado ser assinado por este *Atlante*, perderia talvez Portugal Cayenna e Olivença, mas naõ é crivel que lhe tirassem mais nada».

. . . «Dizem os Scientificos (a p. 516.) Tu (o «Corr. Braz») pões uma duvida que nem levemente pôs o Principe de Talleyrand.»

«Forte milagre! com que ¿o conde de Funchal entrega Cayenna aos Francezes, ás maõs lavadas, e havia o Negociador Francez por-lhe objecçoens? . . .

. . . «Nós fomos mais longe no que dissemos; e asseveramos aquillo de que ainda agora estavamos convencidos; isto é, que o conde de Funchal naõ somente passou por direitos *ommitidos*' mas concordou em usurpaçaõ de direitos de seu soberano, que com mediana abilidade ou instrucçaõ Diplomatica, poderia prevenir: soffreo que outras Potencias cedessem os territorios que éram de Portugal, sem consentimento do seu Soberano; o que, na *nossa* opiniaõ, he de um grande desdouro, e degraduaçaõ do *Principe*; ignominia ésta que o conde de Funchal podia obviar, ja que *naõ* obviasse o mal da perda de territorio, pelos meios que apontamos no Nosso N.º 75 (vol. Xiii—p. 256, e seg.)».

João Severiano Maciel da Costa
1.º visconde e 1.º marquês de Queluz
e governador de Caïena e Guïana

(da colecção Henrique Marques)

Volta a zargunchar o conde de Funchal, atribuindo-lhe todos os desaires sofridos pela atribulada regência do Príncipe D. João. Acusa-o de pretencioso, ignorantão e usurpador dos poderes do monarca lusitano, manifestando, linha a linha, a mais virulenta das invejas.

O conde de Funchal, colaborando no "Investigador Portuguez", esmagava os seus adversários em polémicas sucessivas e renhidíssimas. Publicou muitos opúsculos políticos, alguns dos quais sem assinatura, como convinha ao seu cargo diplomático.

Ainda assim, o fogoso transmontano—o conde de Funchal era natural de Chaves— patenteou bem o seu valor combativo especialmente na resposta às gravíssimas acusações que contra êle e seu irmão, o conde de Linhares, fizera António de Araújo de Azevedo.

Seguidamente o "Correio Braziliense" publica a proclamação do intendente de Caïena.

Joaõ Severiano Maciel da Costa, Dezembargador, Intendente Geral, e Primeiro Magistrado de Cayenna, e Guiana, Commendador da Ordem de Christo, &c. &c. &c.

Habitantes de Cayenna, e Guiana.

As gazetas publicas, que chegam do estrangeiro, nos trazem a noticia de que, pelos arranjamentos particulares entre S. A. R. o Principe Regente N. S. e S. M. Britannica, será a Guiana Franceza entregue a S. M. Christianissima. Tudo annuncia, que as condiçoens e modo desta entrega, seraõ discutidos e fixados no Congresso Geral, que se devia abrir em Vienna no 1.º do presente mez, o que retardará tambem ésta epocha. No entanto, he preciso que a Administraçaõ desta Colonia siga a sua rotina, que se faça o serviço publico, que se pague e sustente a guarniçaõ, e que se naõ perturbe a ordem publica, e a tranquillidade, de que tendes gozado até o presente; no caso contrario, vós conheceis muito bem, que he sobre vós, que devem pezar as consequencias do aperto e embaraços, que experimentasse a Administraçaõ; e seria bem doloroso ao Governo de S. A. R. ser obrigado a empregar meios de rigor, que até este dia vós naõ tendes conhecido, para vos obrigar a fazer o que o vosso dever, e a gratidaõ em que estais, para com uma administraçaõ tão paternal, vos ordenam imperiosamente.

Naõ deis ouvidos a discursos insidiosos, que vós poderaõ

D. Domingos António de Sousa Coutinho

1.º conde e 1.º marques de Funchal

fazer gentes ociosas, ignorantes e imbecis, ou individuos que por motivos particulares, dependentes da natureza de seus negocios, saõ interessados na desordem. Elles saõ bem conhecidos; e em toda a parte he esta miseravel classe da Sociedade quem fomenta a desordem politica: uma bem triste experiencia vôllo tem provado. Naõ he dado a simples particulares o penetrar os segredos politicos dos Gabinetes dos Soberanos, e tudo o que o publico lhe apraz dizer a este respeito, não he o mais das vezes sennõ sonhos para se divertir, ou indispor o povo credulo, e timido. Habitantes, continuai a cumprir tranquillamente com o vosso dever, e descançai com confiança na justiça, que deve necessariamente dirigir as transacçoens, que vaõ a ser fixadas entre dous Soberanos justos: A vossa sorte, as vossas pessoas, os vossos bens, são objectos sagrados, com que se vaõ occupar. A calumnia e a intriga tem sempre o seu castigo.

Dado em Cayenna, no nosso *Hotel*, aos 15 de Outubro, de 1814.

(Assignado) *João Severiano Maciel da Costa.*

Assim, êste Maciel da Costa, aliás marquês de Queluz, teve de largar o alto cargo que constituia um dos maiores orgulhos da sua vida de palaciano favorecido. Apesar de ter nascido na província de Minas-Gerais, nunca sentiu grandes simpatias pela terra de Santa-Cruz. Ao ser engendrada a independência do Brasil, Maciel da Costa surgiu apoplético com o seu opúsculo "Apologia!", combatendo desassombradamente a atitude do pai de D. Maria II.

Ora, Caïena perdeu-se porque assim tinha de ser e não poderia o embaixador português em Londres impedir uma solução que o Príncipe Regente de Portugal aceitara e a Inglaterra, nossa fiel aliada, nos aconselhava delicadamente com a sua autoridade indiscutível.

Êsse fértil rincão passaria a ser perfurado em todos os sentidos pelos pertinazes pesquizadores de filões auríferos, acabando-se com tôda a sua vasta cultura agrícola. Hoje, a poética Caïena da paz bucólica, é o calvário de centenas de desgraçados, que a França atira para ali com a grilheta chumbada ao tornozelo.

Perdeu-se Caiena e se dessa perda alguém tivesse de ser culpado, êsse alguem poderia ser o príncipe D. João, com a sua pacatez de boa pessoa; poderia ser o príncipe de Talleyrand com as suas rabulices de politicão astuto; poderia ser a diplomacia britânica arfando de satisfação ante o declínio napoléonico; poderiam ser todos, em suma, visto que conceder compensações à custa de outrem é empreza fácil.

O grande patriota Conde de Funchal, é que não foi culpado. A sua competência diplomática, o seu brio de português, os seus argumentos mais eloqüentes estavam muito acima da pequenez duma Pátria, que não poderia fazê-los realçar pela fôrça do direito, que é como quem diz pelo direito da fôrça.

GOMES MONTEIRO.

EPISTOLÁRIO

V

COMO SE DESINFECTAVA UM ARQUIVO

Não consegui apurar quem fôsse o autor desta carta, nem a pessoa a quem é dirigida. É possível que alcançasse sabê-lo se os meus afazeres me deixassem nesta ocasião tempo livre, para as necessárias pesquizas.

Tanto a carta como o anexo explicativo me pareceram dignos de publicidade pela notícia que dão dos conhecimentos sanitários entre nós nos começos do século passado.

J. J. V.

Snr. Pedro de Alcantara Pereira Rolim.

Em resposta a sua carta de 12 do corrente, em q. pertendia deste Real Laboratorio da Caza da Moeda lhe fornecesse os meios de dezinfectar o Archivo da Secretaria d'Estado do Reino, remetto os apropriados reagentes pelo operador do dito Laboratorio João Campanha afim de se fazer á sua ordem a dita operação.

Leva tambem hum vidro de Ammoniaco para respirar e cheirar, quem nos primeiros dias depois da dezinfecção entrar a trabalhar na dita Caza quando sinta algum cheiro estranho.

Não me resolvi mandar fazer o processo por meio de fogo como lho tinha participado por ser caza onde ha papeis, e querer evitar algum incendio, sendo o que se fará a frio igualmente proficuo.

Dezejarei ter muitas ocaziões de concorrer para o bom serviço de S. A. R. e mostrar-lhe tambem nas couzas do seu interesse a minha pronta, e sincera amizade, porq.

Sou A.º seu m.^to Vnr. obgd.º e C.

Gregorio José de Seixas

Real Laboratorio Chimico da Caza da Moeda 14-10-1805

O modo de dezinfectar a caza que tem papeis corruptos he do modo seguinte:

Sobre hum pequeno fogareiro com alguns carvões accezos, se porá hum pequeno taxo quasi meio de cinzas, e sobre estas se asentará huma capsula de barro, em que se lançarão duas onças de sal de cozinha, e quando este estiver quente se lhe deite huma onça d'oleo de vitriolo, que se pode mandar buscar a huma Botica. Apenas se lansar o oleo sobre o sal, se deve retirar a pessoa que isto fizer, e fechar a porta da dita Caza, podendo-a abrir já dezinfectada depois de vinte e quatro horas.

O vapor que se levanta pela combinação dos dois saes destroe o bafio e ar podre que encontra; e quando depois das vinte e quatro horas alguem quizer entrar na caza livremente e sem perigo, deverá chegar ao nariz, e boca o vapor do alcalino volatil fluor, que

se pode mandar vir da Botica, ou qualquer Laboratorio chimico, e finalmente abrir portas e janelas sem damno algum dahi em deante nem ser mais necessario cheirar o alcalino.

VI

SEBASTIANISMO

Meu ilustre amigo

Pede-me o meu amigo lhe diga o que se me oferecer sôbre a interessante carta, expedida de Milão, aos 2 de Abril de 1628, endereçada ao duque D. Teodósio e firmada por Fr. Bernardino de Sena. Assim seja, já que assim o exige.

Começo por lhe confessar a mais crassa ignorância sôbre o signatário.

Calculo que seria um frade arrábido e abono o meu parecer com as intimas relações existentes entre o duque e os religiosos da austera Província da Arrábida, aos quais doara o chão da Armaria, no termo de Santarém, por carta de 21 de Janeiro de 1592 e que se encontra na *Chronica da Provincia de Arrabida*, t. II.

Bem sei que a Província dos Algarves, segundo o seu cronista, no t. V. se confessa muito devedora de favores e graças á Casa de Bragança, apresentando uma sintética perícope genealógica da ducal estirpe, até ao rei D. João IV. Contudo inclino-me a que seja um religioso arrábido, que de melhor ânimo se prestasse a investigações sôbre o *Encuberto*—nas clausuras freiráticas.

O que se deduz da carta é o anseio geral que domina a nação, farta do insuportável tagante espanhol, não acreditando na morte de D. Sebastião, esperando-o a todo momento, para que o rei legítimo atermasse o cativeiro, reivindicando o trono que por direito incontestável lhe pertencia.

Portugal queria recuperar a liberdade e ser governado por um Rei português.

Possuo uns manuscritos dos séculos XVII, XVIII e XIX com imensas dessas profecias, calcadas tôdas sôbre o pensamento das duas freiras de Fr. Bernardino de Sena, coincidindo a maior pro-

dução destas composições com os dois períodos de triste recordação—invasão espanhola e invasão francesa

Neste meu interessante manuscrito, em que o *Alcorão* se mistura com o *Apocalipse*, S. Frei Gil com D. Afonso Henriques, o Arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro com o Sapateiro Bandarra, a Venerável Maria do Lado com S. Angelo Carmelita, também me aparece como profetisa do *Encuberto* uma Madre Leocádia, italiana de nação, fundadora do Convento de Cristo em Nápoles. Entre várias decimas de correcção muito discutível, aparece esta:

> Em huma Ilha abitada
> de gente cristan está
> da qual sedo sahirá
> a fazer sua jornada.
> Sua gente desgarrada
> e o seu gado perdido
> ajuntará com sentido
> e isto haveis de esperar
> não ha de muito tardar
> posto que esteja escondido.

São vinte décimas dêste teor.

Mas esta abundosa compilação (1) dá-me mais e melhor: é uma carta do Papa ao Rei de Hespanha:

«Paulo V, Bispo de Roma, ao mt.º amado filho Filippe terseiro Rey de Espanha segundo de Portugal. Fazemos saber que me foi aprezentada a sentença do meu antecessor Clemente VIII em q. continha ser vivo o unico erdeiro de Portugal ElRey D Sebastião de saudosa memoria e nos pedia que mandassemos por nosso nunsio apostolico a dizervos que largaces o Reino a q.m pertence por evitar guerras entre catolicos, nos pareceu bem com os Irmãos Cardiaes, o informarvos desta verdade o q. Vos saberieis por vosso Pay e nisto usamos com piedade o que mandamos com pena de excomunhão maior Dada nesta Curia de Roma debaxo do anel do pescador, aos 17 de Março de 1617».

Escusado é dizer que a autenticidade de tal documento não resiste à mais leve apreciação crítica; contudo, divulgou-se pelos meios de que então podiam os interessados dispor, e calcule-se o efeito que tais palavras causariam nos ânimos simples e apaixonados.

---

(1) Contém 567 páginas e 258 composições de autores e eras diferentes.

Se em época de maior adiantamento, no princípio do século XIX, êstes processos lograram efeitos, o que seria então?

E já agora deixe-me dizer-lhe que possuo tambem manuscritos *proféticos* do século XIX (1) com as *profecias* (salvo-seja)! «de hum religioso Franciscano da Cidade de Napoles, feitas em 1520», as *profecias* (!!) encontradas numa gamela de cobre, na quinta de Luiz António de Oliveira, em Castro Verde e as da freira Maria Leocádia, de Monchique. Sei, pelo testimunho de minha avó, que era frequente, durante a invasão francesa, os prègadores citarem no púlpito o Bandarra, o Pretinho do Japão, Fr. João da Barroca e outros padres-mestres do Sebastianismo e que muito em voga andavam as velhas profecias.

Contudo, meu caro, isto que a muitos causará riso, algo tem de respeitável e muito teve de útil: manter nas multidões o fogo sagrado do patriotismo e exardescer a chama vivaz do amor à independência da Pátria; despertar energias sopitadas, afervorar os valentes, preparar, enfim, o ambiente que nos levou àquele instante em que, como cantou Tomaz Ribeiro,

> ....emfim disperto
> Depois de sessenta annos de lethargo
> Olhava Portugal ao Ceu, do largo,
> Chovia-lhe maná no seu deserto.

E era êste o empenho fervoroso do frade Bernardino de Sena e do aristocrático duque D. Teodósio.

Perdoe a maçada ao seu admirador e amigo,

SANTOS FARINHA.

Ex.^mo S.^or

Fis com grande cuydado a informação, que V. Ex.ª me mandou fisesse, sobre o que sentia em estas partes das cousas de El Rey D. Sebastiam: Nam busquey sentimentos da terra, os do Ceo so pertendi por duas Religiosas Seruas de Deos, custumadas ater certas reuelacoens, e visoens, e divinos auizos. A primeyra diligençia que fis foy em Florença com a M.e M.ª de S.

(1) 3 cardernos, contendo composições poéticas e trechos em prosa.

Franc.º, hua das seruas de Deos assima ditas. Chamey a esta Religiosa, e lhe encomendey com encareçimento pedisse a Dˢ. o bom sucesso em as couzas de El Rey D. Sebastiam, obrigouse a Religioza a fasello com toda a efficacia, que pudesse; passados cinco dias torney a falar com ella, pedindo a resoluçam em este negocio disseme a Religiosa, que em o primeyro dia entendera de Deos, que era viuo El Rei D. Sebastiam, e ao segundo, que ouuira de Deos estas palavras: — Filha esse Rey, que me encomendas he fiel servo meu, e como tal o guardo pera grandes cousas; em breue tempo sera outra vez Rey de Portugal; foy neçessario que andasse encuberto muyto tempo, por se cumprir o que disse em o Campo de Ourique ao primeyro Rey daquelle Reyno, se se adelgaçou a decima sexta geração não acabou, mas nella, e nas que selhe seguirem sera meu nome glorioso por largo tempo. Quasi semelhante a esta informaçam foy aque me deu a M.ᵉ Franc.ᵃ de S. Clara no Conu.ᵗᵒ de Milão, disselhe Deos estas palavras em quarta Fr.ᵃ de Cinzas esperando a missa do dia: "Filha esse Rey, que me encommendas, tenho debayxo de meu amparo, e protecção particular, e assim o bom sucesso, q. pertendes, e me pedes està muyto á minha conta, triunfará de seus inimigos, e sera restaurado a seu Reyno em breue tempo.

Estas são, Excellentissimo S.ᵒʳ as informaçoens mais qualificadas, que neste caso se podem fazer, pella experiencia, que ha do verdad.ʳᵒ trato entre Dˢ. e estas suas Seruas. Ao mais, q. for de seruiço de V. Ex.ᶜᵃ me offereço.

De Milão, 2 de Abril de 1628,

Capellão de V. Ex.ᶜᵃ

Fr. Bernardino de Sena

A PROPÓSITO DOS „FEITOS FINDOS"

Meus queridos amigos

gentileza com que vocês me cederam uns palmos de terreno da *Feira da Ladra*, para poiso e exposição da minha prosa de ferro-velho, dá-me direito (¡a quanto vai a minha basófia!) a fazer-lhes um pedido. Não se assustem; não é dinheiro, nem uma *borla* para o «S. Luiz» ...

Explico, para sossêgo do vosso espírito e descanso futuro da minha alma.

No mesmo número em que vem a minha desconchavada croniquelha, lê-se ao fundo da pág. 193 (tômo III), o seguinte:

«Em 19 de Fevereiro de 1796 faleceu em Setúbal o coronel reformado barão Carlos d'Amon *Allensson* e Chatillon, de origem alemã (?) e ao serviço de Portugal.»

O sublinhado é meu e a interrogativa, evidentemente do respigador do «Arquivo dos Feitos Findos», é muito razoável; de facto, aquêles apelidos não são germânicos, mas genuìnamente franceses.

Sem intentos elucidantes, muito ao contrário, na espectativa de que algum carola de coisas genealógicas venha à liça, não para combate, pois estou desarmado, mas para minha instrução:

É que...(perdoem-me os que não teem cócegas nobiliárquicas e, sobretudo, aquêles que, não tendo *direito* a elas, sentem pruridos, de condados e marquesadas adquiridos, talvez, no retroseiro «Condes», ou na pastelaria «Marques»... é que êsse barão Carlos de Amon de *Alençon* de Chatillon era, nem mais nem menos, meu bisavô.

Contava êste *aventurier* nos seus avoengos o marechal de Coligny, o honrado huguenote assassinado e, estupenda antítese,—o papa Urbano II.

Notem que não escrevi aventureiro mas *aventurier*, vocábulos que, a-pezar-da mesma sinonímia, teem significações diferentes.

Aventureiro tem hoje o sentido pejorativo de «tipo sem eira nem beira, náufrago da vida que corre em árvore sêca ao sabor dos ventos e correntes», ao passo que *aventurier* puxa mais fino... sempre é estrangeiro e tudo quanto fede a *crêpe georgette* ou trescala a *Houbigant*, é que tem curso entre os tais «Condes» e «Marques».

Deixem-me dar-lhes ideia da diferença de matiz dos dois vocábulos.

O conde D. Henrique foi *aventurier* e Gabriel d' Annunzio aventureiro. Ambos correram a aventura e *à ventura*, como dantes se dizia; mas, enquanto da aventura do primeiro nasceu uma nação, a do grande cabotino da Duse e das dúsias—a aventura de Fiúme—

não deu senão fumo. Estão já a vêr a razão do sentido pejorativo.

Mas não quero maçá-los com lingüismos descabidos na nossa florescente «idade do Jazz-Band» e volto à «vaca fria».

Êsse meu bisavô casou em Setúbal com uma senhora de grande nobreza, não sómente pela prosápia dos seus maiores (Portugais da Silveira, Castros Pinto, Sanchez de Guzman, Tôrres de Sequeira e outros) nem porque o Santo Ofício a aristocratizasse com a *familiaridade* paterna mas, principalmente, pelo valor dobrado e incontestável do progenitor — médico-cirurgião de alto coturno e um dos árcades de mór estandarte.

Refiro-me a Belchior Manuel Curvo Semedo Tôrres de Sequeira, que se apodou na Arcádia de *Belmiro Transtagano*, emparelhando doiradamente com Elmano Sadino, Filinto Elísio, Elpino Nonacriense e . . . (outra parente minha) *Alcipe*—Dona Leonor de Almeida, condessa de Oyenhausen e Marquesa de Alorna.

Belchior Manuel fôra um estoira-vêrgas na mocidade. Abandonava, por vezes, a ciência infusa de Hipócrates, para verter em português as *Metamorfoses* de Ovídio e outras «ninharias» de passatempo.

Uma dessas «ninharias» é o soneto «A tempestade», passado a inglês pelo americano William Cullen Bryant, falecido em Nova-Iorque em 1878 e grande amador da poesia portuguesa.

Dou a título de curiosidade e não pelo seu valor poético, o original e a tradução do soneto:

«Medonha corre a noite, a frouxa Lua
A furto mostra o rosto desmaiado;
Em mil voluveis serras levantado
Ruge raivoso o mar na praia nua;

«Um só baixel nas ondas não flutua;
Os nautas dormem, zune o vento irado;
¡Ah! doce Laura, ah! doce objecto amado,
¡Quem vira agora a linda imagem tua!»

Assim as vozes eu soltava ansioso,
Quando Laura, o meu bem, a minha estrêla,
Ao lado vejo, e vejo-me ditoso.

No meu pobre batel entro com ela;
¡Oh Ceus! desde que sulco o Tejo undoso,
Nunca vi, nem gosei noite mais bela.

A tradução inglesa é esta:

SONNET

(*From the portuguese of Semedo*)

It is a fearful night; a feeble glare
Streams from the sick moon in the o'erclouded sky;
The ridgy billows, with a mighty cry,
Ruch on the foamy beaches wild and bare;

"No bark the madness of the waves will dare;
The sailors sleep; the winds are loud and high;
¡Ah, peerless Laura! for whose love I die,
¿Who gazes on thy smiles while I despair?»

As thus, in bitterness of heart I cried,
I turned, and saw my Laura, kind and bright,
A messenger of gladness, at my side:

To my poor bark she sprang with footstep light,
And as we furrowed Tago's heaving tide,
I never saw so beautiful a night.

. . . .

Ora o que eu queria saber ao certo, tanto quanto possível, era a *aventura* que trouxe a Setúbal o barão francês, quais as traças de que se valeu para casar com a filha do poeta-cirurgião, familiar do Santo Ofício, porque tal dama devia ser fortaleza de difícil tomadia, e por virtude de que manhas ficou senhor do palácio que ainda hoje alardeia o seu complexo brazão na Avenida Todi.

Daqui faço êste apêlo, por vosso intermédio, ao nosso comum amigo Gustavo de Matos Sequeira, descendente de *Belmiro Transtagano* no mesmo grau que eu e mais vezado em coisas genealógicas do que o vosso

amigo certo

D. Tomaz de Almeida

P. S.

Vocês conhecem-me bem para não verem, na minha curiosidade, mais do que ela significa. Mas, aos condes de Tal e marquêses de Qual, que se admirem da minha ignorância, direi que de todos os meus antepassados conhecidos, prováveis, directos ou afins, não me ufano do brutamontes do Fernandes Almeidão, nem do arrojado-impotente Decepado, do romântico-imbecil Vice-Rei da India ou do hipócrita tonsurado primeiro Cardial Patriarca de Lisboa, assim como não deito foguetes de três respostas em apoteose ao papa Urbano II, ao huguenote de Coligny e ao tal barão de Amon de Alençon de Chatillon.

Dos dois lados da família, em que peze a parentes e aderentes, só me orgulho, por uma banda, da *Alcipe* e, pela outra, do *Belmiro*.

Eram ambos poetas e poetas são, em geral, bôas pessoas.

Tom.

O MILAGRE DE MARTINACHA

É incontestável, sem dúvida, a notícia que as velhas crónicas monásticas nos ministram de factos milagrosos sucedidos atravez da história religiosa da nacionalidade.

A veneração que, pelas *imagens milagrosas*, tem o povo português, como regista o padre João Baptista de Castro e o culto das sagradas imagens, são tão antigos em Portugal como a mesma religião. "Logo que o Apostolo Santiago a estabeleceu n'este reino, edificou altar á Mãi de Deus em Braga. Foi continuando o culto com singularissimo zêlo, como se prova do canon 36 do Concilio Eliberitano." Mais diante acrescenta o douto reverendo: " Não é para despresar a reflexão que devemos fazer no especial favor, com Deus Senhor nosso por sua immensa bondade, e por meio das suas venerandas imagens, e dos seus santos assistindo benigno a este reino, trazendo-as a elle por meios tão exquisitos, e conservando tantas, que com os frequentes milagres que obram, não só corrobo-

ram na devoção, mas nos servem de refugio para nos valermos do seu patrocinio em nossas urgentes necessidades. (1)

Bastante singular é o que acabámos de transcrever e que bem demonstra a fé e a crença que sentia ainda o nosso povo na época em que o padre Castro escrevia as suas memórias.

Estamos em crer, que ainda hoje, no seio do povo crente ou descrente, quando a desventura lhe bate à porta, nas suas grandes aflições, implora a protecção divina pela intercessão do Santo da sua devoção, a pesar da descrença a esmo semeada pela escola pagã.

Mas a fé que se observava há uns séculos atraz era intensa e abrasava a vida de quási tôda a humanidade.

O facto representado no pequeno quadro em que incide a nossa observação, cuja inscrição simples e rude nos dá o epílogo de um drama passado numa nobre habitação da província, é deveras emocionante.

A legenda é assim concebida:

> *Mercei q. fes N. S. da Guia a Joaõ Roz. estando. m.to//mal, de huma dor ia de todo descomfiado de medicos e sor//giaõ. pegose com mt.a fe com a d.a Sr.a foi logo liure de todo // o mal martinaxa em 8 de Str.o de 1760 Fete Simos.*

Se o delineamento do quadro é rude, como se vê da gravura que ilustra êste artigo, a redacção da rubrica é deveras arrevezada, mas, no entanto, compreensível, e o conjunto é dum realismo que choca e sensibiliza todos os corações. Talvez, mesmo aquêles que

(1) Padre João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, etc. Tômo II, pág. 136, Lisboa, 1870.

se julgam empedernidos por concepções eivadas de enciclopedismo, se sintam, por momentos, presos à scena, tão ingènuamente representada na humilde tábua.

O quadro, toscamente aparelhado em duas tábuas de pinho com moldura sobreposta, mede quarenta e cinco centímetros de comprimento, por trinta e dois de largo e foi seu autor, como nos diz a legenda um tal Simões.

A pintura foi certamente feita por mão de pintor curioso e, embora rude, a sua composição é duma ingenuïdade própria do facto que representa, pelo qual se rememora um drama familiar, que só quem estivesse com o pensamento em Deus o podia idealizar.

Como se vê da rubrica, a scena passou-se na quinta de *Martinacha* no ano de 1760, naturalmente propriedade pertencente ao enfêrmo João Rodrigues, que deveria ser pessoa de certa importância na região, a avaliar pelo aspecto da alcova figurada no quadro, que bem nos dá a nota de um certo sabor de habitação fidalga (1).

Na representação do quadro entram as seguintes figuras: — a principal é a do enfermo João Rodrigues, quási moribundo, estendido no leito e, como diz a inscrição, já de todo sem esperanças de salvação e desenganado dos médicos; as duas figuras do centro devem representar os médicos, ao abandonarem o doente, voltando-lhe as costas, talvez desanimados da eficácia da sciência de Esculápio, com o aspecto de quem intimamente imploram uma salvação sobrenatural, levantando um dêles a mão ao ceu, chamando

---

(1) A quinta de *Martinacha*, pertencente ao concelho de Sobral de Monte Agraço, pelo censo realizado em 1911, tinha 4 fogos com 18 habitantes.

«EX-VOTO» DE JOÃO RODRIGUES

da Quinta de Martinacha

pela protecção divina, que o pintor representou na aparição de *Nossa Senhora da Guia*, entre nuvens, acompanhada de uma estrêla, imagem milagrosa venerada na vila de Tôrres-Vedras; junto aos pés da cama do doente, vê-se ainda retratada uma outra figura, que, pela leitura da rubrica, julgamos identificá-la como sendo o cirurgião.

Por falta de elementos, não podêmos fazer a identificação das figuras dos médicos e cirurgião e de outras pessoas da família do doente, visto que os livros de registos paroquiais daquela freguesia se não encontram em Lisboa, e não termos sido mais felizes nas buscas a que procedemos nas Chancelarias Reais arquivadas na Tôrre do Tombo.

O quadro pertence hoje à senhora D. Maria Elvira de Lacerda Reis Martins Sá Chaves, viúva do coronel Sá Chaves, residente em Lisboa, que o conserva com muita devoção e carinho, por ser uma relíquia herdada dos seus antepassados. Segundo as informações que esta senhora nos deu, o quadro passou pelas seguintes mãos:

No comêço do século XIX pertencia a D. Iria Pereira de Lacerda, que deveria talvez ser neta do dito João Rodrigues, e que, sendo casada com Jacinto Pereira de Lacerda, natural da Ilha do Faial, viveu no lugar da Guia, freguesia da Sapataria. E dêstes passou para sua filha:

D. Ana Perpétua de Lacerda Reis, nascida no lugar da Guia no ano de 1811, que foi casada com Manuel Gonçalves dos Reis, natural de Soure, onde nasceu em 1799 e por sua vez o deixou a sua filha:

D. Maria Adelaide de Lacerda Reis Martins, que nasceu em Tôrres-Vedras em 2 de Abril de 1835, e foi casada com António Maria Coutinho Martins, nascido na Sapataria em 12 de Agôsto de 1834, filho de António Maria Xavier Pereira Martins e de Guilher-

mina Bernarda Bravo da Fonseca Gorjão Coutinho, naturais de Lisboa.

Desta D. Maria de Lacerda é que passou à actual possuïdora, D. Maria Elvira de Lacerda, que nasceu na freguesia do Socorro, em Lisboa, a 13 de Dezembro de 1857 e que, como já dissemos, o tem em grande estimação, a cuja senhora apresentamos aqui os nossos agradecimentos.

José da Cunha Saraiva

POEIRA DOS TEMPOS

XXVII — APERFEIÇOAMENTO LITHOGRAPHICO

Era geral entre nós o esmorecimento nos emprehendedores de trabalhos lithographicos: os desenhadores tinham creado horror a similhantes obras pelo discrédito que, em vez de gloria, sacavam d'ellas: poucos perseveravam nas tentativas, e esses não curavam de aprimorar o que tinham por certo se desfaria antes de chegar ao publico.

A Officina do Sr. Manoel Luiz da Costa, como ter sido sempre a menos atrazada, esforçar-se constantemente, à custa de trabalhos e despesas, para a perfeição, e haver por vezes recebido os elogios da imprensa, a lithographia do Sr. M. L. da Costa, pouco menos assolava do que as outras, do que são boa próva muitos dos *Quadros Historicos de Portugal*, e as soberbas cópias do Sr. Lopes. Provinha isto da desculpavel ignorancia em que todos jaziamos àcerca de melhores methodos de preparar as pedras depois de desenhadas; methodos conhecidos e praticados por algumas officinas lá de fóra, mas cujo segredo costuma ser com grande ciume recatado

por seus auctores ou possuidores. O primeiro impressor d'esta officina, a quem o Sr. M. L. havia feito director d'ella, por lhe reconhecer o prestimo e boa vontade, o Sr. José António da Silva, que ha largo tempo trabalha por desencantar algum bom processo com uma admiravel perseverança da sua parte, e não menos generosidade da do Sr. M. L., que jámais recusou os gastos causados pelas novas experiencias, acaba finalmente de inventar um processo, que nem levemente damnifica os desenhos mais bem acabados e subtis, as linhas finissimas de que se as estampas costumam guarnecer e quaesquer letras, que n'ellas haja. Este rico descobrimento portuguez, e só portuguez, ainda passa adiante com as suas vantagens, pelo grande brilho, que por uma tal operação se communica á estampa. A esta operação deverá incontestavelmente dar-se, e manter-se, o nome do seu auctor, chamando-se-lhe *acidulação de Silva*.

Já sem tacha de vangloria podemos dizer que possuímos hoje em Portugal perfeitas lithographias.

Não serão o Sr. Silva, como inventor, e o Sr. Costa, como coadjuvador efficaz, merecedores de uma medalha? Nós os lembramos, e recomendamos á Academia de Bellas Arter, a a quem toca servir nesta parte de Curador de Orphãos.

M. J. S. (1)

Revista Universal Lisbonense, tomo I, n.º 1, de 5.ª feira 1 de Outubro de 1841.

---

(1) Iniciais do conhecido desenhador – litógrafo Maurício José Sendim.

O ESTUDANTE NO CANCIONEIRO POPULAR

M vários trabalhos (1) tenho focado diferentes aspectos etnográficos da gente de S. Simão de Novais, minúscula aldeia do concelho de Vila-Nova-de-Famalicão. Achei digna de registo e bem cabida na *Feira* uma nótula folclórica a respeito do estudante. Sirvo-me apenas de quadras colhidas por mim; umas, já impressas nas minhas duas séries do *Cancioneiro de S. Simão de Novais*, outras ainda inéditas. Êste tema dar-nos-hia elementos para a elaboração de um longo estudo;

---

(1) *Cancioneiro de S. Simão de Novais* (1.ª e 2.ª séries) in „Rev. de Guimarães", 1922 a 1929;

Alguns aspectos da vida portuguesa no Canc. de S. S. de Novais, in „Trabalhos da Soc. Port. de Antrop. e Etnografia", vol. IV, fasc. III (1930);

Lisboa no "Canc. de S. S. de Novais", in „Feira da Ladra", vol. II, pág. 146; e muitos outros.

no entanto, por hoje, vou apresentar as quadras sôbre assuntos académicos que me foram cantadas na aldeia e denotam a maneira como o povo minhoto encara a profissão de estudante.

O rapaz „que anda nos estudos" (assim se diz na minha região) é quási sempre um irreverente. São de tradição já longínqua as diabruras feitas pelos estudantes. A „praga do estudante„ é notória em muitas afirmações populares. „Nem o diabo quere nada com êles", „são piores do que o inferno",—são frases que andam de bôca em bôca, principalmente na do pacífico cidadão, que não admite brincadeiras. E, assim, algumas quadras recolhi, em que a má vontade contra o académico se denuncia duma maneira bem clara:

Se viesse uma nòrtada
para êsses estudantes,
ficaria Braga livre
de garotos e tratantes.

Para Coimbra burros vão,
de Coimbra burros veem;
Coimbra não pode dar
juizo a quem o não tem.

A irreverência do poeta popular é tão grande, que deixa transparecer, talvez, qualquer partida de que fôssem victimas, possivelmente, os seus próprios autores. A referência a Braga explica-se não só por ser a cidade cabeça do distrito a que pertence a freguesia de S. Simão, mas também pelo antigo seminário que possue, muito freqüentado por gente do Minho. Quanto a Coimbra, é, sem dúvida, o centro académico, por excelência, do país. Compreende-se muito bem que seja citada a cada passo nos cantares do povo.

A que segue é um hino de amor dum estudante à sua namorada. É uma retribuïção justa por tantas quadras a êles dedicadas. Refere-se aos segredos guardados religiosamente por uma capa-e-batina:

Se a minha capa falasse,
¡eu sei lá o que diria!
bastava que ela contasse
os nossos beijos, Maria...

Em outra, apenas há uma leve referência à profissão académica:

O meu amor é estudante,
estuda na estudantaria;
Diz-me lá a primeira letra
que a segunda já eu sabia.

Outras ainda mostram a impaciência dos corações femininos pelos seus namorados, que andam a estudar:

Não me faleis em Coimbra,
que são penas que me dais;
tenho lá o meu amor,
não quero que mo *lembrais.*

Eu hei de subir ao alto
que eu do alto vejo tudo;
também vejo o meu amor,
qu'anda em Braga no estudo.

Por outro lado, a sensibilidade da rapariga portuguesa não pode deixar de referir-se com simpatia à terra onde se formam tantos rapazes que, um dia, vão representar para elas a sua maior aspiração — ¡o casamento!

Certas quadras envolvem uma repreensão, lamentando que Coimbra transforme o rapaz acanhado que vai da aldeia e que volta um garoto insuportável:

> ¿ Coimbra, nobre cidade,
> que fazes aos estudantes?
> Vão para lá uns santinhos,
> veem de lá uns tratantes.

Mas nem tudo são maus tratos para os estudantes. Se os homens teem uma certa má vontade contra êles, pelo contrário as raparigas de Portugal tecem-lhes as mais lindas referências.

Umas receiam que, ao verem um estudante, não tenham coragem para resistir-lhe. É disso bem demonstrativa a trova seguinte:

> Ó minha mãi, não me mande
> a Coimbra vender trigo,
> que me dão os estudantes:
> — ¡menina, case comigo!

Outras mostram o receio que os pais teem de que suas filhas namorem um estudante:

> Ó Arminda, ó Armindinha,
> o teu pai chora bastante;
> foram dizer-lhe ao quartel
> que estavas c'um estudante.

Algumas são de gratidão para a terra onde se formaram os namorados das raparigas. Coimbra jàmais se apagará do coração das mulheres portuguesas:

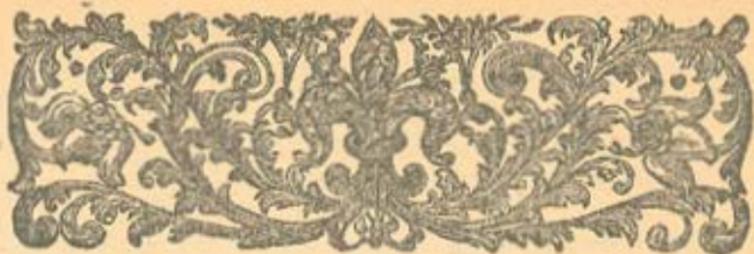
> Coimbra, nobre cidade
> onde se formam doutores,
> foi nela que se formaram
> os meus primeiros amores.

Se Coimbra fôsse minha
como é dos estudantes,
mandava-lhe pôr no centro
uma c'roa de brilhantes.

E, finalmente, êste cantar cheio de alegria e de beleza:

Estudante, deixa os livros,
vira-te cá para mim:
mais vale um dia de amores
que cem anos de latim!

Pôrto, 1931.

FERNANDO DE CASTRO PIRES DE LIMA.

OS AERONAUTAS ROBERTSON EM PORTUGAL

Os aeronautas dêste nome que estiveram, entre nós, no segundo decénio do século XIX [1], foram dois: Estêvão Gaspar Robertson, natural de Liège e seu filho Eugénio Robertson, que nasceu em Paris em 1800.

O primeiro já tinha alcançado nomeada em vários países estrangeiros, por ter feito ascenções nas principais cidades da Europa e dos seus feitos

(1) Em vários números da *Gazeta de Lisboa*, de 1818, encontramos referências a Robertson, pai. Morava no Cais do Sodré, n.º 3, 2.º andar e na sua casa tinha um gabinete de física e optica, donde no dia 24 de setembro daquele ano, aniversário da restauração do reino, fez voar um balão, em que se lia: *Viva el-rei*. Êste gabinete estava patente ao público. No salão do teatro de S. Carlos deu vários espectáculos recreativos neste mesmo ano. Depois anunciou na *Gazeta* de 21 de Dezembro, que vendia todos os instrumentos e máquinas do seu gabinete, o cosmorama e tudo quanto pertencia à fantasmagoria. Morou depois numa casa da rua dos Romulares, n.º 27, onde vendia uma peça de metal, chamada *Vestal*, que se conservava em braza tôda a noite. Vid. os n.os 227, 232, 240, 245, 255, 260, 264 e 301 da *Gazeta de Lisboa*, de 1818 e os n.os 37, 40, 114 e 300 de 1819).

e experiências rezam as *Mémoires récréatifs, scientifiques et anecdotiques*, publicadas em Paris em 1840.

O segundo subira, pelo menos uma vez, em balão, na companhia de seu pai, em Viena.

Foi, porém, em Portugal que, em 1819, realizou a sua estreia, subindo sósinho o jóvem aeronauta Eugénio Robertson.

Dessa viagem aérea existe impresso um relato feito por Marino Miguel Franzini, oficial de engenheiros, presidente da Comissão da estatística e cadastro do reino, e sócio da Academia, com o título: *Relação da viagem aerostatica feita em Lisboa no dia 14 de Março de 1819 por Eugenio Robertson, e dirigida por seu pai Estevão Gaspar Robertson, membro da Sociedade Galvanica de Paris e da Academia das Sciencias de Hamburgo, offerecida á Academia Real das Sciencias de Lisboa.* Na Impressão Regia, Anno 1819, in-8.º de 15-1 br. pág., que foi reproduzida a pág. 418-421 do vol. 9.º da *Revista Universal Lisbonense.*

Essa ascenção fôra anunciada para o dia 28 de Fevereiro, mas a chuva impediu que ela se realizasse nesse dia. Porém, no dia 14 de Março de 1819, que foi um domingo, os lisboetas puderam assistir a um surpreendente espectáculo que, há 25 anos, desde a subida do balão do italiano Vicente Lunardi, celebrado por Bocage e José Agostinho de Macedo, não presenciavam.

Teve lugar êsse acontecimento na quinta dos condes da Anadia, na rua de S. João dos Bemcasados, onde, certamente, se reüniu grande multidão de curiosos, cinqüenta mil pessoas, informa a *Gazeta* [1].

---

[1] Vid. na *Gazeta de Lisboa*, n.º 69 de 22 de Março de 1819, a descrição desta ascenção.

A relação vendia-se por 160 reis, com o retrato de Eugénio Robertson, e por 120 reis sem o retrato (id., n.ºs 72, 74 e 77).

O enchimento do balão começou às 10 horas da manhã e estava concluído à 1 hora da tarde.

Eugénio Robertson, vestido com uma flamante farda da escola de Minas de Paris, que seu pai lhe emprestara, entrou na barquinha às 2 h. e um quarto.

Entre os aparelhos de que se muniu, contavam-se os seguintes: barómetro, termómetro, higrómetro de barbas de baleia e óculo.

Depois de ter espalhado papeis com versalhada de Joaquim José Pedro Lopes e de ter dado vivas a el-rei, largou o balão ao som do hino nacional.

Em Galamares, próximo de Sintra, fêz a sua *aterragem*, (assim se lê na *Relação*), pelas 4 horas e um quarto.

Nesta vila pernoitou na casa de pasto do Victor, antepassado do proprietário do antigo hotel do mesmo nome e, no dia seguinte, partiu para Lisboa, onde foi muito felicitado pela sua intrepidez manifestada em tão verdes anos.

Alguns meses depois, não sabemos quando, Eugénio Robertson dirigiu uma petição ao ministro da Guerra, afim de lhe serem fornecidas as aparas de ferro que, no Arsenal Real do Exército, caíssem dos tornos, para as utilizar na fabricação do hidrogénio necessário para encher o seu balão para uma segunda experiência, o que lhe foi concedido.

É o que consta dos seguintes documentos existentes no Arquivo Histórico Militar:

"Ill.mo e Ex.mo Snr.

S. Mag.e He servido que a Real Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito consulte com effeito o que parecer sobre a Petição inclusa de Eugenio Robertson, filho, o qual pede se lhe deem as aparas de ferro que nesse Arsenal Real cahem dos tornos, afim de encher o seu Balão para a segunda experiencia aerostatica.

Deos G.e a V. Ex.a. Palacio do Governo, em 9 de Agosto de 1819.

D. Miguel Per.a Forjaz

Snr. Joze Antonio da Roza».

« Ill.mo e Ex.mo Snr.

El Rey Nosso Senhor, conformando-Se com o parecer da Real Junta da Fazenda dos Arsenaes do Exercito, dado em Consulta de 30 de Agosto ultimo, N.o 199, sobre o Requerimento de Eugenio Robertson, filho; He Servido que nesse Arsenal Real sejão postas em resguardo as aparas de ferro que cahem dos Tornos, afim do Supp.e encher o seu Balão para a segunda experiencia aerostatica que vai fazer. O que participo a V. Ex.a afim de o fazer presente na Junta para sua intelligencia e execução.

Deos G.e a V. Ex.a. Palacio do Governo, em 2 de Setembro de 1819.

D. Miguel Per.a Forjaz

Snr. Jose Antonio da Roza».

Como se vê ,Robertson, foi mais feliz do que o Lunardi; conseguiu o auxílio do Estado, ao passo que êste teve de sofrer os escrúpulos do terrível intendente Diogo Inácio de Pina Manique, que o conservou preso durante alguns meses, e que, depois de efectuada a sua ascenção aerostática, mandou demolir o barracão em que guardava o balão.

Da segunda ascenção de Robertson não conhecemos relação ou relatório algum.

Apenas sabemos da existência de um *Programa da ascenção aerostatica e descida em guarda quedas que*

EUGÉNIO ROBERTSON, FILHO

(Grav. da época)

(COLECÇÃO DO AUCTOR)

ha de fazer mr. Robertson na quinta do Ex.[mo] *Visconde da Bahia, Entre-Muros, domingo 5 de Dezembro de 1819,* reproduzido a pág. 417 e 418 do 9.º vol da *Revista Universal Lisbonense,* desconhecendo as circunstancias em que ela se realizou e se foi bem ou mal sucedida. Segundo êsse programa, as duas portas da quinta estariam abertas às 11 horas da manhã, uma para as pessoas que fôssem de carruagem, outra para as que fôssem a pé.

Ao meio dia lançar-se-iam ao ar alguns pequenos balões de diferentes formas, havendo entre elas uma de leopardo e, no recinto, tocar-se-iam músicas para distrair a assistência, enquanto se enchia o balão. À 1 hora e três quartos estariam concluídos os preparativos do balão e do guarda-quedas. Às 2 horas o aeronauta entraria na barquinha e, empunhando a bandeira portuguesa, faria as suas despedidas.

Pelas 2 horas e meia far-se-ia a subida do balão, anunciada por um tiro de peça. O balão elevar-se-ia até mil braças. Nesta altura, o aeronauta daria um tiro para indicar que ia descer no pára-quedas, tendo cortado, prèviamente, a corda que suspendia o balão. Êste partiria sòzinho e o aeronauta caïria com o referido pàra--quedas, descendo, ao princípio, ràpidamente e, depois, com suavidade. Com a trompa faria o aeronauta sinal do início da descida, que se efectuaria na mesma quinta, se o vento fôsse moderado.

Os bilhetes para êste sensacional espectáculo (1) ven-

---

(1) Depois de composto o artigo, encontrámos, no n.º 297 da *Gazeta de Lisboa*, de 16 de Dezembro, a relação desta ascenção e descida em pára-quedas. Decorreu tudo como se indicava no programa. Robertson, filho, desceu no pára-quedas na estrada das Larangeiras e o balão foi cair em S. Lourenço de Rana. Porém a ascenção, que devia realizar-se no dia 5 de Dezembro, como anunciou a *Gazeta* nos seus n.os 282 e 286, foi adiada, em consequên-

diam-se em casa do Robertson, na rua dos Romulares, n.º 27, 2.º.

Os camarotes para 9, 12, ou 16 pessoas custavam 1$600 reis por pessoa e as entradas na quinta custavam um pinto (480 reis). Os meninos de menos de 12 anos pagavam metade desta importância.

De Lisboa passou Robertson ao Pôrto, onde executou a sua terceira ascenção a 25 de Junho de 1820, para comemorar o nome de S. M. F. o senhor D. João VI.

As peripécias desta viagem aérea constam do folheto *Relação da terceira viagem aerostática de mr. Eugenio Robertson, dirigida por seu pae e executada no Porto no dia 25 de Junho de 1820 em memoria do nome de S. Magestade Fidelissima, rei do Reino Unido.* Porto, 1820, in-8.º de 8 pág.

Teve lugar a ascenção na quinta chamada do Prado, pertencente à mitra portuense, no dia 25 de Junho de 1820.

O enchimento do balão principiou às 3 horas da tarde e terminou às 5 horas.

Às 5 e meia subia, levando o arrojado aeronauta, que empunhava a bandeira portuguesa, dava vivas ao rei e ia lançando papeis com versos. Desceu próximo da freguezia de Ferreiró, num lugar além do rio Ave, situado a uma légua de Vila-do-Conde e a cinco léguas do Pôrto.

---

cia do tempo chuvoso que sobreveiu (*Gazeta*, n.º 287) para o domingo seguinte, 12 daquele mês (*Gazeta*, n.º 292,) vendendo-se os bilhetes de camarotes e os do anfiteatro a 1440 reis e os de simples entrada na quinta pelo preço fixado no programa.

A Intendência Geral da Polícia mandou publicar na *Gazeta* n.º 286 de 3 de Dezembro, um edital em que, para evitar confusões, se determina quais as ruas que devem tomar as pessoas que forem de carruagem ou a cavalo assistir àquele espectáculo.

Segundo a *Gazeta* n.º 98 de 27 de Abril de 1819, por conselho de Robertson, pai, foi melhorada a iluminação do teatro de S. Carlos.

Pernoitou em Bagunte em casa do major das ordenanças. E, finalmente, voltou ao Pôrto no dia seguinte, tendo recebido muitas felicitações.

Nada mais sabemos da estada, em Portugal, dêstes dois aeronautas flamengos.

Eugénio Robertson veiu a falecer, em 1838, em Vera-Cruz.

"Estevam Robertson, diz o anónimo autor do extenso artigo do *Diccionario Universal* (pág. 443 a 625) do falecido comendador Henrique Zeferino, teve o desgosto de ainda sobreviver, embora pouco tempo, aos filhos (Eugénio e Dimitri), e ao desmoronamento da riqueza que lograra accumular (um milhão de francos) em alguns annos prosperos de vida».

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA
DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

O BATIZADO DA PRINCESA DA BEIRA D. MARIA TERESA

ARIA Teresa Francisca de Assis Antónia Carlota Joaquina Josefa Xavier de Paula Micaela Rafaela Gonzaga — ¡tamanho nome para tão pequenino ente! — era o da princezinha da Beira, a primogénita dos príncipes D. João, o futuro D. João VI e de D. Carlota Joaquina. Nasceu no real palácio de N. Senhora da Ajuda às 6 horas e 40 minutos da manhã de 2.ª feira 29 de Abril de 1793 e foi baptizada na capela do mesmo palácio no dia 4 de Maio, pelo cardeal patriarca D. José Francisco Miguel António de Mendonça.

Foram padrinhos o rei de Espanha Carlos IV, seu avô, representado por seu sobrinho o infante D. Pedro Carlos, filho dos infantes D. Mariana Vitória e D. Gabriel António de Bourbon, filho de Carlos III de Espanha e irmão do então príncipe de Astúrias e mais tarde Carlos IV, que tanto se evidenciou pela amisade e dedicação que tinha pelo célebre D. Manuel Godoy,

Príncipe da Paz e amante de sua régia consorte, D. Maria Luiza de Parma.

Foi madrinha a rainha D. Maria I, avó da criança, que a loucura impedia de assistir a esta cerimónia, fazendo as suas vezes sua irmã D. Maria Francisca Benedita, princesa viúva do Brasil.

Tenho notado que vários escritores, referindo-se ao nascimento e baptizado desta princesa, a dão como nascida e baptizada em Queluz, o que não é exacto, pois tal acontecimento se deu no palácio da Ajuda, que ainda nesse tempo não era, como hoje, uma mole de pedra e cal, mas sim um enorme casarão de madeira, que Pombal tinha começado a tôda a pressa para alojar D. José e a real família depois do terremoto, que destruiu os velhos paços da Ribeira.

*

Era costume antigo noticiar-se ao povo o nascimento de um herdeiro do trono por meio de girândolas de foguetes. Logo que os vigias recebiam êste aviso, o transmitiam a outros e assim sucessivamente até chegarem à capital.

Quando nasceu D. Maria Tereza, do alto da Ajuda foi lançado o primeiro sinal. Recebeu-o o vigia da tôrre das Necessidades, que levara àlerta a noite inteira e logo passou o aviso ao real convento do Coração de Jesus (basílica da Estrêla), que por sua vez o transmitiu a S. Pedro de Alcântara, troando logo a artilharia de terra e mar e repicando os inúmeros sinos da cidade a anunciar „o feliz sucesso da princeza que deu a luz huma robusta princeza".

Para a cerimónia do baptismo, que revestiu grande imponência, armaram-se várias salas do palácio, com ricos panos de Arraz, sêda e damasco, recamados de ouro; fizeram-se pavilhões e da porta principal do palácio à capela montou-se um passadiço, com vária

obra de arquitectura, grande colunata, sêdas, bordados, ouro, etc. por onde devia passar o régio cortejo.

O templo, todo pintado imitando mármore e dourado na sua maior parte, foi também ricamente ornamentado com panos e alcatifas, erguendo-se dois tronos para o cardeal e família real, posta em frente da preciosa pia baptismal tôda de prata primorosamente trabalhada, e muita outra argentaria que devia servir na cerimónia.

A guarda real dos archeiros, formando alas por todo o passadiço, estendia-se desde a sala dos Tudescos até à capela. Abriam o cortejo os porteiros da câmara com as maças de prata; seguiam depois os reis de armas, arautos e passavantes, com as ricas cotas onde se destacavam os castelos do reino, conforme o costume antigo; os mocos da câmara e mais criados do paço; o corregedor do crime da côrte; o porteiro da câmara; o marquês das Minas, com o "massapão„, o duque do Cadaval com a vela e "ducatões" e o duque de Lafões com a "veste cândida"; os príncipes D. António e D. José (1); a princesa viúva do Brasil e o infante D. Pedro Carlos; o marquês de Ponte-de-Lima, mordomo-mór da rainha e o conde de Pombeiro, capitão da guarda real: emfim o pálio e debaixo dêle o príncipe D. João, pai da neófita, o marquês mor domo-mòr com ela nos braços e dois moços fidalgos a ladeá-los.

Pegaram às varas do pálio os marqueses de Valença, Angeja, Niza, Minas (filho), Penalva, Abrantes, Alvito, e Lourical e, como substitutos, oito „cavalleiros do foro de moços da câmara de S. Magestade"—José Joaquim de Matos Ferreira e Lucena, José António Rebêlo de Andrade, José Frederico Ludovici, João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, Domingos José Pinto da Silva, Pedro José Caupers, Lourenço Gomes de Araújo e Sousa e Joaquim José de Sousa Lobato.

Atraz do pálio ia a condessa de Ficalho, viúva, no lugar de camareira-mór, seguida das damas do paço. Numerosos fidalgos e o resto da côrte fechavam o magestoso e brilhante cortejo.

Foi a última cerimónia (e esta imponentíssima) que se realizou no primitivo palácio de madeira da Ajuda. Um ano, seis meses e seis dias depois, o povo de Lisboa viu consumir-se num formidável braseiro, que avermelhava todo o horizonte e os montes da Outra-Banda, a grande barraca, faustosa e opulenta, de el-rei D. José.

ANTÓNIO CALDEIRA PIRES.

---

(1) Bastardos de D. João V, geralmente conhecidos pelos *Meninos de Palhavã*.

UM ESQUELETO EM BOLANDAS

UANDO D. João VI abalou para o Brasil, supondo Junot já em Mafra, quando êste transpunha ainda a Beira, levou no séquito o seu mestre de capela Marcos Portugal, o qual, em vida do monarca e junto dêle, se finou e se enterrou na igreja do Morro do Castelo, do Rio-de-Janeiro.

Rolaram os tempos. D. João VI e quási todos os parasitas que o acompanharam, voltaram a Lisboa. Marcos Portugal foi esquecido, assim como os seus motetes célebres, à maneira italiana, que em Queluz abrilhantaram as reais festas.

Marcos Portugal nasceu em Lisboa. Deixou uma obra vasta e teve grande fama em Itália, onde se aperfeiçoou e em muito se inspirou. Há poucos anos sò-

mente, alguns portugueses patriotas, na sua ânsia de glorificar o país, interrogaram-se: «¿Onde estão os ossos de Marcos Portugal?» Então escreveram-se artigos inflamados. «¡O grande compositor esquecido!» E, vá de falar do grande músico aqui e acolá. Acontece, porém, que êste nome soante, que andava nas mentes lusas — «O nosso Marcos Portugal» — como «o nosso Vasco da Gama», «A nossa água de Vidago», representava simplesmente... um nome. As suas sonatas, os seus minuetes, os seus vilocos, eram admiràvelmente desconhecidos. Até hoje, tôda a gente tem cantado a *Maria Cachucha*, a *Noite Serena*... porém, de Marcos Portugal, nem sequer dois compassos de uma àriazinha. Então, em vista dêste insigne esqueleto, que patriòticamente iria importar-se, moveram-se os críticos. Analisaram a música, não tôda, que é muita, mas alguns trechos, os quais naturalmente sofreram a influência dessa época, que se manteve graciosa e medida desde Pursell até Rossini.

Ora Henry Pursell, que foi mestre de Bach, era inglês; Rossini, italiano. Não foram compositores nacionalistas. Tampouco, portanto, Marcos Portugal. Não há de nomeada, até ao tempo de Marcos, compositor algum que o fôsse. As toadas nacionais, até ao seu tempo, existiam monòdicamente transmitidas pelo povo, pelo povo concebidas e só pelo povo apreciadas. Beethoven era alemão, porque nasceu em Weimar. A sua música não é alemã, como tampouco a de Porpora é italiana ou a de Mouret francesa. A música, que é a expressão mais elevada da arte, não tem pátria. É um dom do mundo, porque a todo o mundo fala o idioma universal do sentimento e da beleza.

¿Como poderia pois Marcos Portugal ser um compositor regionalista? O regionalismo musical só é possível com grandeza fácil: à Russia, à Espanha... a Nápoles, por factores que implicam não superiori-

dade ou inferioridade, mas clima, modificando-lhes as heranças orientais, que foram as mesmas, desde a cantilena à dança dos russos, dos espanhoes e dos napolitanos. Mas Portugal, se bem que o Algarve e o Alentejo herdassem, como a Espanha, os cantos dos árabes, não recolheu a mesma riqueza melódica. ¿Porquê? Alegrem-se os patriotas...Pelo facto dos árabes haverem sido expulsos mais cedo da Lusitânia do que da Andaluzia. Eis uma das razões porque o pobre Marcos Portugal é tão maltratado pelos patriotas, que devem regosijar-se pensando nos reis conquistadores da primeira dinastia. Albeniz, Breton, Chapi, Granados, Falla, ¿a quem devem o nacionalismo das suas obras? ¿A Felipe I, a Calderon de la Barca, a Fernando o Católico, ao general Primo de Rivera? Não. Ao grande rei Boabdil, ao último rei mouro de Granada, pelo qual a formosa Espanha poude desenvolver os preciosos tesouros de grande parte da sua arte de múltiplas facetas.

Demoliram a igreja do Morro do Castelo, para a Exposição. Os ossos de Marcos foram metidos numa urna e entregues à colónia lusa. Volta-e-meia, ia um português célebre ao Brasil e eram pedidos e mais pedidos para que levassem aquilo dali. Todos, porém, se recusavam. Em Lisboa formavam-se partidos. Havia quem dissesse mesmo: "¡Marcos é um traidor!... Nem sequer fez um fado..." ¡Era uma grande responsabilidade! Emfim, um dia, o Dr. Bento Carqueja afoitou-se; mala a mais, mala a menos...Trouxe os ossos. Quando chegou, teve dificuldades alfandegárias. A pauta não previa tal importação...Conseguiu o ilustre jornalista desfazer-se da malfadada caixa no Arsenal de Marinha e suspirou, não fôssem obrigá-lo a guardá-la. Do Arsenal passou o esqueleto, demolido pelos solavancos dos transportes vários, para o Ministério dos Estrangeiros. Lá ficou a um canto. Mas um dia, um dos

MARCOS ANTÓNIO DA FONSECA PORTUGAL

(DA BIBL. NACIONAL)

muitos ministros que por ali passam, passando sempre, e se não sabe quem, embicou com a urna macabra, que lhe fêz aflição. Tocou, raivento, uma campainha: "¡Levem-me já isso daqui p'ra fóra!..." Um empregado levou a caixa num «taxi», por 9$50, para o Conservatório de Música, onde as más línguas dizem ainda está. Lá mesmo se celebrará o primeiro aniversário da sua morte: 7 de Fevereiro. À margem desta comemoração consta que será resada, em tal dia, uma missa com música religiosa do malogrado artistas. *Deo gratias*...

Dos maus fados que tão assustadamente levaram o pobre Marcos a sair de Lisboa com a côrte alvoroçada, aos gritos, entre as bagagens dispersas e a multidão medrosa dos franceses, são culpados os destinos. São êles que o trazem ainda à pátria, que o fêz cardíaco e de cujos ossos ao menos, se dêle são, se poderão fazer, sem a menor dôr para o desditoso Marcos, botões de ceroula.

Jaime de Balsemão.

A MATRICIDA MARIA JOSÉ

o artigo do meu ilustre amigo M. Cardoso Marta, *Um brado contra a pena de morte*, inserto no tômo II desta revista, vê-se uma gravura referente à criminosa Maria José, que há oitenta anos assassinara em Lisboa sua própria mãe. Essa gravura, aberta tôscamente em madeira, ilustra uma fôlha volante que nessa época se publicou.

Possuo uma litografia de feição popular com assunto idêntico — a ré a caminho da fôrca — que julgo oportuno tornar conhecida por a supor de pouca vulgaridade.

O crime causou grande emoção no público. Daí o aparecerem vários folhetos e a estampa mencionada, avulsa, que é a única que conheço.

A Camilo Castelo Branco deve-se o folheto *Maria! não me mates que sou tua mãe!* que saíu anónimo. Alberto Pimentel (*O Romance do Romancista*, Lisboa, 1890) diz que lhe contou Camilo «que recebeu em cobre o preço dêste opúsculo, e que foi grande a sua

satisfação quando em sua casa começou a despejar as algibeiras atulhadas de patacos.»

Bem curiosa é a citada estampa. Representa Maria José, em marcha para a forca, erecta no Campo de Santa Clara, com os habituais figurantes dêsse triste cortejo de morte. Essa litografia anónima, de uma grande ingenuïdade de composição e de desenho, medindo 51×39, tem a seguinte legenda:

SENTENÇA NA 2.ª INSTANCIA

Accordão em relação etc. Bem julgado foi pelo juiz do primeiro districto criminal desta cidadena Sentença appellada folhas cento noventa e tres verso, que condemnou na pena de morte natural na forca a ré appellante Maria, José sua profissão torcer esparto moradora ao tempo da sua prisão na Travessa das Freiras N.º 16, freguezia de Santa Engracia pelo enorme e horror a crime de ter aleivozamente assassinado com dezenove facadassmsua mãe Mathilde do Rozario daLuz, não (sic) *mee a caza em que ambas habitavam; sendo este crime acompanhado das circunstancias aggravantes de ter a ré mutillado o corpo de sua mãe depois de morta, cortando-lhe as pernas, as mãos a cabeça que desfigurou e indo depois lançar em um local as pernas e mão e em outro local o tronco do corpo, enterrando em caza na cosinha a cabeça, de cujo crime foi a ré accusada pelo ministerio publico e convencida pela decisão do jury, portanto confirmam a dita-sentença por seus fundamentos, e pelo mais dos autos; e pague a ré as custas. Lisboa, 11 de Janeiro de 1849. Baptista Lisboa—Godinho—Cunha—Ferraz—Mimoso Guerra—Neta—Alves de Sá.*

É desenhada à pena, tendo simplesmente esta indicação de origem: *Lith. Campo Pequeno N.º 19.* Parece ter sido feita no Pôrto, pois que em 1849, no lugar e

Maria José, diante da fôrca

(No Campo de Santa Clara)

(COLECÇÃO DO AUCTOR)

SENTENÇA NA 2ª JNSTANCIA

Accordão em relação etc. Bem julgado foi pelo juiz de direito do primeiro districto criminal d'esta cidade na Sentença appellada folhas cento noventa e tres verso que condemnou na pena de morte natural na forca a ré appellante Maria José, [illegible] no Tronco da Trancoso N.º [illegible], freguezia de Santa Engracia pelo enorme e horroroso crime de ter atrozmente assassinado com diversos ferimentos a sua mãe Mathilde do Rosario da Luz, na mesma casa em que ambas habitavam; sendo este crime acompanhado das circumstancias aggravantes de ter a ré [illegible] retalhado o corpo de sua mãe depois de morta, cortando-lhe as pernas, as mãos, a cabeça [illegible] e indo depois lançal-as em local [illegible] e em outro local o tronco do corpo, enterrando em casa na cosinha a cabeça: de cujo crime foi a ré accusada pelo ministerio publico e [illegible] pela decisão do jury, portanto confirmam a dita sentença por seus fundamentos, e pelo mais dos autos e pague a ré as custas. Lisboa 28 de janeiro de 1849. Baptista Lobo — Golado — Cunha — Ferraz — Menezes Guerra — Netto — Mello de Sá.

número referidos, havia uma oficina litográfica pertencente a Joaquim Cardoso Vitória Vila Nova, professor de desenho na Academia de Belas Artes do Pôrto. Digo «parece», em face da redacção da legenda, onde se lê «desta cidade» (Lisboa).

O mesmo tema iconográfico do patíbulo repete-se numa gravura em madeira de factura rudimentar que acompanha um folheto publicado no Pôrto em 1849, com o título: *Sentença de morte contra a ré Maria José, confirmada na Relação de Lisboa em 11 de Janeiro de 1849.* O sentido do cortejo é idêntico, vendo-se à frente o homem tocando a campaínha, com chapeu armado; dois homens de cabeça descoberta, uma com o painel de nossa Senhora e outro com uma vara na mão! um menino do côro alçando uma cruz; a ré, com um crucifíxo, ao lado de um padre, de barrete; uma fôrça militar de infantaria, e na cauda, a cavalo, um oficial da justiça de bicórnio e uma grande capa sôbre os ombros.

A história do crime é, em resumo, esta: Maria José vivia com sua mãe Matilde do Rosário da Luz na travessa das Freiras, n.º 17. Tendo travado conhecimento com um rapaz, José Maria, que freqüentava a casa, êste, por não ser bem visto pela mãe, aconselhou a filha, a apoderar-se de alguns haveres, a libertar-se dela. Assim o fêz, com requintes de crueldade. Cravou no peito da desgraçada dezanove facadas, tendo depois separado do tronco a cabeça com uma machada, e foi escondê-la debaixo de um tejolo do pavimento da cozinha. Separou os membros do tronco, indo pôr êste nas obras de Santa Engrácia e as pernas e mãos na travessa das Mónicas.

Prêsa, quando lhe mostraram a cabeça de sua mãe e lhe perguntaram se a conhecia, ela respondeu com tôda a naturalidade, comendo melancia com pão — *conheço, é de minha mãi!*

Ora o meu amigo Cardoso Marta teve a gentileza de me enviar alguns esclacimentos colhidos nos jornais da época:«A criminosa chamava-se apenas Maria José, filha de Agostinho José e de Matilde Rosária da Luz; tinha trinta anos de idade, aparentando pouco mais de vinte; era solteira, vendedeira de obras de esparto e de peixe algumas vezes. Morava com a mãe na travessa das Freiras, ao Campo de Santa Clara, e matou-a no dia 12 de Setembro de 1848, parece que para entrar ràpidamente na posse de umas terras que um padre deixara à velha, em Abrantes, além de um cordão de oiro e algum dinheiro que ela tinha amealhado.»

A Maria José era, evidentemente, uma louca, uma degenerada inferior em adiantado grau, que a justiça tomou à sua conta tal como a representam—de olhos vendados.

O seu julgamento, efectuado a 6 de Novembro de 1848, conforme se acha impresso, concluiu desta maneira: «....Depois o sr. Juíz publicou a sentença pela qual em conformidade das leis e da deliberação do júri, condenava a ré Maria José, solteira, a sofrer morte natural para sempre na fôrca, que se há-de levantar no Campo de Santa Clara, devendo a ré camiar para aquêle patíbulo pela travessa das Mónicas, travessa das Freiras, e por junto das obras de Santa Engrácia, e mais a condenou nas custas.»

A ré apelou da sentença, sendo novamente julgada a 11 de Janeiro de 1849 e condenada, na mesma, ao suplício da fôrca.

A estampa litografada, agora reproduzida, apareceu por esta ocasião.

A história tem de ficar incompleta, porque desconheço a data em que foi executada a matricida.

PEDRO VITORINO.

CURIOSIDADES E INDICAÇÕES ÚTEIS E PRECIOSAS

EXTRAÍDAS DE PROCESSOS DO «ARQUIVO DOS FEITOS FINDOS»

M 1735 os livreiros, que tinham por sua padroeira S.[ta] Catarina, reclamaram para que se não aceitasse aprendiz algum, sem que êste pagasse primeiro 18$000 rs, para as despezas da irmandade e que nenhum oficial pudesse tirar carta de aprovação sem que contribuísse com 4$800 reis.

Assim se observou até ao terremoto de 1755, e quando êsses donativos eram mais necessários para a reedificação da paroquial da mesma santa, cairam em esquecimento, até que em 1780 se tornaram a estabelecer com penas e multas.

*

Em 1831 havia em Vila Franca de Xira um negociante chamado António de Almeida Vinte Homens e Silva.

Pelo andar dos anos, êste Vinte Homens veio a dar, certamente, na família Mil Homens do nosso tempo.

*

Em 1832 havia na mesma vila, uma senhora chamada Ana Emerenciana de Sant'Ana, que era proprietária dum campo chamado os Arcans.

*

O reverendo António Dâmaso de Castro e Sousa, mais conhecido por o «Abade Castro,» autor de muitos folhetos sôbre assuntos artísticos, hoje muito raros e apreciados, tinha 15 anos quando tomou posse da Abadia de S.ta Eulália de Rio de Moínhos, igreja que era do padroado do visconde de Vila Nova de Cerveira e marquês de Ponte de Lima, D. Tomaz José Xavier de Lima Vasconcelos Teles da Silva. Foi êle apresentado nesse benefício com a condição de respeitar a pensão de 50$000 reis nele imposta a favor de D. Lourenço de Lima, que foi nosso ministro em Paris.

*

O Reinado de El-Rei D. José foi fértil em monopólios e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a-pezar de ter accionistas, era um perfeito monopólio, porque algumas das suas cláusulas consistiam no privativo do comércio e navegação nos portos da América Portuguesa e nas praças da metrópole.

Por êste facto, os deputados da Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio representavam ao rei contra essa concessão e as razões que aduziam eram bastante fortes para que um ministro qualquer mandasse sustar os efeitos do decreto e prometesse que ia estudar o assunto; mas o *Grande Marquês* (nessa ocasião conde de Oeiras) era inabalável e decreto real que êle inspirasse não admitia reconsideração, quanto mais revogação.

E como era um crime de lesa-magestade a representação em que êles haviam defendido a liberdade do seu comércio, o sustento das suas famílias e a prosperidade da sua pátria, D. José mandou-os prender no Limoeiro.

Parece que êles fizeram depois vários requerimentos sôbre a sua prisão, e o escrivão dos papeis que temos presentes chama-lhes *escandalosos por insultarem o Trono e a soberania e como a prisão no Limoeiro não era ainda proporcionada aos seus graves delitos*, D. José castigou-os da maneira seguinte: João Tomaz de Negreiros, António Marques Gomes e Matias Correia de Aguiar, condenados em 8 anos; para o presídio de Mazagão o primeiro, em seis anos os outros dois; Custódio Nogueira Braga, seis anos em Alcoutim; Custódio Ferreira Gois, três anos em Tôrre do Moncorvo; Inácio Pereira de Sousa, três em Penamacor; António Alves dos Reis, dois anos em Leiria; Belchior de Araújo Costa, para Pôrto de Moz e Manuel António Pereira, para Ourém.

A Companhia do Grão-Pará e Maranhão desfraldou as velas e singrou em maré de rosas durante alguns anos, até que um dia, em 1778, foi extinta.

O decreto que criou esta Companhia diz que ela foi fundada para o serviço de *Deus, do Rei e do bem comum dos vassalos.*

Era administrada por uma Junta, cujo presidente se denominava provedor e os seus membros deputados.

Cada um dêstes tinha as suas atribuïções. Ainda existe o livro onde se registavam os nomes dos accionistas e o manuscrito do estatuto pela qual a Junta se regia, assinado por um grupo de financeiros, entre os quais se achava Paulo Jorge, que deu o nome a um local da Junqueira.

*

No n.º 145 da *Gazeta de Lisboa* de 1832, vem publicado um decreto com data de 16 de Junho daquele ano, lançando um impôsto sôbre tôdas as janelas, que nas cida-

des de Lisboa e Pôrto, deitassem para as ruas, travessas e bêcos, no valor de 480 reis por cada janela do 1.º andar para cima, ou sacada, ou de peito, excepto as do rez-do-chão, que pagariam sòmente 240 reis. Nas outras cidades e vilas pagar-se-hia 240 reis no primeiro caso e 120 no segundo.

A cobrança dêsse impôsto far-se-hia durante 4 anos e a sua importância ***serviria para sustentação do exército e outras despezas indispensáveis à sua organização.***

Eram responsáveis os donos das propriedades e, na sua ausência, os seus feitores, procuradores ou administradores.

Foram feitas muitas penhoras por falta de pagamento do impôsto.

*

Logo que o 7.º correio-mór do reino José António da Mata de Sousa Coutinho faleceu no dia 7 de Novembro de 1790, foi feito o inventário dos seus bens.

O ro dêsse inventário é estupendo:

Um lhábito grande e outro pequeno, de oiro, com a cruz. Arrecadas grandes, laços de peito, plumas, seis alamares, pulseiras, uma custódia de trazer ao peito, três aneis, um paliteiro de ouro, um relógio, — tôdas estas peças cravejadas de diamantes. Um relógio com diamantes, rubis e esmeraldas, brincos de águas marinhas, um fio de 71 pérolas grossas, dois fios de pérolas miúdas de oito voltas cada um, umas meadas de aljôfar com vinte fios cada uma, um cestinho com crisálidas e uma safira grande, pingentes de topázios, aneis de esmeraldas, uma cruz de cristal guarnecida de ouro com um Santo Lenho, botões, fivelas, relicários, remates, cordões, bandejas, tudo em ouro.

Nove serpentinas, doze castiçais, onze salvas, cento e onze pratos, tres baldes, cinco faqueiros, sessenta facas, setenta e duas colhéres para chá, quatro cafeteiras, jarros,

bacias, manteigueiras, açucareiros — tudo de prata, três faqueiros com seis dúzias de facas e garfos de casquinha.

Louças de Saxe, da China e da Índia.

Bronzes. Lençois de Holanda, colchas de Malta, linhos de Guimarães. Damascos de Itália, panos de Ruão. Tremós, bofetes, canapés, tamboretes de mogno, xarão, nogueira e madeiras do Brasil. Quadros, imagens em marfim, roupas de linho, objectos do culto. Toneis, balseiros, barris. Pensões, foros, créditos. Quintas, casas de campo com o seu recheio, olivais e montados, fora o mais que não dizemos. Emfim, uma orgia de riqueza com que a senhora 7.ª correio-mór, D. Joaquina da Câmara e seus sete filhos, se deviam ter locupletado.

Entre as pessoas que deviam dinheiro ao casal, figura D. Inez Antónia da Câmara, aquela senhora a quem o negociante inglês Hudson legou por sua morte um quadro de Vieira.

*

Luiz da Silva Esteves foi em 1758 boticário de el-rei D. José.

A carta do monarca nomeando-o boticário de sua Real Casa, cargo vago por morte de seu tio Manuel Esteves da Silva, é assim concebida nas partes que nos interessam:

"A vós, D. José Mascarenhas e Lencastre, Duque de Aveiro, Marquez de Gouveia, Conde de Santa Cruz, meu muito amado e prezado Sobrinho e meu Mordomo-Mór.... Por confiar na boa informação que tenho da pessoa, e sufficiencia de Luiz da Silva Esteves.... Hey por bem de o tomar por Boticar da minha casa.... Haverá 20:000 reis de ordenado cada anno pagos na meza dos Azeites, e 7:500 reis no tesoureiro das moradias, à rezão de 375 reis por mez, e 250 reis mais para hum moço, e 2.736 reis de sua vestiaria ordinaria cada anno pagos

pelo tesoureiro da minha casa.... Haverá mais aposentadoria e alojamento de casas e os mais *(ilegível)* e precalços que lhe pertencerem, e dará as Mezinhas que forem necessarias para as Pessoas Reais e officiaes da minha casa, e soldados da guarda que assistem no Paço as quaes Mezinhas lhe seram pagas cada anno pela consignaçaõ da Folha dos Officiaes da minha casa por mandado do meu Mordomo-Mór, e pelos preços que se pagavaõ aos mais Boticarios seus antecessores.... E dará tambem as Mezinhas que se comprarem pelos armazens para as armadas da Costa, India, Brazil e mais conquistas... Jurará na minha Chancellaria de bem e fielmente servir o dito officio.... E pagará de novos direitos, 13:618 reis que foraõ carregados ao Tesoureiro delles..»

Luiz da Silva Esteves morreu solteiro em 1775 e sua mãi, Cecília da Silva, habilitou-se à herança, que consistia numa *importante divida que lhe ficou devendo a casa Real naõ só pela importancia dos remedios ministrados da sua botica para toda a Familia (Real) mas taõ bem por alguns ordenados, comedorias, e vestiarias.*

¡Em tôdas as épocas os empregados do Estado deixaram de receber a tempo e horas os seus ordenados!

João Jardim de Vilhena.

EPISTOLÁRIO

VII

UMA "CUNHA"... MIGUELISTA

Faz agora 32 anos que, sendo o conselheiro José Navarro de Andrade inspector de fazenda da India, foi procurado em Pangim por um nativo de nome João Avelino, que era portador de uma carta de recomendação, nada mais, nada menos, que de Sua Alteza Real a Senhora Dona Aldegundes, condessa de Bardi.

O caso pareceu tão extraordinário a meu pai, que admitiu a possibilidade da carta ser apócrifa; e, assim, mandou pedir ao snr. conde da Redinha, por intermédio de uma parenta, o favor de averiguar se ela era verdadeira.

Em seguida à carta publicamos a do snr. conde da Redinha e um telegrama de Sua Alteza.

Êste facto mostra-nos de quanto é capaz um índio para conseguir uma recomendação que lhe possa render um emprêgo público.

Schwarzau 21 de Jan.º de 1900

Senhor Conselheiro,

Esteve alguns annos de serviço em minha caza um certo Domingos Francisco Fernandes; as suas boas qua-

lidades e m.ta fidelidade fazem com que eu me interesse a tudo quanto lhe diz respeito.

Este acaba de me escrever que seu sobrinho, João Avelino de Deus Sant'Anna, da comarca de Bardez, um rapaz com uma certa instrucção e qualidades apreciaveis desejaria inmensamente ter um logar na secretaria da qual o Senhor Conselheiro é Chefe.

Segundo vejo pela carta o João Avelino deve estar habilitado para preencher o logar a que aspira.

Como este rapaz não tem meios e é orphão de mãe, com o pae doente, ser lhe hia m.to reconhecida se quizesse adherir ao meu desejo que aqui lhe esponho, porque as pessoas de que falo merecem m.to ser attendidas.

Deus guarde o Senhor Conselheiro em sua Santa Guarda.

Dona Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon
Condessa de Bardi. (1)

Quarta-feira 11-4-1900

Ex.ma Snr.a

Minha boa prima

Tenho a honra de enviar-lhe o telegrama junto recebido no dia 9 do corr.e em que Sua Alteza Real a Senhora Condessa de Bardi confirma a verdade da carta em questão: Pode a sua amiga fazer o uso que quizer do telegrama.

. . . .

De V. Ex.a Primo e Resp.r Cr.o
M. Ant.o de Carv.o Daun e Lor.a-Redinha

---

(1) O papel desta carta vem timbrado com um M e um A entrelaçados, sob uma corôa real.

TELEGRAMA

Conde de Redinha Lisboa

9 Abril 900 ...de Schwarzau Amsteinfelde em 8 ás 10 h. 50m M.

Agradeço, carta é verdade, amisades.

Aldegundes.

A senhora Condessa de Bardi, Dona Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon, era filha do Snr. D. Miguel I.

A. G. N.

VIII

DA VELHA FARMACOPEIA

Quem remexe papelada velha, sempre encontra novidades do passado. Edmund Bach, médico-farmacêutico saxão, sabendo pelos jornais franceses do estado grave da rainha de Portugal, D. Carlota Joaquina, escreveu-lhe uma carta que fêz acompanhar de uma receita, em pergaminho, para a aliviar dos seus sofrimentos.

Veio tarde, porque no dia 7 de Janeiro de 1830 falecia D. Carlota Joaquina e no dia 10 era sepultada na igreja de S. Pedro de Penaferrim, em Sintra.

Carlota Joaquina foi, de tôdas as soberanas portuguesas, a que mais se salientou na política do país. D. Miguel foi o seu escudo nas últimas revoltas.

Já muito doente, viu-o triunfar e, desde 1828, nunca mais apareceu nas festas da côrte, vivendo no palácio de Queluz, em modestos aposentos, tendo no seu oratório particular o formoso retrato do filho D. Miguel, pintura de Giovanni Ender, que hoje se admira naquele palácio, na sala do Lanternim.

Não faremos um juizo do muito que se tem escrito sôbre esta Rainha, do muito mal com que se tem conspurcado a sua honestidade. Quando um dia se possa joeirar o que há escrito, poderemos então apreciar a sua conduta, como mulher e como mãi.

Carlota Joaquina, após angustioso sofrer, faleceu por efeito de um scirro no útero ou, segundo outros, de hidropisia.

A. C. P.

Madame

Si l'état de l'indisposition où se trouve Votre Majesté est celui dont plusieurs journaux français font mention, je serais, peut-être, assez heureux pour contribuer à votre prompte guérison par le remède ci-joint.

Le remède, qui se compose de substances tout-à-fait simples et innocentes est un secret dont je dois la possession au hasard, et qui a réussi dans les cas les plus extraordinaires; je le soumets d'ailleurs au savant jugement des médecins qui jouissent de la confiance de Votre Majesté.

Je suis avec le plus profond respect, de Votre Majesté

le très-humble et
très obeissant serviteur

Edmund Bach

Paris, 10 Janvier 1830
Rue Jacob, N.º 20

Inclusa vinha a receita seguinte: (1)

R. Vini albi generosi, (libram unam et semis)
Baccarum juniperi, manip. j (manipulum unum)
Rad. allii porri, fasc. j (fasciculum unum)
Lagena operta ad levem calorem per viginti horas etqu atuor absque coctione digere, dein cola.

D. S.—Il faut en boire 3 demi verres par jour, dont un le matin à jeun, et ne pas laisser épuiser la provision, afin de ne pas interrompre le traitement.

Edmund Bach

---

(1) Os componentes dêste manipulado eram: bagas de zimbro e raízes de alho pôrro, em cozimento de vinho branco generoso.

CAMILO E A LOUCURA

Não é um estudo de psiquiatria, nem tam pouco uma análise crítica das tendências mórbidas, que porventura existiram em Camilo, o que vamos fazer. Sòmente uns leves apontamentos a propósito do autor das *Freiras que faziam chagas* e do interêsse que lhe mereceu o estudo de certos problemas psicológicos de algum modo afins da loucura.

Não pretendemos por consequência descobrir no sarcasta da *Queda d'um Anjo*, quaisquer pendores anormais, que entanto já alguém julgou surpreender nas páginas por demais celebradas das *Novelas do Minho*. Não aceitamos, pois, que Camilo fôsse um vulgar necrófilo, como pretende um distinto médico português.

Camilo era, principalmente, um extraordinário estilista. Foi êle, sem dúvida, o mais fulgurante e variado vivificador da língua portuguesa. As suas qualidades

críticas eram, contudo, mínimas, e o seu poder criador, "para além da forma", quási nulo.

Assim, qualquer estudo por êle feito em vista de obter conhecimentos práticos para a criação de personagens, representou pura perda sôb êste aspecto.

Camilo não poderia jamais fazer psicologia. As suas páginas serão veementes ou exaltadas, mas nunca profundamente exactas. Era um escritor de emoção, mas não um modelador de baixos relevos minuciosos e sufocantes. A técnica de Proust tê-lo-hia feito rir.

Em tôda a sua obra se pode constatar o que acabamos de dizer. Todavia, nas anotações que em alguns livros lançou à margem, mais se evidenciam os factos apontados.

Num exemplar que possuímos de *Le crime et la folie*, de Maudsley, rabiscou Camilo abundantes notas a propósito do texto, algumas das quais sem maior relação com o que na obra se expõe. São as que passamos a transcrever, para regalo de algum camilista curioso de tôdas as prosas do mestre:

A propósito da citação duns episódios bíblicos inverosímeis:

"Um homem de sciencia não deve acceitar o testemunho de casos fabulosos p.^{a} fortalecer os seus argumentos. Se a citação é uma ironia, vem mal cabida em obra tão seria."

Diz Maudsley que não devemos aceitar sem sério exame as visões e os êxtases dos epilépticos e Camilo comenta:

«Os milagres referidos p.^{r} chronistas de freiras— hysterismo, epilepsia, e ás vezes demencia— alg.^{as} vezes impostura. Vej. *Freiras q. faziam chagas* p.^{r} C. C. B.»

Noutro ponto:

"Todo o systema penal e em todos os crimes abo-

lido. O que não fôr crime por insania, será crime por falta de *senso moral!*" (1)

Comentando um passo de Esquirol, em que um lavrador abastado sentia tentações, durante a noite e só nessa ocasião, de matar a mulher que dormia a seu lado, escreve:

«A theologia medica explicava isto cabalm.te: Tentaçoens do diabo».

Verdade seja que páginas atraz, lança à margem duma opinião de Maudsley, àcerca da vontade irresistível de praticar um acto criminoso, que repugna à razão de quem o pratica, estas palavras: "Loucura impulsiva„.

Mais adiante, noutra passagem:

"O temperamento insano é a loucura latente. A ausencia de senso moral é a heridatierid.e (*sic*) da demencia. Responsabilid.e a mesma."

A propósito dum louco que matou o guarda, diz Camilo:

"Se não era melhor p.a a socied.e ou pelo menos p.a o guarda q. o tivessem enforcado?"

Escreve o crítico inglês anotado por Camilo, que muitas ideias e opiniões, até hoje aparecidas no mundo, foram reputadas absurdas e, por consequência, partos da loucura humana e vieram mais tarde a ser tidas por verdades verificadas. E o romancista anota:

"O Christianismo. Veja a opinião dos contemporaneos—Tacito e Flavio Josepho„.

A página 65 do citado livro, há uma nota muito interessante, embora incompleta. A propósito da insuficiência mental e desenvolvimento particular numa direcção especial desta mesma faculdade nalguns imbecis, Camilo exemplariza, depois de sublinhar a lápis as

---

(1) Sentido incompreensível; mas é cópia textual da nota camillana.

frases que mais nitidamente transluzem várias gradações da idiotia:

„O caso de J.„

Deve referir-se ao filho Jorge. É típico para o esclarecimento do valor moral de Camilo esta frialdade de observação, inusitada nêle e dizendo respeito a alguém tam íntimo.

No fecho do livro comenta Camilo:

"Visto q. o auctor materializa o homem até ás condicões d'um animal inferior, sou de opinião que ao doudo homicida se faça o que se faz ao cão hydrophobo, sendo certo q. se em algum dos dois peza a responsabilid.[e] é no homem. Veredictum do P.[e] John Pearhouse em polemica com Maudsley.

Seria inútil salientar o nenhum valimento crítico destas notas; outro é o seu valor. São interessantes; eis a razão porque as publicamos.

F. Alves de Azevedo.

UM LIVRO CURIOSO

o ano de 1784 imprimiu-se em Lisboa, na oficina de Domingos Gonsalves, um curioso volumezinho em 8.º pequeno intitulado *Arte e Diccionario do Commercio, e Economia Portugueza, para que todos negoceem, e governem os seus bens por calculo e naõ por conjectura; ou para que todos lucrem mais com menos risco.*

Saiu dos prelos sem nome de autor, mas Martinho da Fonseca, a pág. 169 do seu *Diccionario dos pseudonymos e obras anonymas* declara que a paternidade da obra pertence a Bernardo de Jesus Maria. (1)

---

(1) Êste Bernardo de Jesus Maria, a quem se refere Martinho da Fonseca, é, nem mais nem menos, do que Fr. Bernardo de Jesus Maria, religioso franciscano observante da província de Portugal. Chamava-se no século Bernardo de Lima e Melo Bacelar. Foi prior no Alentejo e amigo do arcebispo D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas. (Veja o dicionário *Portugal).*

Autor de várias obras e, entre elas, do pitoresco *Diccionario da Lingua Portugueza, em que se acharáõ dobradas palavras do que traz Bluteau, e todos os mais Diccionaristas juntos; etc.*, conhecido vulgarmente pelo «Dicionário do Tris-tris.»

Quis o acaso, pelo favor de um amigo, que nos viesse às mãos um exemplar dêste livrinho, e a sua leitura, deveras curiosa, deu-nos a ideia de falar dêle nesta «Feira», a propósito de notas que se conteem no seu *Diccionario do Commercio Portuguez, importativo e exportativo em o anno de 1777, com a sua economia e adjunto.*

Este dicionário é uma lista informativa das mercadorias que ao tempo se consumiam, com a indicação dos valores da importação e exportação relativa ao ano de 1777, e muitas delas veem acompanhadas de notas do autor, que lhe dão interêsse e, por vezes, graça. Vamos transcrever algumas das que nos pareceram mais interessantes:

"*Bacalháo.* Trouxerão os Inglezes a Lisboa
59693 quint. a 3660 192,856,380
. . . ao Porto 47690 2 quint.
4000 190,762,000
. . . a Viana 11933 quint. ao m. 47,732,000
. . . á Figueira 6520 quint. ao m. 26,080,000
e os Castelh. á Traz-dos-Mont.
127 arrob. por 228,600

«Este peixe foi descuberto pelos nossos Viannezes em 1507, e tão frequentado pelos d'Aveiro, que segundo o Registo que traz Carvalho, vierão 70 navios carregados delle em 1550. E a terra do bacalháo foi povoada por Francisco de Souza em 1577 conforme diz o mesmo. O bacalháo nos estragou as nossas pescarias, mas ainda tem remedio. V. art. Peixe.

"*Bandejas de pao açharoádo* (1). Introduzirão os Hamburg. em Lisb. 36 a 3600. 129,600

"Como se nós não tivessemos paos, e çharáo, melhor do que elles.

---

(1) Todos os cc no grupo *ch* veem cedilhados (!!!).

"*Borráçhas.* Exportarão os Castelhan. do Minho
40 borraçh. a 180 7,200
da Beira 160 duzias 208,600
e de Traz-dos-Montes 18 por 10,800
"Já no tempo dos Romanos usavamos dellas, e nos servião de barcos para passarmos os rios. Tito Livio, etc.

"*Borrachinhas de Gomma.* Exportarão de Lisb. os Inglez. 273 duzias a 360, 98,280. Em Olivença do Rio Negro ha muita desta gomma elastica, e della fazem ao modo dos sineiros borraçhinhas do Entrudo, syringas, pelas, botas impenetraveis á agoa, e mais vasos; caiaçoens, e bitumes etc. Ha pouco, que se inventou na aula de Engenharia Lisbonense o tirar o lapis com um pedáço de borraçhinha. Xavier.

"*Cannos de espingarda.* Introduzirão os Hol.
em Lisboa 102 a 1600 163,000;
quando o Conde de Lippe levou de Braga pedaços de troçhados que foi ver fabricar.

"*Cebolas Albarrans.* Levarão do Algarve 28
arrobas a 100 2,800
«Estas cebôlas bem cosidas em agua com ferros emferrujados dão tinta preta de tingir pannos, e ainda de escrever.

"Quasi todos os montes de Portugal abundão dellas.

"*Estampas.* Trouxerão os Hamburg. ao Porto
192 duzias 22,900
os Francez. a Lisboa 832 ² duz. 139,160
e os Genovez. a Lisboa 1999 duz. a 280 128,000
«Tendo nós bons abridores, e pelles para pergaminho, para que havemos de esperdiçar este dinheiro?

"*Pontas de Boi.* Levarão de Lisboa os Inglez.
3 ² centos a 2000 7,000
os Hamburg. 18 milheiros a 2000 36,000
os Francez. 9 centos ao m. 18,000
e os Genovez. 2 milh. ao m. 5,000

«Devo-me queixar dos pintieiros, tinteireiros, caixeiros, navalheiros etc. e dos Brasileiros tambem, e muitos não mandarem; más deixarem perder tantas pontas. Ellas são transparentes, e com folhétas occultas parecem tartarúgas etc. se as seguintes pontas tem tantas serventias como as não terão as de boi? As unhas de boi, cavalo etc. tem quasi o mesmo prestimo.

"*Sal* – Faz o autor uma longa indicação dos valores exportados e no fim tem esta curiosa nota:

"O sal depois de refinado val em dobro, e occupa menos; faz a todo o animal mais gordo, forte, fecundo, e leitoso. Encyclop. V. art. *Tarifa.*

"*Tinta da China.* Trouxerão os Holand. a Lisb. 10 arrateis a 840 8,400

"Ouvi dizer que a nossa Academia se promettera fazela de olio de ciba etc.»

LUCIANO RIBEIRO

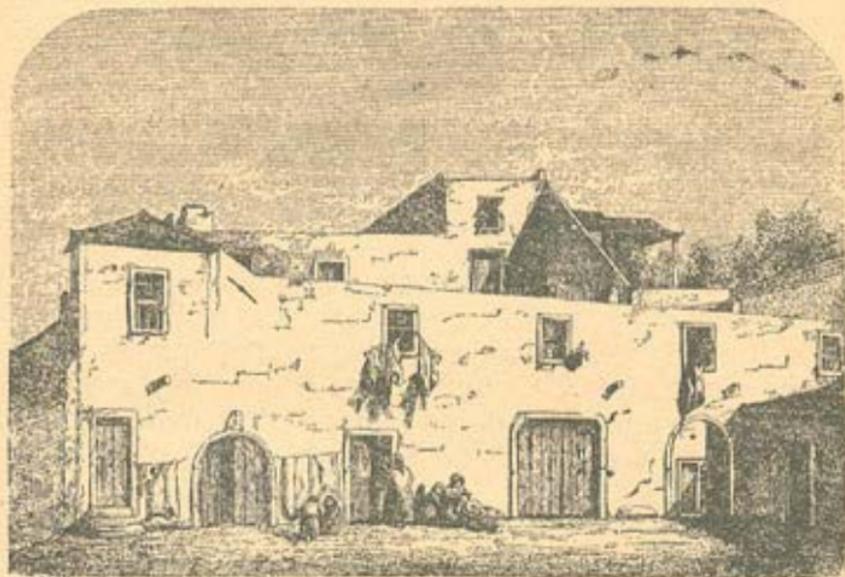
POEIRA DOS TEMPOS

XXVIII—PAÇOS DA UNIVERSIDADE (LISBOA)

"A Universidade, tempos depois da sua ultima mudança para Coimbra, alienou os seus paços de Lisboa, que foram passando a diversos proprietarios e que ainda eram habitados em 1755, morando então n'elles monsenhor Amaral, prelado da igreja patriarchal, quando succedeu o terremoto. Desmororou-se o edificio e ao diante foram-lhe aproveitando os pedaços de parede que ficaram de pé, construindo-se sobre as ruinas pobrissimas habitações.

"D'estes paços da universidade, a que el-rei D. Manuel fez algumas obras de augmentos e concertos em 1503, restam ainda preciosas reliquias, que se podem ver na *rua das Escholas Geraes*, á qual deram o nome, dentro de um pateo, hoje chamado *dos Quintalinhos*, fronteiro á casa dos srs viscondes de Balsemão.......

"Na mesquinha frontaria do edificio do *pateo dos Quintalinhos*, descobrem-se entre outros pedaços de construcção antiquissima, duas portas dos antigos paços, ambos de verga de volta redonda. Uma tem por cima uma pedra com esculpturas bastante gastas pelo tempo, mas que ainda deixam distinguir no centro uma figura humana sentada. Sobre outra porta, que fica no interior

do edificio, e para a qual se sóbe por uma estreita escada de pedra, de poucos degraus, está uma lápida mais pequena, que a supra citada, tendo esculpida no meio em baixo relevo uma figura humana, em pé, vestida de roupas talares, com uma inscripção por baixo em caracteres gothicos um pouco apagados, representando estarem gravados n'uma fita. Por cima da outra porta, na mesma escada encontra-se ainda uma terceira lapida igual

a esta, e tambem com uma inscripção. Representariam sem duvida essas figuras a *Sapiencia*, que era o emblema da universidade. As pedras que estão esculpidas seriam provavelmente alli collocadas depois da doação do infante D. Henrique, pois que se acham embebidas nas paredes, e sem ligação com os arcos das portas.

"A entrada para o *pateo dos Quintalinhos* é um grande portão em meio de altos muros coroados de ameias».

I. de Vilhena Barbosa, in *Archivo Pittoresco*, 1862, tômo V, pág. 335 e 336.

AS FAMÍLIAS
CURVO SEMEDO E CHATILLON

(DUAS CARTAS)

4. I. 932.

Meu caro Gusmão Navarro

No n.º 1 dêste ano da *Feira da Ladra*, sou convidado pelo nosso comum amigo D. Tomaz de Almeida (pág. 41) a esclarecer a vinda a Portugal do barão Carlos de Chatillon, o seu casamento em Setúbal com a filha do poeta Curvo Semedo e a forma como êle veio a ser possuidor dum palácio na Avenida Todi.

Cumpre-me desde já dizer que não sei uma única palavra sôbre tais assuntos. E se escrevo já, é para lhe dizer que não sou descendente do poeta, como o D. Tomaz supõe, nem no mesmo grau, nem noutro qualquer. Foi surpreza para mim que o poeta fôsse cirurgião (ignorava-o) e que tivesse outra filha a não ser a do primeiro casamento com D. Ana Ludovice de Santa Bárbara e Moura, a qual se chamou, por sinal, D. Maria Amália e veio a ser mulher do dezembargador António Delgado da Silva e mãi da condessa da Redinha D. Maria Joana Curvo Semedo Ludovice Delgado, onde a geração se extinguiu

Eu sou parente desta gente, mas por outro lado. O poeta era neto de Manuel José Curvo Semedo, irmão de Pedro Joaquim Curvo Semedo e ambos filhos de Francisco Curvo Semedo, mercador de ferro em Lisboa, na rua nova, o qual foi irmão do famoso médico João Curvo Semedo. Daquele Pedro Joaquim é que é quarta neta minha mãi. Devo portanto ser primo em quinto ou sexto grau de D. Tomaz de Almeida.

A êste, o que lhe peço, é que me informe sôbre a filha do *Belmiro* e sôbre o resto.

Am.º certo

MATOS SEQUEIRA

*

Meu caro amigo

Tornámos a ler o processo referente ao marechal Carlos Luiz d'Amon e Chatillon e vimos que casou em Setúbal com Ana Joaquina de Castro Pinto Vieira e Barbudo, em 6 de Maio de 1770. Êle era filho do barão Bernardo de Amon de Berna e de Luisa de Chatillon e natural do Império da Alemanha. Ela era filha de Gonçalo José de Castro Vieira Pinto de Barbudo e de Izabel Inácia da Silveira. O marido faleceu a 29 de Fevereiro de 1796 e ela a 1 de Fevereiro de 1801.

Tiveram duas filhas: Maria Carolina Auta de Castro Pinto Vieira e Barbudo de Amon, que nasceu em 12 de Setembro de 1774 e Mariana Ludovina de Castro de Chatillon, nascida em 7 de Dezembro de 1775.

O processo de habilitação destas duas Senhoras era para receberem as rendas de várias tenças das quais a mãi era administradora e que lhas havia legado quando faleceu. Nesses documentos não há a menor referência ao poeta Curvo Semedo e leem-se nele as variantes *Chatillon, Catillon, Alençon e Allensson.*

Estas notas ampliam a notícia que démos a pág. 193 do n.º 5 do vol. 3.º.

Am.º certo

João de Vilhena

COMO SE GANHOU CAÏENA

OMO complemento ao interessante artigo que, com o título *Como se perdeu Caïena*, publicou o sr. Gomes Monteiro no último número desta revista, vamos reünir neste artiguelho algumas notas sôbre a tomada da Guïana Francesa pelos portugueses e a sua entrada em Caïena.

Em represália dos actos praticados pelos franceses em Portugal em 1807-1808, resolveu o govêrno, instalado no Brasil, organizar uma expedição contra aquela sua colónia.

Essa expedição constava de tropas de terra comandadas pelo tenente-coronel de artelharia Manuel Marques, constituindo o Corpo de Vanguarda dos Voluntários Paraenses, composto de uns 500 a 600 homens, e marchou do Pará, em 3 de Dezembro de 1808, embarcada na escuna *General Magalhães* e em outros navios portugueses, a que se reüniram ainda outros e a corveta inglesa *Confiance*, do comando do capitão sir James Lucas Yeo, que assumiu o comando da fôrça naval.

Depois de uma breve campanha em que as fôrças

francesas, que mantinham diversos postos bem organizados com artelharia e apoiados pelo brigue *Joséphine*, ofereceram uma forte resistência, os portugueses apoderaram-se da Guïana Francesa no meado de Janeiro de 1809.

Em 12 dêste mês foi assinada a capitulação pelo comandante francês, Victor Huguey e, em 13 ou 14, as tropas portuguesas entravam triunfalmente em Caïena, sua capital.

Foi nomeado seu governador o desembargador João Severiano Maciel da Costa, natural de Minas-Gerais, depois 1.º visconde e 1.º marquês de Queluz (no Brasil), que não deve confundir-se com o 1.º barão, 1.º visconde e 1.º Conde de Queluz, (em Portugal) António Bartolomeu Pires, cirurgião da real câmara e grande valido de el-rei D. Miguel (1), cujo retrato, em vez do daquele, vem, por lapso, a ilustrar o artigo do snr. Gomes Monteiro. (2)

Antes de tomar posse do seu cargo, governou a colónia uma junta governativa.

Para comemorar a tomada de Caïena foi cunhada uma medalha, cujo uso, como distintivo, não foi per-

---

(1) A quem Martiniano da Silva Vieira se refere no seu tão curioso livrinho *A minha vida, e a dos meus amigos ou os ultimos 40 annos*, Lisboa, 1848: "O Pires Cirurgião, filho da Padeira Caniveta (na Carreira dos Cavalos) foi feito Barão de Queluz;" e «. . o unico amigo de confiança que acompanhou o Infante (depois da Abrilada) foi o Cirurgião Pires, depois Barão de Queluz, e que sempre se lhe mostrou fiel."

Tanto dêste titular de Queluz (em Portugal), como do outro (no Brasil), tratou com grande desenvolvimento, no prefácio do 1.º vol. da *Historia do Palácio Nacional de Queluz*, por António Caldeira Pires, Lisboa 1925, o nosso querido amigo e confrade Afonso de Dornelas.

(2) Este lapso deu-se igualmente no vol. 8.º da *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas, 3.ª ed., pág. 285.

mitido, descrita por vários medalhistas, entre êles o nosso falecido amigo Dr. Artur Lamas.

Do seu precioso trabalho *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*, Lisboa, 1917, transcrevemos a respectiva descrição:

"Na orla, a legenda, que começa do lado esquerdo, em baixo, e é interrompida no exergo: *D: Joam P: G: D: Princ: Regen: de Portugal &c.*

«No exergo, que não está separado por friso, a data: *1809.* Cabeça do Principe Regente, com bastante relêvo, voltada à esquerda e adornada com uma corôa de louro que se prende, junto da nuca, com um laço. No campo, junto do córte do pescoço, a assinatura do gravador: *Pidgeon F.* e no próprio córte a do modelador, que em todos os exemplares que temos visto está muito confusa, podendo ler-se, com dificuldade, talvez, o seguinte: *Mod. By. Rovw (?). R.*—Na orla, a legenda, que começa do lado esquerdo, em baixo, e é interrompida no exergo: *Cayenna tomada a: os* (sic) *francezes.*

«Ao centro, a data: *14. Jan/1809.*, escrita em duas linhas horizontais no centro de uma corôa feita com dois ramos de café, ligados em baixo por um laço. AR. dourada. Diâmetro: 51 milimetros. Não é comum».

Por resolução de 11 de Setembro de 1810 foi estabelecido que a todos os soldados «que foram á gloriosa expedição de Cayenna, se;a concedido o trazerem no braço direito a palavra—Cayenna".

A Guïana foi entregue ao conde Carra de Saint-Cyr, representante da França, em 8 de Novembro de 1817, segundo o determinado no Congresso de Viena, no tratado de Paris de 30 de Maio de 1814 e na convenção de 28 de Agosto de 1817.

Acêrca da forma como exerceu as suas funções de governador, escreve João Severiano Maciel da Costa, num folheto, que possuímos, intitulado *Apologia que dirige a nação portugueza J. S. M. da Costa, do Conselho de Sua Magestade e seu Desembargador do Paço no Rio de Janeiro, a fim de se justificar das imputaçõis que lhe fazem homens obscuros, as quais derão causa ao decreto de 3 de Junho e á providencia comunicada no aviso de 11 de Junho do corrente anno de 1821,* "Cresceu a estima d'El-Rei vendo o modo com que organisei na Guyana Francesa uma Administração completa em todos os seus ramos de Justiça, Policia e Fazenda, preparando os Planos organicos e dando regimentos ás diferentes repartiçõis, e como diriji esta mesma Administração oito annos com plena satisfação sua e de seus Ministros, e geral contentamento dos habitantes d'aquela Conquista que inda hoje xorão por um governo tão paternal.»

Mais adiante alega outros serviços prestados a Portugal: "Como tirei o partido possivel d'aquella Conquista quando previ que poderia vir a ser restituída aos Francezes, fazendo transplantar para o Brasil o que havia n'ella de generos preciosos tanto indigenas como estrangeiros, fundando, como fundei, por minha só diligencia, trez Jardins de especiarias, um no Pará, outro em Pernambuco e outro no Rio-de-Janeiro, que florescem, onde entre outras coisas temos o girofle e a

muscada, e emfim vulgarisando a cana d'assucar de Cayena, que é tão superior á creoula do Brasil, que tem feito triplicar os rendimentos dos Engenhos.„

Sôbre a entrega da colónia (1), diz o seguinte "Sobretudo eisultou S. Magestade de praser quando: viu o modo com que me conduzi na infeliz entrega daquella Conquista ao Governador Francez, o Conde Carrá Saint-Cyr, e na negociacão que com elle fiz em virtude das Notas trocadas entre o nosso Plenipotenciario e o Duque de Richelieu, n'aqual nada escapou que tocasse a Dignidade e interesses de Sua Real Coroa e a honra do Nome Portuguez."

Portugal, que tantos sacrifícios, de tôda a espécie, fêz durante a Guerra Peninsular, não só ficou sem esta colónia, como se viu, mas até nunca conseguiu que lhe fôsse entregue Olivença.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA
DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

---

(1) Vid. *História da guerra civil*, de Soriano, 2.ª época, tômo I, pág. 585; id., tômo IV, parte II, pág. 307; id., tômo V, parte I, pág. 268 e id., tômo V, parte II, pág. 460 e *Catalogo das medalhas brazileiras e das estrangeiras referentes ao Brazil*, pela Viscondessa de Cavalcanti. Paris, 1910.

“OS BROCAS”

ROMANCE QUE CAMILO NÃO CHEGOU A ESCREVER

AMILO Castelo Branco, referindo-se ao seu antepassado Domingos José Correia Botelho, pai do celebrado Simão do *Amor de Perdição*, concede-lhe uma linhagem fidalga e apresenta-o “como alcançadíssimo de inteligência”, que é como quem diz: estúpido como um tamanco.

Salienta que êsse Correia Botelho “grangeara entre os seus condiscípulos da Universidade o epíteto de “brocas” com que ainda hoje os seus descendentes em Vila-Real são conhecidos. Bem ou mal derivado, o epíteto “brocas” vem de “brôa”. Entenderam os académicos que a rudeza do seu condiscípulo procedia do muito pão de milho que êle digerira na sua terra”.

O egrégio romancista planeava escrever um novo livro, intitulado *Os Brocas*, em cujas páginas perpassariam as memórias dessa família tão bizarra quão desgraçada, que o *Amor de Perdição* deixara imcompletas.

Essa ideia obcecava-o a todo o momento.

Nas *Memorias do Carcere*, diz:

"... recordo-me eu que fiquei ouvindo de minha tia a história de meu avô assassinado, de meu tio morto no degrêdo, de meu pai levado pela demência a uma congestão cerebral..."

Com efeito, o pai de Camilo, modesto funcionário dos correios em Vila Real, morreu doido.

Camilo pensava insistentemente na sua desventurada ascendência e registava os seus pensamentos, afirmando que sua tia, decrépita e cadavérica, lhe dissera "tornar-se necessário ser desgraçado para não contradizer os fados da família."

Em 1883, quási tôdas as publicações do editor Ernesto Chardron ostentavam o anúncio de *Os Brocas* (romance de uma família), da autoria de Camilo Castelo Branco.

Dois anos depois, o romancista publicava na *Bohemia do Espirito* a seguinte alusão ao seu plano fracassado:

"À portaria do mosteiro augustiniano da Piedade, em Santarém, chegou em 1762 um homem na flôr dos anos a pedir o hábito. Mostrou pelos seus documentos chamar-se João Correia Botelho, e ser de Vila-Real de Traz-os-Montes. Viéra de longe propelido por uma grande catástrofe. A profissão era o acto final de uma tragédia que eu escreveria froixamente nesta minha idade glacial, se tivesse vida para urdir o romance intitulado *Os Brocas*. Como a história é enredada e de longas complicações, nem ainda muito em escôrso posso antecipá-la. Se eu morrer, como é de esperar da medicina, com a malograda esperanca de escrever êsse livro, algum de meus sobrinhos encontrará nos meus papeis os elementos orgânicos de uma história curiosa e recreativa".

¿Que seria feito dêsses papeis?

Ora, um feliz acaso trouxe às minhas mãos o livro *Le crime et la folie*, de H. Maudsley, professor de medicina legal da University College, de Londres (edição da Librairie Germer Baillière et C.ie — Paris — 1880) e nas margens dêsse interessante volume, hoje pertença do distinto colonialista, sr. Alves de Azevedo, deparei com várias notas traçadas a lápis pelo próprio punho de Camilo Castelo Branco.

No ante-rôsto, por exemplo, esboça uma espécie de árvore genealógica da sua malfadada família, dando Rita Preciosa como doida e filha de Teresa Inácia, também doida, e cita-lhe duas filhas com tara idêntica. Referindo-se a Simão Botelho, apresenta-o como homicida, filho e neto de homicida. Alude a Manuel Botelho, atribuindo-lhe ausência de senso moral, à face das teorias de Maudsley. Os filhos do romancista são também classificados como "filhos duma senhora epileptica", tendo Jorge "a herança da bisavó e trisavó" e Nuno a tara herdada do avô Manuel, opinião formulada acêrca dêste último e reforçada com a nota: "A ausencia de senso moral é a hereditariedade da demencia".

Na página 65, Camilo anotou uma passagem alusiva a casos de idiotia e imbecilidade em que são citados exemplos de enfermos que manifestam, por vezes, uma prodigiosa memória, especialmente na fixação de nomes e números, relatando, com todos os pormenores, casos longínquos e patenteando, por vezes, uma extrema habilidade para a mecânica.

Camilo anotou simplesmente: *O caso de J.*, isto é, o caso do seu querido filho Jorge.

Com efeito, quando o desventurado rapaz teve de ser internado no Hospital do Conde de Ferreira, do Pôrto, o professor dr. Ricardo Jorge declarou no seu atestado, que tem a data de 2 de Agôsto de 1886:

«... Aprendeu a ler e a escrever e chegou mesmo

a iniciar os estudos preparatórios, que não pôde prosseguir por falta de capacidade, sendo para notar que sòzinho, em casa, adquiriu razoáveis conhecimentos de língua latina, entregando-se também ao desenho com certa habilidade".

Terminando, o ilustre sábio afirma que „ o pai do enfêrmo, sendo um homem de talento, é um nevropata e um sifilítico e que o avô paterno foi um alienado, assim como dois tios„.

Pelo visto, o projectado romance *Os Brocas* seria alicerçado numa forte base científica, constituindo um aglomerado de atenuantes às faltas gravíssimas dos Correia Botelho. Ficaria sendo uma espécie de reabilitação dos filhos do romancista, uma explicação cabal da origem da loucura do Jorge e da ausência de senso comum do Nuno, sem esquecer que D. Ana Plácido, sua mãi, "era uma senhora epileptica".

Por baixo dessa espécie de árvore genealógica dos *Brocas*, aparece uma multiplicação a sugerir a ideia de que Camilo tencionava dar ao livro 16 fôlhas de 16, ou seja uma totalidade de 256 páginas.

No fim de contas, o romance *Os Brocas* nunca apareceu.

Gomes Monteiro

OS PISCOS DE SEZIMBRA

UMA EDIÇÃO DOS «LUZIADAS»

E

UMA ENCOMENDA DE EMPADAS

ODOS os bibiliófilos e estudiosos conhecem, de ciência certa, que existe uma edição dos *«Lusíadas»* datada de 1584, impressa por Manuel de Lyra, raríssima hoje, e chamada comumente *dos piscos*. De ouvido sabem-no também muitos curiosos, mas dêstes alguns o que não saberão é o motivo de tal nome. ¿ Dos piscos porquê ?

O porquê é o seguinte:

Numa nota à estância 65 do canto III, onde Camões fala da *piscosa Cezimbra*, diz o ignorado comentador, a quem talvez pertença a autoria dos cortes e emendas feitas na edição, *que a razão de convir a Cezimbra o epíteto de piscosa, é porque em certo tempo do ano se ajunta ali uma grande quantidade de piscos para se passarem para África.*

Inocêncio Francisco da Silva, citando isto, fulmina o escasso entendimento do anotador.

A ideia era rara. Efectivamente, isto de notabilizar a pitoresca vila com um *rendez-vous* de piscos antes de partirem de longada até às costas de África, aspando a lógica ideia da sua riqueza piscatória, era, até certo ponto, digna do anátema do incansável e probo bibliófilo.

Nunca alguem se lembrou, que eu saiba, de averiguar, todavia, da razão da nota.

Aquilo não se imprimia ali sem mais nem menos. Algumas vezes andei com os piscos ás voltas, da mesma forma que o falecido Alberto Pimentel andou com *os cães do Nilo*, de Sá de Miranda, *que correm e vão bebendo*, mas desistia ao cabo da primeira inculca.

Não podia ir até Sezimbra esperá-los e espreitá-los. E punha o assunto de lado.

Aqui há tempo, porém, veio-me parar às mãos, entre outra papelada (os papeis velhos correspondem à minha simpatia por êles) uma fôlha de papel, amarelecida, a letra característica, cabidoal, do século XVIII, que logo me interessou vivamente. Era o caso dos piscos que vinha ter comigo.

Tratava-se de uma conta que deveria ter sido enviada ao marquês de Tancos por um José da Fonseca Pais, cuja assinatura figura ao fundo rematada pelos inevitáveis rabiscos ornamentais. Êste sujeito ou era correspondente do marquês, ou fabricante da iguaria encomendada. Ora a encomenda referia-se a *empadinhas*, a empadinhas de piscos, e, pelo volume, destinava-se decerto a gordo festim — banquete de anos ou de casamento, assembleia pomposa ou "púcaro de água". Não consegui averiguar de que festa se tratava. A *Gazeta de Lisboa*, que, às vezes, se referia a algumas delas, estava então suspensa por Pombal. A conta das empadas está datada de Sezimbra, de 13 de Setembro de 1770.

Examine-se o documento:

José da Fonseca Pais, recebido o encargo de manufacturar a iguaria, começou por contratar um homem para apanhar os piscos e os picanços a 200 reis por dia. No fim de dezassete dias estavam apanhados 2.220 piscos e 84 picanços.

Feita a colheita, vá de chamar o "depenador". Tarefa extenuante, essa. Depenar 192 dúzias de pássaros era obra. Pois depenaram-se, e o homenzinho que fêz o trabalho, fê-lo, levando 5 reis por cada dúzia. Como na "conta" se mencionam um pataco e três vintens, respectivamente, como preço de cada dúzia de piscos e de picanços, a não ser que tal custo correspondesse ao "feitio" das empadinhas a lucro do Fonseca Pais (o que não se infere do dizer da parcela que lhe diz respeito) ocorre-me preguntar a quem teria sido feito o pagamento. ¿Ao caçador? Não. Êste já recebera o estipêndio do seu trabalho. ¿Ao Deus criador que lhes dera vida e os levara até ali para negócio? Não é de crêr, sem ofensa grave à religião e à lógica. ¿Então a quem? Só se se pagaram à câmara de Sezimbra como taxa municipal. Fique o caso em mistério para lhe dar maior interêsse.

Caçados, depenados e pagos os *passouros*, como lá se escreve, tratou Fonseca Pais de comprar os outros géneros: 12 alqueires de trigo, 115 arráteis de manteiga de vaca e 24 da de porco. O trigo custou-lhe a 450 reis cada alqueire. A manteiga de vaca a 120 reis o arrátel e a de porco a 200 reis. O custo total foi, pois, de 24.000 reis. Os restantes temperos (adubos, como então se dizia) importaram em 3.050 reis.

Começaram a fabricar-se as empadinhas e, feitas elas, vá de ajustar com a forneira. Por onze tostões fez-se o contrato (20 reis por dúzia), e assim prontas, còradas, apetitosas, ainda faltava outra despesa — o

papel para embrulhá-las. Comprou-se uma resma por 850 reis.

Agora é que estava tudo pronto, pensará o leitor. Engana-se. Faltava ainda o transporte.

Foi necessário alugar três cavalgaduras — a carga foi por três vezes — para a levar a Cacilhas, e fretar três barcos para a travessia até Belém. As bêstas arranjaram-se por oito tostões e as três travessias importaram em 3.600 reis, um quartinho cada barco. Desta forma, as 55 dúzias de empadinhas (660 empadinhas) vieram a custar ao marquês de Tancos 49.330 reis, que viriam a ser hoje cêrca de dois contos de réis, se os meus cálculos não falham.

Êste faustoso marquês, também 5.º conde de Aveiras pelo seu primeiro casamento com D. Inês Telo, herdeira da casa de Aveiras, adquirira o marquesado pelo segundo consórcio com D. Constança Manuel, filha única, que era, do segundo marquês de Tancos e sexto conde de Atalaia, D. João Manuel de Noronha. Era da casa Ribeira Grande, filho dos segundos condes, e chamava-se D. Duarte António da Câmara. O ser herdeiro de duas boas casas poderá explicar a sua estravagância em gastar, só num piteu da sua mesa, cento e vinte e três cruzados. O que não explica é êle ter vivido cem anos, como viveu de 1693 a 1793, a não ser que os piscos tivessem o poder de "elixir de longa vida".

Agora, a sério:

O documento, o que prova, indubitàvelmente, é que ainda no século XVIII, os piscos freqùentavam Sezimbra e que com êles se faziam empadas saborosas e apreciadas na côrte. Como se a conta não bastasse, na referida fôlha de papel escreveram-se duas notas a lápis, de letra novecentista, que dizem: a primeira... *Atendendo às numerosas empadas de passarinhos que se faziam em Cezimbra, quási sempre de*

piscos e picanços, bem disse talvez um anotador dos Lusiadas *que Camões chamou piscosa a Cezimbra em razão dos muitos piscos que nela havia.*

E a segunda: *Curiosa industria especial de Cezimbra.*

E como se tudo isto ainda fôsse pouco, o coronel Francisco Coelho de Figueiredo, em certa página do 14.º volume do *Theatro* de seu irmão, exclama na sua algaraviada pitoresca e misturada (mas sempre preciosa), ao referir-se aos voláteis úteis, depois de anatematizar os que são prejudiciais: — *ainda como em Cezimbra, em estação propria, de que se fazem as boas empadinhas, ainda que com pouca ambição e muito desmazelo.*

Só me faltava ir a Sezimbra completar a minha investigação e lá fui neste último domingo magro, num automóvel amigo, que rápidamente atravessou a linda região e me pôs na piscosa vila citada por Camões. Já pelo caminho fui estranhando não topar um unico *passouro*. Nem piscos, nem pardais, nem nada. Entrado na povoação, o mesmo. Apenas duas gaiolas com canários. Numa das ruazinhas, vi numa taboleta: *Pensão Piscosa*. Bem, pensei eu. Cá temos uma reminiscência camoneana. Mais abaixo, varado na praia, um bote, tendo escrito à prôa, o mesmo *Piscosa*. Depois, mais nada. Preguntei ao gentio:

— ¿ Ainda aqui se fazem empadas? ¿ Os piscos ainda aparecem por aqui? ¿ E picanços?

Olharam-me espantados, como se eu lhes preguntasse pela Teoria de Einstein. Apenas um velho me informou:

— Aqui há uns anos morreu aí uma mulherzinha, que fabricava empadas.

— ¿ De quê? De quê? — preguntei ansioso.

— De carne ou de peixe, conforme.

Desanimei. A tradição das empadinhas do marquês

de Tancos extinguira-se, e dos piscos nem se me dava fé.

Deixei Sezimbra — pobre vila esquecida, engolfada no seu sonho de um pôrto de pesca — quási ao anoitecer. Os olhos ainda se erguiam para os ramos e para as franças das árvores.

Nada... nada... Nem um trilo, nem um esvoaçar. E, quando cheguei a Cacilhas, ia já convencido de que a caçada do Fonseca Pais fôra tão temerosa, que os piscos não só nunca mais puseram as asas em Sezimbra, como avisaram tôda a demais passarada dessa tremenda *Saint-Barthélemy* de 1770.

MATOS SEQUEIRA

DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CURIOSIDADES E INDICAÇÕES ÚTEIS E PRECIOSAS

EXTRAÍDAS DE PROCESSOS DO «ARQUIVO DOS FEITOS FINDOS»

o número 1 do presente volume fala-se de João Pereira Côrte-Real. O erudito investigador Sr. Frazão de Vasconcelos publicou uma monografia que lhe diz respeito e que tem por título *João Pereira Côrte-Real, Conselheiro de Guerra d'El-Rei D. João IV e as Naus da Carreira da Índia*, Lisboa, 1921.

O teor do requerimento em que êle pede para ser conselheiro de Estado daquele rei, é o seguinte:

"Joaõ Pereyra Corte Real he fidalgo muito honrado por seus Auôs, e quinto neto de Martim Gonçalues do Carualhal, como he notorio a todos os que tem liuros, ou escreueraõ de gerações teue tais procedimentos, e occupou taõ grandes lugares que os grandes de Hespanha lhe falauaõ por Senhoria como consta da carta do Senhor Duque de Medina Cidonia, e do Duque de Nagera, e teue particular amisade com o Ex.mo Senhor Du-

que Pay de V. Mag.de, que Deos g.de como se ve da sua carta, he do conselho del Rey neste Reyno, ha onze annos; foi General com estandarte Real, e poderes de Soga, e cuchilho em todas as quatro partes do mundo, a saber na Azia sendo Capitaõ mór das naos da India; na America sendo General de Escolta da prata de Castella o anno de 632. em Africa sendo gouernador, e Capitaõ General de Cabo Verde tomando a fortaleza de Berseguiche aos olandeses; em Europa sendo general da armada desta Coroa em propriedade que seruio hum só anno, por estar os outros impedido de gota, sendo o primeiro marinheiro deste Reyno o dia da acclamaçaõ de Sua Mag.de a nobresa deste Reyno o fez vir ao Cons.o destado, e nelle assistio votando em tudo ate o dia que Sua Mag.de chegou, em que estaua despachando o auiso de Catalunha, e sendo pessoa de tantos merecim.tos, e o mais obrigado à fidelidade he o mais desamparado de valia com Sua Mag.de, porque nenhum dos validos he parente seu, nem hade falar nele a Sua Mag.de; tem de comer bastantemente, como soldado pretende de Sua Mag.de honra, e acrecentamentos; Está seruindo de Conselheiro de guerra com grande satisfaçaõ, pretende que Sua Mag.de o faça Conselheiro d'estado tendo respeito a seus merecimentos, e hauer muitos annos que he do Conselho, e a ser general tantas vezes em todas as partes do mundo (singularidade para hum soldado ser estimado) ficando obrigado a seruir juntam.te no Cons.o de guerra, e no que Sua Mag.de for servido, porque ainda no Cons.o d'estado conuem que Sua Mag.de se sirua de pessoa de tantas noticias de guerra, e de todo o mundo como elle. E. R. M."

*

Em 1794 vivia na praça de Setúbal o marechal

de campo Agostinho Jansen Moller (de origem alemã) casado com sua prima Catarina Jansen Moller, que era filha de Teresa da Silva Orta.

O seu filho mais velho foi o naturalista Adolfo Frederico Moller, já falecido, inspector do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, que deixou um filho, Henrique Carlos Moller, actual chefe dos serviços postais em Lisboa.

*

A páginas 150 do vol. 1.º da "Feira" vem mencionada uma quinta em Azeitão chamada *Parvoíce*.

Na «Gazeta de Lisboa», n.º 96, de 25 de Abril de 1825, fala-se de uma propriedade chamada também *Parvoíce*, adiante de S. José de Ribamar e que tinha o número de porta 388.

Essa propriedade estava na posse de Manuel Joaquim de Mendonça Escarlate, herdeiro da firma José da Silva Ribeiro.

Sôbre esta propriedade houve um litígio que durou 10 anos.

*

Em 1811, António Cairou e sua mulher Joana Angolini, residentes em Lisboa, foram contratados para trabalhar no *Teatro Grande* do Funchal, como *primeiros bailarinos grotescos*. E porque o emprezário Pompílio Maria Panizza não lhes pagou, êles moveram-lhe um processo.

*

Em 1839 era costume, quando morria algum indivíduo prêso nas Cadeias Civis de Lisboa, não deixar sair o seu cadaver do edifício emquanto a autoridade, a cuja

ordem êle estava encarcerado, não enviasse o mandado de soltura.

Naquele ano, morreu um prêso no Limoeiro. O juiz do crime do bairro do Mocambo não mandou a ordem de soltura, porque estava de cama com reumatismo gotoso, tendo as mãos entrapadas. O provedor da saúde pública não se meteu no caso, porque isso representaria um conflito de competências para resolver um assunto que, pelas leis, cabia só aos juizes do crime.

O cadáver, pelo motivo de cheirar mal, foi pôsto fora da porta com sentinela à vista.

E por fim, o juiz do crime do bairro do Limoeiro prendeu-o à sua ordem e logo à sua ordem o mandou soltar!

*

A pág. 195 do vol. 3.º citámos os nomes do príncipe Pio de Saboia e da princesa sua mulher, como proprietários de terrenos em Belas.

Sabemos agora que aquêle principe casou com uma descendente de D. Cristóvão de Moura, português de nascimento, mas, pelos serviços prestados aos hespanhois, feito por Felipe III marquês de Castelo-Rodrigo e vice-rei de Portugal em seu nome.

Foi êste marquês quem, de acôrdo e mão-comum com sua mulher D. Margarida Côrte-Real, neta do navegante e descobridor Gaspar Côrte-Real, fundou e vinculou a quinta de Queluz, tendo adquirido por compra nos subúrbios dessa quinta grandes tratos de terreno.

Em 1640 a quinta foi sequestrada a D. Cristóvão, ficando na posse da corôa portuguesa, e os terrenos não vinculados passaram aos seus descendentes, visto que dêles ainda estavam empossados em 1832.

Esta família tem a sua casa em Milão.

*

Em 1803 havia em Lisboa uma família com o apelido Rossignol, que tinha alguns filhos, que deixaram descendência.

*

Em Janeiro de 1811, o corregedor do crime, Francisco de Paula Aguiar Ottolini, com o alcaide do bairro do Rocio e o escrivão do juízo foram, em virtude de ordens superiores, assaltar os botequins com bilhares, onde se jogavam as *descarregadas.*

Êste jôgo consistia em os parceiros carambolarem sem que as bolas tocassem num copo de sola que se colocava no meio do bilhar com o fundo para cima e, postos sôbre êle, quatro dados. O jogador pagava conforme o número das pintas, quando os dados caiam.

Foram aos três principais botequins com bilhar, talvez os mais suspeitos dêsse tempo: bilhar de S.ta Justa, bilhar das Colunas a S. Roque e botequim de José António Francisco, ao Passeio Público.

Resultado do assalto: prisão de quatro sujeitos e apreensão: de um jôgo de gamão, a quantia de dois mil reis, dois copos de sola e quatro dados.

João Jardim de Vilhena

O "SÃO PEDRO" DE TÔRRES-VEDRAS

A velha ermida da Senhora do Pinheiro, ao norte de Tôrres-Vedras, passada a Ponte da Mentira, existiam, por 1861, quatro paineis antigos em péssimo estado de conservação, de "boa pintura em madeira", representando os apóstolos S. Pedro e S. Paulo, e os santos Lourenço e Sebastião. Assim o notaram na segunda edição da bela monografia *Descripção Historica economica da villa e termo de Torres Vedras do grande torreense Manuel Agostinho Madeira Torres*, os seus anotadores, António Jacinto da Gama Leal e José Eduardo César.

Um dia visitou Tôrres, a meu convite, o erudito autor do *Portugal Artistico e Monumental*, Doutor Pereira de Almeida, e na sua visita à ermida abandonada onde existe ainda a velha imagem da *Senhora de Ro-*

quamador, fêz-me notar a semelhança entre o São Pedro que ali existia e o São Pedro de Viseu.

Esta observação entusiasmou-me e levou-me a tratar, nas gazetas locais, da possibilidade da existência em Tôrres, de quadros do grande pintor de Viseu, tanto mais que Cirilo Volkmar Machado diz ter sido possível, que D. Afonso V tivesse mandado estudar à Itália Vasco Fernandes — o mesmo D. Afonso V, que fundou o convento do Varatojo, a dois quilómetros ao poente de Tôrres, onde habitou tantas vezes e onde existe ainda a sua janela, a «janela do Conselho», e onde existia e donde foi salva miraculosamente, a sua formosa cadeira, pelo eminente crítico de arte e ilustre director do Museu Nacional de Arte Antiga, o snr. dr. José de Figueiredo.

A reforçar as minhas presunções e as minhas esperanças havia ainda o facto de Frei Manuel de Santa Maria, na *História da Fundação do Real Convento e Seminario do Varatojo*, depois de afirmar que é de Vicente Baccarelli o formoso Santo António que orna a capela-mór, assegurar que são de Grão-Vasco, o "Apeles português", os quatro quadros da mesma capela e mais dois que existiam na sacristia do convento.

Dos meus artigos dei conhecimento ao distinto director do Museu de Grão Vasco, o snr. Almeida Moreira, que, a meu pedido e convite, teve a grande amabilidade de vir a Tôrres, desanimando-me com a perentória e autorizada afirmação de que não eram de Vasco Fernandes os quatro apóstolos da Senhora do Pinheiro, no Ameal.

Mais tarde, quando o snr. dr. José de Figueiredo honrou Tôrres-Vedras com a sua visita e o pequeno Museu Municipal que fundei e cuja direcção tive que deixar para proceder à instalação da Biblioteca Municipal, aquêle eminente crítico de arte notou que os quatro apóstolos eram o que restava de dois trípticos.

Tendo-lhe merecido os paineis bastante interêsse, não afirmou contudo, nem ao de leve, que os apóstolos tivessem sido obra de Vasco Fernandes.

Que me conste, até ali, ninguém tinha notado a correlação dos quadros entre si, sendo para lamentar a absoluta impossibilidade de descodrir o paradeiro das portas que faltam para completar os dois trípticos.

Já nessa ocasião, os paineis tinham sido levados por mim para a sala formosíssima da Irmandade dos Clérigos Pobres, onde tinha instalado e onde se encontra ainda, o pequeno Museu Municipal de Tôrres-Vedras.

Com seu belo silhar de azulejos, reproduzindo um desenho do nosso Cláudio Coelho, a quem Ris-Paquot enquadra nos pintores da escola espanhola, chamando-lhe Cláudio *Coello*; e com um lindo tecto de maceira, onde em ricas molduras douradas se enquadram, em boa pintura, os quatro evangelistas do pintor torreense Bernardo António de Oliveira Gois, a sala da Irmandade dos Clérigos Pobres é, sem dúvida, uma das mais lindas salas de Portugal do século XVIII.

Ali continuam os quatro apóstolos de Grão-Vasco ou de alguém que o reproduziu; e se o São Pedro de Tôrres-Vedras, a quem o ilustre e erudito pintor Alberto de Sousa nega também a paternidade de Vasco Fernandes, não tem a riqueza e opulência de realização, nem a imponência do São Pedro de Viseu; se não tem a doçura e bondade do São Pedro de Tarouca; nem por isso o São Pedro de Tôrres, deixa de impressionar pela bondade magoada e triste com que, do alto da sua dignidade, estende a sua benção paternal.

Li há tempos, na *Feira*, o interessantíssimo artigo em que o snr. Rocha Madahil trata do São Pedro da igreja de Mouraz, e como desde então formei o propósito de apresentar aos leitores da *Feira* o São Pedro de Tôrres-Vedras, realizo hoje essa aspiração,

S. PAULO S. PEDRO

apresentando-o, bem como a porta lateral direita do tríptico, com o maior desgôsto de não poder reproduzir, por incompleto, o tríptico inteiro.

Por ela verão os leitores da *Feira* que o São Pedro de Tôrres-Vedras, que hoje, como se disse atraz, se encontra no pequeno Museu Municipal desta histórica vila, é, a todos os títulos, digno do melhor aprêço e veneração.

Tôrres-Vedras, 1932.

R. Salinas Calado.

"¡ORA NÃO SE PERCA A CASA DOS BICOS!"

ITO popular antigo e muito conhecido.

¿A que atribuir o grande valor que o povo lhe dava e donde naturalmente veio o anexim?

¿Seria por causa dos brilhantes que a lenda diz terem existido engastados no vértice de cada uma das pirâmides que revestem a fachada?

Ignoro.

Não me compete a mim, pobre remendão de escada das cousas velhas de Lisboa, resolver o problema, se é que não está já resolvido.

A propósito do anexim citado, lembro que também se encontrava, perdida no interior do Brasil, uma casa dos Bicos ainda em tempo de D. João VI.

A descrição do caso acha-se num artigo sôbre o

"Cunhal das Bolas" da rua da Rosa das Partilhas, a páginas 288 do volume V do "Archivo Pittoresco", de 1862.

"Em Cantuby, provincia do Rio de Janeiro, existe uma casa chamada dos *Bicos*, que foi pertença de uma família muito poderosa, já falecida. Um de seus chefes presenteou D. João VI com uma galinha e doze pintos, todos de oiro massiço. Querendo-se saber quem fôra o primeiro possuïdor da casa, e buscando-se nos arquivos do império documentos que pudessem satisfazer êste desejo, meramente de curiosidade, encontrou-se o nome seguinte, que era de quem a tinha mandado edificar: D. Maria Renalse Recoralta Reconquésia Perinínqua de Godões Campeão Catarollo."

¿ Seria alfacinha esta primeira proprietária e naturalmente grande admiradora da casa dos Bicos da Ribeira-Velha?

Pelo nome parece que não.

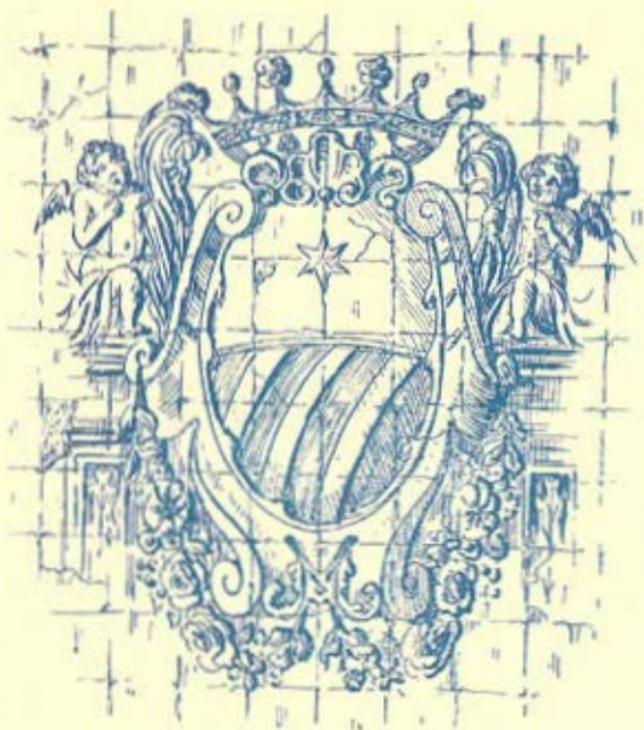
Em todo o caso, acho interessante a descoberta e muito para notar o nome da primeira proprietária da referida casa, nome cuja leitura é um bom exercício para quem tiver a memória fraca e dificuldade de pronúncia.

Dr. Carlos Santos

A SEPULTURA DA MARQUESA DE RAVARA NO CEMITÉRIO DE BEMFICA

No interessante trabalho intitulado *O lindo sitio de Carnide*, refere-se Gabriel Pereira á transferência da campa da Marquesa de Ravara, da velha igreja de S. Lourenço daquela pitoresca localidade para o vizinho cemitério dos Arneiros, no aristocrático arrabalde de Bemfica. Nada, porém, nos diz acêrca dessa nobre senhora, a quem um título, embora estrangeiro, devia dar direito a mais honrosa jazida que não fôra em tão obscuro recanto dos arredores da nossa antiga côrte.

Papeis que o acaso me depôs nas mãos, dão-me escassa notícia dalguns factos relativos à sua vida.

Aos 29 de Novembro do ano de 1717, falecia em Lisboa, na sua casa junto ao Sequeiro das Chagas, o marquês D. Pedro Francisco Ravara, sendo sepultado na sacristia do Loreto, no carneiro dos provedores.

BRAZÃO DE ARMAS
DO MARQUEZ DE RAVARA, D. PEDRO
(Azulejos citados no texto)

Desenho de C. M.

Fôra casado com D. Ana Maria Guido, de quem não houvera filhos.

Entre os muitos centos de cruzados que o falecido marquês trazia a juros, contavam-se uns míseros seiscentos e doze mil reis emprestados a Paulo Gomes da Costa, um honrado chefe de família, que lhe hipotecara uma propriedade de casas na "rua direita que vai do Poço novo para o dos negros e para o Most.^ro da Esperança, da parte da terra". (1)

Impaciente por abandonar o triste casarão da rua do Ataíde, a impiedosa viuva obriga os órfãos de Paulo da Costa a porem a casa em praça e arremata-a para si, tomando posse dela em Abril de 1718. Naturalmente seguiram-se as necessárias obras para a instalação da nova propriedade e tenho razão para supôr que data dessa época o azulejamento das paredes com os belos paineis que ainda se podem vêr, nas salas os do andar nobre e nos muros do pequeno jardim os que foram barbaramente arrancados do segundo andar. Destacam-se ali ainda umas armas que devem ser as do defunto provedor da irmandade de Nossa Senhora do Loreto: sob uma coroa de marquês e suportado por dois rechonchudos meninos, um escudo *partido*, com uma estrela de 6 pontas e 3 contra-bandas.

Instalada a marquesa na sua nova morada, segue-se um período de trinta anos, em que provavelmente se entreteve a dissipar a avultada herança do usurário esposo, até que vou encontra-la na sua quinta de Carnide, em tam más circunstâncias que, não só tivera de arrendar a casa de Lisboa, como se vira na triste necessidade de a hipotecar para, com outros bens, garantir um empréstimo de quinze mil cruzados, que lhe fizera D. João Luiz de Menezes, "para desempenhar algumas

(1) É o prédio que tem hoje os n.^os 128 a 136 e pertence aos herdeiros do último visconde de Ribamar.

peças de sua casa". E, ou porque os quinze mil cruzados, soma na verdade elevada, não tivessem a aplicação devida, ou por outra forte razão, o certo é que D. João de Menezes, julgando o seu dinheiro mal-parado, chama as justiças, e a 26 de Fevereiro de 1748, o alcaide do bairro do Rossio, Bartolomeu Antunes Teixeira de Matos, vai ao Poço dos Negros e "na dita propriedade e seus Rendimentos faz penhora, e corporal aprehensão para pagamento da quantia" ¡que fôra, pouco mais dum mês antes, emprestada! No ano seguinte foi a malfadada casa posta em praça e arrematada pelo desembargador Manuel Gomes de Carvalho, por uns magros quatro contos e oitocentos mil reis. Estavam vingados os pobres filhos de Paulo Gomes da Costa.

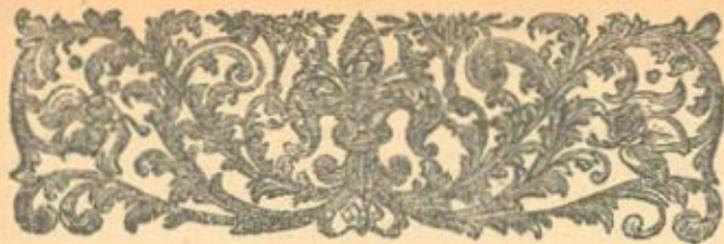
Bem amargurados devem ter sido os últimos anos de vida desta desditosa senhora, até que aos 24 de Janeiro do ano de 1754, veio a falecer na sua quinta de Carnide, sendo levada para a ermida do Espírito Santo em cuja capela-mor ficou sepultada, tendo antes instituido "a sua Alma por erdeyra". (1)

AQUI JAZ D. AN
NA MARIA GUI
DO, MARQUEZA
RAVARA FALE
CEO AOS 24 DE
JANEYRO DE
1754

Lumiar, Quinta de N. S.ra do Carmo, em Julho de 1930.

J. M. Cordeiro de Sousa

---

(1) Arq. dos Reg. Paroq. — L.º 3.º dos *Obitos* da freg. de S. Lourenço de Carnide.

UM COMUNICADO AMOROSO

PINTURA de que hoje damos uma reprodução aos leitores e que é uma enternecedora lembranca de hábitos e tempos passados, foi encontrado na guarda de um livro que tinha como título, na lombada, *Obras Varias*.

Constava a colectânea de 45 folhetos do século XVIII, todos obras poéticas — éclogas, entremeses, etc,— de género essencialmente amoroso, entre os quais citamos ao acaso e conforme a ortografia do índice manuscrito, *a Istoria da Bela Aurora Princeza de Cezilia, Egloga de Alcino e Tirce, O Engano e Dezengano de hum Pastor, Egloga de Elmano e Urselina, Tragedia de Dona Inez de Castro, A Inocencia triumfante, A virtuosa Pamella, Namorar por moda nova,* etc., etc.

O desenho, com a poesia, devem representar uma oferta de apaixonado à deusa dos seus sonhos, ou *objecto amado*, como mais propriamente se chamava então às Dulcinêas, ou mesmo aquilo a que prosaicamente chamamos hoje *declaração de amor* e que naquele tem-

po era decisão que se tomava com mais dificuldade e menos frequência do que em nossos dias.

Por causa dessa mesma frequência e também por motivos de ordem económica, o comunicado protocolar de afeição incipiente por uma donzela em idade de se fazer dona é feito, em regra, verbalmente ou, quando muito, numa fôlha de papel de carta de três tostões. Mas naquela época o caso passava-se de maneira muito diferente.

A recusa das *divindades* em aceitar o incenso que os apaixonados lhe ofereciam de joelhos era — costumavam êles dizer de cabeleira hirsuta, os olhos em claro e a voz teatral — um caso de vida ou de morte. Havia, portanto, a necessidade de preparar com tôdas as cautelas êsse acto de declarar a uma senhora que das suas palavras dependia *a vida*, a *felicidade*, sei lá quê . . . do requerente.

No caso presente os esmeros foram todos de ordem artística: poesia e pintura. Esta última, por sinal, bem interessante dentro da sua ingenuïdade.

Um Cupido, possivelmente também filho de Vénus, de olhos vendados e de joelhos sôbre uma coluna, prepara-se para jogar terceira seta a um coracão que se encontra no alto do desenho com as iniciais S. F. E. (certamente da eleita) e escorrendo basto sangue de outras duas setas que nele se encontram cravadas.

Em baixo e enquadrada por uma cercadura, a seguinte poesia :

Suspende ingrato Copido
a setta q tens na maô,
bem ves este Coraçaô
que de amor esta ferido.
Já este peito rendido
se confessa todo teu,
e daqui me por sedeo

(COLEÇÃO DO AUTOR)

amar com tanta firmeza,
que digo com bem certeza
amante firme so eu.

F. J. R. T.

A não ser que as iniciais gravadas no coracão mal ferido sejam da pessoa eleita não se compreende bem que a poesia seja assinada por letras diferentes. Talvez que um exagerado escrúpulo literário, pouco vulgar da parte de um amante desejoso de brilhar, tenha levado o cavaleiro *rendido* a assinar com as iniciais do autor os versos de que se servia para ilustrar a afirmativa de que neste vale de lágrimas apenas tinha um dos dois destinos: o *sim* da sua eleita ou a paz da tumba.

*

O volume não traz qualquer outra indicação sôbre as pessoas que se serviram desta miscelânea como veículo discreto e talvez único possível de seus comunicados sentimentais.

Apenas a página fronteira da guarda tem as seguintes notas: assinado numa linha, ao alto,

Fran.ca (ou Fran.co) Miz. Dias

e em baixo, em duas linhas

Em 1 de Fev.º de 1806
Dado pello Dr. Baiano

Não será, talvez, possivel identificar as personagens, mas nem por isso deixa êste desenho de ser um documento interessante sôbre a arte de amar em fins de sete ou princípios de oitocentos.

CARLOS COIMBRA.

EPISTOLÁRIO

IX

O BRIO DE FERNANDES TOMAZ

1803 é a época em que se arrastam espadas, os soldados praguejam, chupam cachimbos, usam suissas e rezam o têrço emquanto não chamam pelo diabo. Acabara a guerra do Russilhão; e logo com a gente mal treinada nessa luta, se partira para outra campanha, a de 1810, que o velho Lafões—já decrépito mas ainda elegante—devia comandar. Perdera-se em dezoito dias, Olivença, Juromenha, Campo-Maior, Monforte, Arronches, Castelo-de-Vide, Ouguela e Barbacena. Os espanhois guardaram Olivença, pois o resto foi trocado pelas vilórias de Bosaens e Fizeva, tomadas por Gomes Freire nas fronteiras transmontanas. Ao exército, dizimado, faltavam recrutas; era necessario prevêr novos encontros. As divisões de Forbes e Alorna careciam de gente, e os pais, com a velha pecha dos campónios, querendo sempre dar os filhos ao cultivo da terra em vez de para a terra da sepultura os enviarem em nome da pátria, recusavam-se a apresentá-los, escondiam-nos, arranjavam subterfúgios, que punham loucos os corregedores. Faziam-se levas, enganchavam-se em ferros os de idade de serviço militar; pretendeu-se, emfim, avigorar as fileiras devastadas.

Nesse tempo, Fernandes Tomaz, juiz de fóra de Arganil, cumpriu o seu dever, e pelos modos, o capitão-mór, apadrinhador de refractários, não podendo livrar das correias a afilhadagem, procurava indispôr o juiz com o desembargador Almada e Mendonça, que

superintendia em todos os serviços do recrutamento e abastecimento do exército.

Ao caracter impoluto de Fernandes Tomaz repugnava faltar aos seus cuidados de ofício e, ante as acusações malévolas, êle não queria deixar de mostrar como procedia dentro das normas da Justiça. Essa carta o revela no seu bloco de «uma só peça».

A linha hirta da sua existência honrada e digna manifesta-se neste caso, aos seus 32 anos, para continuar inflexível até ao seu apogeu e ao seu final de pobre, no lar sem recursos da rua do Caldeira, 2, depois de ter dado a liberdade a Portugal. A carta do juiz de fora afirma bem como a história não errou ao venerar aquêle que soube preferir o bronze forte da consciência limpa ao ouro luzidio das venalidades.

ROCHA MARTINS

Ill.^{mo} Sr. Francisco de Almada e Mendonça.

Em officio de 31 d'agosto disse eu a V. Ex.ª que havia principiado e continuado o recrutamento sem violencia, e sem prisão dos Pais: e em aquelle que agora recebo de V. Ex.ª com a data de 13 do corrente, diz-me V. Ex.ª que o Capitão mór desta Villa representara, e fizera constante, que eu tinha procedido a prisão contra alguns Pais por não apresentarem seus filhos; sendo hum delles José do Rosario que se acha a ferros.

He preciso que V. Ex.ª o diga, para eu acreditar, que o Capitão mór fizera huma tal representação; porque elle tem sido huma testemunha ocular dos meus procedimentos, que não devem fazer-me envergonhar; elle melhor do que alguem sabe, que eu tenho observado a Lei, e as ordens de V. Ex.ª com aquela moderação, que V. Ex.ª recomenda, e que he compativel com a execusão da diligencia, da qual tenho a honra de ser encarregado por V. Ex.ª.

Em taes circunstancias parece, que se o Capitão mór fizesse uma tal representação, nada menos se proporia do que calumniar-me, porem eu não creio, quando me lem-

bro de que nem eu tenho dado causa para assim ser tratado, nem elle tambem seria capaz de sacrificar a verdade ao seu capricho.

Prenderão os meus officiaes o filho mais velho de José do Rosario. Pediu-me este que lh'o entregasse e o apresentaria a qualquer tempo que eu mandasse: assignou disto hum termo, e obrigou-se a cumprillo com a pena de prisão e sequestro. Mandei-lhe soltar o filho, e em tempo competente avisar o Pai para o trazer á minha presença: não obedeceu mandei prende-lo, e dei parte a V. Ex.ª em meu officio de 11 do corrente. Eis aqui o facto.

Não he pois hum Pai, que eu mandei prender, por não apresentar seu filho; he um fiador, hum guarda, hum fiel carcereiro, a quem entreguei hum preso, e deixa com toda a perfidia, de cumprir a palavra que me deu, e a obrigação que contrahio.

Mas quando fosse huma verdade, que eu mandara prender este Pai, no systema da representação do Capitão mór, elle mesmo assim era o unico, com quem eu havia tido semelhante procedimento. Em tal caso, pois, já se vê que elle não se explicava bem, usando da palavra Pais.

Resta sómente falar na prisão a ferros. Não me persuado, de que o Capitão mór olhe esta qualidade de prisão, como huma violencia feita a José do Rosario: porque elle sabe que n'esta Villa não ha cadeia, e que o carcereiro não se incumbe da guarda de hum preso só senão daquelle modo porque he o unico de o segurar: elle sabe, que tem praticado outro tanto sempre com outros presos, e que pela ultima vez o praticou ha menos de hum mez com os recrutas, que mandou para Santarem.

Mais. José do Rosario sendo preso, e mandando eu recolhelo ao lugar, em que se achavão os recrutas, pediume, que queria antes estar a ferros em casa do Carce-

reiro, o que não lhe concedi: e sendo mudado depois effectivamente para ella, só esteve com os ferros menos de hum dia, emquanto não se me deu parte, porque logo mandei tirar-lhos; e nunca mais os teve.

Ultimamente José do Rosario havia-se obrigado com pena de prisão e sequestro a cumprir o termo: não cumprio foi preso e até hoje não se lhe fez tal sequestro. Quem dirá pois que eu somente queria vexalo?

Entretanto Ex.º Snr. eu sou tido perante V. Ex.ª como hum homem violento e mentiroso: a minha reputação he denegrida e a minha honra atacada nos dois pontos mais essenciaes.

Para justificar-me pois, e fazer ver a V. Ex.ª a regularidade e imparcialidade dos meus procedimentos, eu rogo a V. Ex.ª a graça de mandar á minha custa hum Ministro, que se informe d'elles, e principalmente conheça dos artigos seguintes:

Primeiro: se tenho mandado notificar ou prender hum só Pai ou Mai para dar conta de seus filhos: se tenho mandado pôr-lhe guardas ás portas, ou fazer-lhes sequestros; se os tenho ameacado com palavras ou acções: *Segundo*—se depois que principiou o recrutamento, eu recebo, ou attendo huma só carta de empenho, ou se hum moço só capaz do Real servico, e com as qualidades requeridas nas ordens de V. E.ª, tem sido solto, ou deixado de ser recrutado por contemplação de alguma pessoa. *Terceiro*—Se eu me tenho portado com ommissão nesta diligencia; e senão tem acontecido a mim e aos meos officiaes o perder muitas noites inteiras pelas serras prendendo recrutas.

Em qualquer d'estes artigos, que eu seja culpado, ou falte á verdade levemente ao menos, estou prompto a receber o castigo, que V. Ex.ª quizer dar-me.

Espero pois, que V. Ex.ª se dignará de attender á supplica que faço. A justiça que brilha entre todas as virtudes de V. Ex.ª, não se tornará pela primeira vez

inutil para mim.

Não he o capricho, não he o desejo de haver por este modo huma satisfação, que me obriga a importunar V. Ex.ª, he sim, e unicamente a necessidade, em que estou de fazer apparecer a verdade, a fim de que V. Ex.ª se desengane, e conheça que o actual Juiz de fora de Arganil não he o homem que V. E.ª julga lhe tem pintado.

Deus Guarde a V. Ex.ª muitos annos.

Arganil 25 de Setembro de 1803.

Ill.mº e Ex.mº Sr. Desembargador do Paço, Inspector Geral sobre todas as Repartições Civis do Exercito.

O Juiz de fora servindo de Corregedor

Manoel Fernandes Thomaz.

X

UMA CARTA INÉDITA DE JUNQUEIRO

A carta inédita de Junqueiro que a *Feira da Ladra* a seguir publica, refere-se com indignação juvenalesca a um episódio que há 45 anos foi célebre em Lisboa pelo seu cómico funambulesco e propalado, na poeirada de escândalo que se levantou, pela designação do *casamento da verruma*. E ficou assim conhecido porque, numa crónica jornalística onde era celebrado em termos encomiásticos êsse enlace matrimonial da filha de um pitoresco mantenedor de uma casa de modas, na Baixa, já por Bordalo amarrado ao pelourinho da sátira, um salto de composição misturou a prosa epitalâmica com a notícia de uma vistoria policial a uma porta arrombada e isto por acaso irónico logo a seguir ao nome do padrinho: «São padrinhos por parte da noiva, o Snr. ministro da marinha Henrique de Macedo, o qual armado de uma verruma ..»

Beldemónio aproveitou êste desvio de granel para uma das suas cintilantes crónicas (inserta numa publicação do Pôrto, *A Fateixa*), na qual chama à inesperada verruma, que toma por sim-

bólica naquela ocasião esponsalícia, «uma metáfora de abrir buracos».

Junqueiro indigna-se com a estrondosa publicidade jornalística, porque conhecia a desvergonha dos actores da comédia e o suspeito da casa de onde saiu o préstito, e segundo e seu costume, acumula na prosa as antíteses e faz esfusiantes jogos malabares de trocadilhos, com essa necessidade invencível de desabafar que, no seu isolamento de Viana do Castelo, a miúdo o espicaçava.

Confessou-me êle um dia que a vida provincial lhe diminuía lentamente a faculdade da fala, sentindo por isso subitamente a necessidade de fugir para um centro de rumor e de vida. Como eu lhe observasse que o Pôrto, que êle então demandava, burgo sôrna e soturno, não era positivamente o pôrto da civilização, Junqueiro respondeu-me apontando com gesto teatral as fachadas tristes e os candieiros fúnebres da Praça Nova:

—¡Pois isto para mim, quando chego de Viana, é uma Babilónia!

João Barreira

Caro am.º

11 horas da noite. Lembrei-me agora de você.

Que farça e que tragedia! Que carnaval e que sexta feira de paixão!

É o necrologio a bater o fado com o ditirambo, é o Marquez de Vallada a dizer a Egas Moniz: onde moras, filho?

Tacito não basta. Precisa um colaborador: o Marquez de Sade. Juvenal e o Fermino escreveriam esses annaes.

Espantoso! Sublime!

Um ex-sargento que tem em Lisboa n'uma travessa qualquer um armazem de modas e de.......cujos fregueses (dos dois sexos) se vão lá *despir* pelo ultimo figurino, casa a multiplicação (feminina) de Cecilia por Fernandes (?) com um triste idiota, imbecil e imundo, —e toda a imprensa de Lisboa, impudentemente, rufa aos

4 ventos cardeaes a noticia gloriosa de tão feliz acontecimento.

Sob o ceu azul e amigo os dois nubentes radiosos tirados a seis parelhas—duas de cavallos e quatro de padrinhos! E entre esse fado festival contavam-se alguns ministros da Companhia e algumas bestas do ministerio.

Li esse programa, essa entrudada latrinaria ha dois dias, em todos os jornaes de Lisboa. E confesso-lhe, se eu fosse um romancista, partiria pelo 1.º comboio, para ver em flagrante essa sinthese pavorosa do apodrecimento...........d'uma nação inteira.

Como esse espectaculo me daria viva e completa a imagem d'uma sociedade pelintra e pulha; em que os homens se vendem por meio bife e as mulheres por meia libra, sociedade que vai desde o principe real até ao Tinoco, desde a egoa do Regaleira até á egoa do Caldeira, desde o Albuquerque-duque até ao Albuquerque-Francisco, desde o Fontes até ao Ganhado, desde o Mariano até ao Perdido, desde a corôa do rei até á corôa de Venus!

Babilonia dentro d'um penico!

E chega-me a «Provincia». E o A. Braga [1] enche de sarcasmos o mesmo Marcos Maria, que, 48 horas antes, na *caderneta mundana*, tinha enchido de apotheoses!

A quanto se vende nas *Novidades* o metro quadrado de panegirico?

E miseravel!

Lamento sobretudo que o am.º Navarro, [2] que pronunciou aquelas palavras dignas e fulminantes sobre o Bailio das casas de Malta, se prestasse a uma comedia

---

(1) O escritor Alberto Braga.

(2) Por esta frase parece que a carta era dirigida a Emidio Navarro.

tão relles e descarada, que, mesmo dentro d'um cano de esgoto, tem feito fiasco.

De toda essa porcaria é o que me desgosta.

O resto alegra-me. É a estrumeira que vem á supuração.

E dizer a gente que, se não fossem meia duzia de assobios, estariam amanhã, sobre o arco da rua Augusta, em vez do Marquez de Pombal e do Vasco da Gama, o Snr. Justino Soares (1) e o Snr. Marcos Maria Fernandes!

Bem se vê que a padroeira d'estes reinos é a Sr.ª da Conceição . . . Capellista!

Estou alliviado. Posso-me ir deitar tranquillamente.

V. do C. 10

seu am.º

G. J.qº

---

(1) Mestre de dança que o *António Maria* imortalizou pelo ridículo e era o dançarino oficial do antigo Passeio Público.

"O AMANTE LIBERAL"

Para a bibliografia cervantina em língua portuguesa, há dois catálogos especiais: o *Catalogo da Exposição Cervantina realisada a 12 de Junho de 1905 por occasião do 3.º centenario do D. Quixote* no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (Rio, 1905) e *A Exposição Cervantina da Bibliotheca Nacional de Lisboa*, de Xavier da Cunha e Eduardo de Castro e Almeida (Lisboa, 1908).

Em nenhum dêles vem citada a obra seguinte, de cordel: *Historia do Amante Liberal offerecida á Illustrissima e Excellentissima Senhora..... por A. da C. de T. A. e F.* Lisboa. Na Officina de Antonio Gomes. Anno MDCCLXXXVIII. Com licença da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros. 39-1 pág. de papel ordinário.

Precede a versão uma carta-dedicatória assim redigida: "Illustrissima e Excellentissima Senhora. He certo, que os meus dezejos sempre se empenharaõ em agradar a V. Excellencia desde o venturozo instante

que tive a honra de fallar-lhe. E como sei a curiozidade, e o gosto, que V. Excellencia faz em ler semilhantes Novellas, por isso me propuz (com os meus pequenos estudos) a tirar de alguns Livros Estrangeiros, com que formar a prezente historia para offerecer a V. Excellencia. A sinseridade da oferta, e o motivo della me desculpará com V. Excellencia, de quem me confesso ser — O mais attento venerador, e obrigadissimo criado. A. da C. de T. A. e F."

Não deixa de ter graça ver êste trapaceiro dador de excelências aludir a "alguns Livros Estrangeiros", quando, sem lhe nomear o autor, não fêz mais do que traduzir linha a linha, e com muitos êrros, uma das *Novelas Exemplares* de Cervantes, *El Amante Liberal*, deixando até em castelhano e reduzidas a uma décima, as duas quintilhas do original.

Para que se veja de que fôrça era o *traditore*, copio a passagem, primeiro em castelhano e depois em português:

En buen hora, dijo Ricardo, y vuelvote á advertir que los cinco versos dijo el uno y los otros cinco el otro, todos de improviso, y son estos:

Como quando el sol asoma
Por una montaña baja,
Y de súpito nos toma,
Y con su vista nos doma
Nuestra vista y la relaja;
Como la piedra balaja,
Que no consiente carcoma;
Tal es tu rostro, Aja,
Dura lanza de Mahoma,
Que las mis entrañas raja.

Agora a tradução: "Em boa hora (disse Ricardo) eu te venho a divertir; porém os sinco versos disse-os hum, e os outros sinco disse-os o outro, todos de im-

provizo, e são estes:" — e vêm os versos em castelhano.

Pouco adiante, diz Ricardo no original: *También se suelen llorar endechas, como cantar himnos, y todo es decir versos.* Pois o vertedor escreveu: "Tambem te soaõ chorar Endeichas, como cantar Hymnos; e tudo he dizer versos."

No final, quando Cervantes disse: *Á sus padres y á los sobrinos de Halima dió la liberalidad de Ricardo, de las partes que le cupieron del despojo, suficientemente con qué viviesen,* o de cá traduziu: "A seus Pais, e aos sobrinhos de Halima deu liberdade Ricardo; e das partes, que lhe couberaõ, deo despojo sufficiente...."

Não sei quem fôsse A. da C. de T. A. e F., cuja dedicatória me cheirou a pedinchice; mas talvez algum leitor da *Feira da Ladra* consiga desvendar o mistério do desastrado tradutor de *O Amante Liberal* de Cervantes, ou, em linguagem mais moderna, *O Namorado Generoso.*

Manoel de Sousa Pinto
Da Academia das Ciências

POEIRA DOS TEMPOS

XXIX — SUPRESSÃO DE PERIÓDICOS

«Lemos na Gazeta de Lisboa, N.º 308, um annuncio, de que o Mercurio Luzitano continuava a publicar-se *debaixo do privilegio exclusivo da Secretaria do Estado;* isto nos moveo a indagar o facto, e achamos, que, em consequencia de estar accabada a guerra, e julgar o Governo, que já naõ éra preciza a energia do Povo, mandou supprimir todos os periodicos, ficando sómente, como d'antes éra, a *Gazeta de Lisboa* em papel pardo: achamos mais que o Mercurio Luzitano para escapar desta redada, pagou 300.000 reis, e com essa consideraçaõ se lhe permittio, que continuasse a imprimir o seu papel.

«O Reverendissimo Governo de Lisboa, naõ pode deixar de confessar, a obrigaçaõ em que o Reyno está aos periodicos pelo muito que elles serviram em animar o patriotismo do povo, durante a guerra e ex-

pulsaõ dos Francezes; por tanto consideramos ésta morte subita dos periodicos de Portugal, como um acto de ingratidaõ do governo; a menos que se naõ aleguem poderosos motivos, a favor de tal medida.

«A cantilena dos Godoyanos, de que as gazetas pódem causar commoçoens no espirito publico; naõ he applicavel, nem se quer a este caso; porque todos os periodicos tinham de passar pela fieira dos Censores do Governo, antes de serem impressos; e portanto naõ podia haver a menor sombra de temor, que se publicasse cousa alguma desagradavel aos mandadeiros ou mandoens, que he o que elles chamam escriptos contra o bem publico,

«Naõ se pode tambem alegar o proveito do monopolio; porque se sabe muito bem, que nem os lucros da gazeta de Lisboa, nem os taes 300:000 reis, que pagou o Mercurio, vaõ ter ao Erario.

«Logo naõ descubrimos outro motivo para este acto de ingratidaõ aos jornalistas, e de injustiça a toda a naçaõ; senaõ a estudada manha, com que se pretende sopitar tudo quanto he tendente a generalizar os conhecimentos humanos; a ésta rançoza politica, que suppoem necessaria nos povos a ignorancia para os poder governar».

Do *Correio Braziliense,* vol. XIV, n.º 80, págs. 134 (Janeiro de 1815).

XXX — A ESTÁTUA DE D. JOSÉ I

"Sahindo hum viajante a ver as maravilhas do Mundo, chega a Lisboa encontra hum cidadaõ della, o qual o conduz a mostrar-lhe a Estatua Equestre de Sua Magestade Fidelissima.

Soneto dialogistico [1]

Cid. — Peregrino, que pizas venturoso
A Lisia praia, a fundaçaõ de Ulysses,
Que te move a deixar Regiões Fenices
Por buscar Lusos climas cuidadoso ?
Per. — Surco o mar, gyro a terra curioso
Por ver o que, talvez, tu nunca visses ;
Do engenho, e do poder partos felices,
E quanto no Orbe for maravilhoso.
Cid. — Vem comigo, porque eu te subministro
Da Gente Lusitana a arte, e estudo ;
Se tu parcial naõ vens, naõ vens sinistro.
Per. — Vamos ; porem que vejo? Eu fico mudo?
Que REY! que Heróe! que Estatua! e que Ministro!
Cid. — Embarca-te outra vez, tens visto tudo.

De Fr. Manoel da Ave-Maria, Religioso Paulista.

XXXI — RARIDADES DA NATUREZA

«No fim do inverno do ano de 1662 três religiosos franciscanos vieram à côrte de Toscana e apresentaram várias pedras, que encontraram na cabeça de uma serpente descrita por *Garcias da Orto* [2] e chamada pelos portugueses *cobra de cabelos.*

---

(1) Êste soneto, impresso em fôlha volante, uma das inúmeras poesias distribuídas durante a inauguração da Estátua (e das mais raras, pois falta em muitas das colecções), foi-nos obsequiosamente cedido pelo aplaudido escritor sr. dr. Luiz de Oliveira Guimarães. As abreviaturas dos interlocutores significam *Cidadão* e *Peregrino.*

(2) O naturalista Garcia da Orta, cuja obra o falecido conde de Ficalho editou.

. . . .

«O Padre António Vieira, jesuita, disse que no Brasil o remédio mais usado para as feridas é o suco das fôlhas de Tabaco.

. . . .

«Há nas caudas dos elefantes certos pelos ou crinas brancas transparentes e de uma substância quási óssea, mas flexível. Estas crinas curam a surdez. Muitas pessoas teem sido curadas com êste remédio, que lhes deu o cónego da Sé de Goa, D. Antino Moreira.

. . . .

«No Malabar há umas aves que teem no estômago pedras que, encastoadas em chumbo, curam a dor de cabeça. Antino Moreira me deu uma para eu curar uma dor de cabeça. E como ela não passasse, êle me disse que eu era muito desgraçado, ou que a minha cabeça era diferente da dos asiáticos.

Trad. da: *Collection académique composée de mémoires, actes ou journaux des plus célèbres Académies & Sociétés litteraires étrangères concernant l'histoire naturelle et la botanique, la physique expérimentale et la chymie, la médecine et l'anatomie, traduits par une société de Gens de lettres.* Dijon-Paris, 1747, vol. IV.

AS EXÉQUIAS DE D. JOÃO V

m artigo para a *Feira* não é coisa fácil; interessar os leitores e interessarmo--nos nós próprios na sua composição, é caso de *costa arriba*. Na indecisão de qual seria o assunto a tratar, cai-me sob os olhos um raro e interessante folheto, uma daquelas curiosas relações em que foi tão fértil o século XVIII. Verdadeiras notícias de jornal, algumas delas fazendo inveja às grandes reportagens actuais na minúcia da informacão. Intitula-se o opúsculo, que apenas contém oito páginas inumeradas, sem frontespício especial:

Relaçaõ das solemnes exequias que se celebráraõ no Real Convento de Nossa Senhora e Santo Antonio junto à Villa de Mafra, pela alma do muito alto, e muito poderoso Rey, e Senhor D. João V de saudosa, e perduravel memoria. (No fim:) *Lisboa, Na officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galraõ. Anno de M.DCC.L.*

Brito Aranha cita-o no *Diccionario Bibliographico*, vol. XVIII, pág. 172 e aponta-o como espécie rara. No

leilão da livraria do Dr. Rodrigo Veloso apareceu (ou antes não apareceu, pois faltou à chamada) um exemplar dêste opúsculo com a indicação de *interessante e raro*, descrito sob o n.º 6315. Depois desta data, não me consta de qualquer outro exemplar que tenha aparecido além do que possuo, e que há muitos anos adquiri na livraria de Manuel dos Santos.

A bibliografia sôbre êste assunto de exéquias de D. João V, é vastíssima. Pena é que não esteja feita, pois há espécies da maior raridade e que tendem a desaparecer de todo.

Inocêncio e Figanière deixaram-nos, aquêle disperso no corpo do *Diccionario Bibliographico* e êste na sua *Bibliographia Historica*, notícia de muitos dêsses folhetos; mas a lista, longe de ser completa, é deficientíssima. Assim, Inocêncio aponta *Relações e Noticias* nos tômos I, pg. 156, 216; II,-172, 211, 304, 393; III,-35, 96, 331; V,-9, 226; VI,-157, 158; VII,-219; IX,-121; X,-224; XVI,-75, 220 e XVIII,-172, e Figanière na parte que trata de D. João V, a pg. 89.

De tôdas as manifestações fúnebres que se fizeram aos reis de Portugal, estou certo de que nenhum as teve mais pomposas e onde melhor se manifestasse a saüdade e a gratidão dos seus vassalos do que o Magnânimo. E não se vá aquilatar da sua piedade ou prodigalidade (qualidades que ficam ao arbítrio do leitor) que apenas as ordens religiosas comemoraram o fúnebre acontecimento. ¡Longe disso!

Enalteceram as virtudes (alguns chamam-lhes defeitos) do monarca tôdas as classes da sociedade portuguesa; o clero, a nobreza e até o próprio povo, representado pelos seus artistas, e ainda os estrangeiros, admiradores das qualidades dêsse rei, que teve o mau sestro de nascer e reinar antes de D. José, a quem a nossa época se arroga a obrigação de proclamar defensor das liberdades do povo, sem sequer se

lembrar de que a decantada Liberdade foi nas suas mãos um símbolo do mais feroz despotismo.

Não é êste o lugar de escalpelizar os actos de D. João V como rei, nem tão pouco a nossa limitada inteligência pode atingir a argúcia dessas águias, que lhe têm lavrado o terrível *veredictum* de pródigo, frascário, freirático, fanático e não sei quantos esdrúxulos, que fariam inveja ao próprio Gôngora.

Mas, vamos ao que importa:

Da relação citada consta, de envôlta com o empolado da frase, próprio da época, uma curiosa descrição do mausoléu ou eça, que no magestoso templo de Mafra os arrábidos ergueram ao centro do cruzeiro, tendo por docel o elegantíssimo zimbório, para, entre nuvens de incenso, elevarem até Deus preces com que traduzissem a sua gratidão e saüdade pelo generoso bemfeitor e amigo.

Oiçamos o que nos conta o anónimo narrador:

"Confiou esta fabrica do Mestre Joseph Rodrigues, Intendente de sua Magestade naquellas Reaes obras, o qual com a experiencia de muitos annos, que por ordem do mesmo Senhor assistio na mayor Metropole do Mundo, e nas principaes Cortes da Europa; e pela grande sciencia de que he assistido, deleneou, e poz em execuçaõ no breve espaço de 48 horas o Mausoléo composto de quatro corpos sobre os quaes assentava a Urna do deposito. O primeiro corpo tinha quinze palmos, e quarto de largo, dezaseis, e meyo de comprido, e seis de alto. Este como socolo, ou corpo rustico, se via revestido de panos pretos sem outro algum ornato, sustentando nos cantos quatro colunas de bronze de seis palmos, e oitavo de altura com capitel, e pedestal de ordem Dorica, e na circumferencia 36 castiçaes grandes do mesmo metal, com outros tantos cirios de 18 onças cada hum, e quatro de 24, que ardiaõ sobre

as mencionadas columnas.

"Da mesma sorte era ornado o segundo corpo, que fazia de alto tres palmos, de largo onze, e meyo, de comprido doze, e tres quartos, tendo tambem nos cantos outras quatro columnetas, e na circumferencia 28 castiçaes da mesma grandeza, e artificio, que os do primeiro corpo. O terceiro, que segundo as regras da Architectura devia ser mais inferior nas medidas, sustentava nos cantos outras quatro columnetas, e 20 castiçaes grandes com outros tantos cirios na circumferencia, e servia de assento ao quarto corpo que tinha de altura quatro palmos, e meyo, de largura cinco, e oitavo, e seis e oitavo de comprimento, o qual estava ornado todo com passamanes de retroz côr de ouro, e sobre elle se colocou o *Castrum doloris*, coberto com hum pano rico de veludo preto apassamanado de galoens com franjas à roda e nas quatro pontas oito grandes borlas, tendo em cima huma almofada rica de setim preto, toda bordada, e dos quatro cantos pendentes doze borlas do mais primoroso requife, sobre a qual se via o Sceptro, e Coroa Real, excitando nos olhos de huns as lagrimas, na liberdade de outros o desengano, e nos coraçoens de todos a inestinguivel mágoa.....

"Cercavaõ toda esta fabrica situada no plano do Cruzeiro em vinte palmos de distancia dos degraos, que formaõ a escada para o Coro, 28 tocheiros de bronze de nove palmos de altura, fabricados do mais nobre, e primoroso artificio, que pode delinear aidea Romana, e nelles ardiaõ outros tantos brandoens de seis palmos, e meyo de alto, e de 72 onças de pezo cada hum: vindo deste modo a ser illuminado aquelle Mausoleo com 124 luzes, formando huma Magestosa perspectiva, tanto pela bem proporcionada distincçaõ das banquetas, como pela uniforme semelhança, e grandeza dos castiçaes, e tocheiros, que por serem todos

da mesma cor do bronze, de que era a sua materia, faziaõ reluzir entre o funebre ornato dos corpos a grande soberania do tumulo.......

"Achando-se já completas todas estas disposiçoens, e tomadas as providencias..... amanheceo palido, medonho, e triste o dia oito de Agosto, naõ sey se era, porque vendo a Aurora posto nas sombras do occaso o Sol de Portugal, já naõ tinha de quem receber influxos, para illuminar com seus raios os nossos horisontes."

Pena é que o espaço de que dispomos nesta Revista me não permita publicar integralmente a curiosa e empolada narração que tenho presente. Os eufemismos, dum ressaibo gongórico, que hoje não podemos compreender, fazem-nos olhar para êsses homens que nos seus avantajados corpos albergavam verdadeiros espíritos infantis.

Não resisto a transcrever a perífrase em que o narrador nos fala da morte do Monarca:

"Esta he em succintas clausulas, e laconicas expressoens a verdadeira relaçaõ das primeiras Exequias que em justa, e devida gratidaõ dos incomparaveis beneficios, com que foraõ condecorados, celebráraõ os Religiosos do Real Convento de Mafra no dia 8 de Agosto pela Alma do seu glorioso Bemfeitor, que no dia 31 de Julho acabou de dissolver o escrupulo, que tinha formado a nossa admiraçaõ da sua humanidade; mas a fama pregoeira das suas infinitas virtudes fará, que se acendaõ as fornalhas de Vulcano, para lhe dar nova vida nas Estatuas com arterias de ouro; e que se abram as entranhas dos montes, para que extrahindo-se da sua concavidade os marmores, os porfidos, e os metais convertidos em famosas pyramidas, introduzaõ o seu augusto nome na clara regiaõ das estrellas; porque este he o modo com que a mesma fama em

beneficio dos Heroes costuma despicar-se das injusticas da Parca, quando innexoravelmente lhes usurpa os alentos."

Deixo aqui apontadas, além das mencionadas em Inocêncio, 19 espécies raras, que servirão de subsídio a quem pretenda fazer a bibliografia referente a êste assunto. Oxalá o meu desejo tenha realizacão, pois há sermões fúnebres e relações que são verdadeiras preciosidades artísticas, pela ilustração das suas vinhetas e cabeções, sem querer falar do duvidoso merecimento literário da composição.

I) Oraçaõ funebre nas solennes exequias que na Igreja de N. S.ª do Loreto d'esta Cidade celebrou no dia 6 de fevereiro deste presente anno a Irmandade dos Clerigos... Disse-a o R. P. D. Joseph Caldeira. Lisboa na Officina de Miguel Rodrigues-M.DCCLI. *In 8.º inum. 28 pg.*

II) Discurso Sagrado Politico, Moral, nas sumptuosas exequias que a muyto nobre, e muy leal cidade de Sevilha consagra ao Fidelissimo Senhor D. Joaõ V, Rey de Portugal, e dos Algarves, no magnifico Templo da Santa Metropolitana, e Parochial Igreja da mesma Cidade pregado pelo Doutor D. Affonso Texedor, colegial no Colegio Maior de Santo Ildefonso na Universidade de Alcalá, traduzido da lingua Castelhana. Lisboa na officina de Francisco Luiz Ameno... Anno M.DCCLI.

Abre com uma linda gravura a buril representando S. Pedro a entregar as chaves da Igreja de Antioquia, assinada por "De Rochefort" e desenho de Fracisco (*sic*) Vieira. *In 8.º XVIII inn.-28 pág.*

III) Oraçaõ funebre nas solennes exequias do Augustissimo Senhor D. Joaõ V... celebradas em Londres na Capela dos Ministros de Portugal, composta na lingua latina por F. Blyth, e traduzida na portugueza

por D. Vicente Mexia.... Na officina de Miguel Manescal da Costa. Anno 1751. *In 8.º VI inum. e 62 pg.*

Com vinheta aberta por Debrie.

IV) Sermaõ de Exequias do Serenissimo e Fidelissimo Senhor Rey D. Joaõ V, celebradas na Igreja Matriz de S. Martinho na Villa de Monte-Mór-o-Velho o qual pregou D. Francisco Xavier de S. Bento. Coimbra. Na officina de Luis Secco Ferreira. Anno M.DCCLI-*In 8.º 31 pgs.*

V) Sermaõ nas exequias de El Rey Fidelissimo D. Joaõ V que o Senado da Camara da Cidade do Rio de Janeiro fez celebrar na Sé da mesma cidade em 12 de fevereiro de 1751... pregado pelo P. M. D. Fr. Matheus da Encarnaçaõ Pinna. Lisboa. Na officina de Ignacio Rodrigues. Anno 1752. *In 4.º XXX pg. inum. e 46 pg.*

VI) Desafogo saudoso que na preciosa morte e sentidissimo transito do sempre Augusto, Fidelissimo, e Magnifico Rey de Portugal D. Joaõ V... offerece e dedica à sua imortal, e eterna memoria o Padre Dorotheo Quaresma Penichense. *Consta de 14+VI pg.*

Um soneto e epitáfio métrico.

VII) Sermaõ nas exequias do muito alto e Poderoso Senhor D. Joaõ V que em a Igreja de Sam Tiago da Villa de Pena Macor fizeraõ os seus senadores. Recitou-o o M. R. P. F. Antonio da Charneca. Lisboa na officina de Manoel da Sylva. Anno M.DCCLI. *In 8.º 18 pg.*

VIII) Carta de pezames que hum vassalo existente fora da côrte expressa ao Fidelissimo Rey D. José I o seu grande sentimento, e o anima à constancia na morte do seu amado Pay o nosso monarca D. Joaõ V

de Portugal. Lisboa. Na off. dos Herdeiros de Antonio Pedroso Galram. M.DCCL.

Folh. de VIII pg. inum., contendo apenas uma elegia.

IX) Oraçaõ funebre nas reaes exequias da Magestade fidelissima do muito alto, e poderoso Rey, o Senhor D. Joaõ V celebradas na Cathedral da Bahia de Todos os Santos aos 11 de Novembro de 1750, que recitou o M. R. P. M. Placido Nunes da Companhia de Jesus... Lisboa na Regia officina Sylviana, e da Academia Real. M.DCCLII. *In 8.º VI+31+II pg.*

X) Poema epico recitado à morte do Fidelissimo, e Augustissimo Rey Dom Joaõ V. *Consta de IV fls. inum. s. l. n. d.*

XI) Lenitivo a Portugal na morte do Augustissimo e Fidelissimo Senhor Rey D. Joaõ V por Antonio Mouram Toscano formado na Faculdade dos Sagrados Canones, Conimbricense. *Consta de 8 pgs.*

XII) Culto funebre á Memoria sempre saudosa do Fidelissimo, Augusto, Magnifico, e Pio Monarca o Senhor D. Joaõ V, Rey de Portugal. Collecçaõ I. Lisboa na officina de Francisco Luiz Ameno. Impressor da Congregaçaõ Camararia da St.ª Igreja de Lisboa, M.DCCLI. *Contém 43 págs.*

No fim vem a «Relaçaõ ou Catalogo das exequias que se celebraram nesta corte, e mais partes do Reyno pela alma do Fidelissimo Snr. D. Joaõ V Rey de Portugal». Desta colecção existem mais três opúsculos de 53, 60 e 61 páginas respectivamente.

XIII) Suspiros metricos que à sempre lamentavel morte do Fidelissimo Rey o Senhor D. Joaõ V em 10 sonetos exala do mais intimo do peito o seu muito amante, e fiel Vassalo Diogo Braz Ximenes Dardra. Lisboa. Na Officina de Pedro Ferreyra. Impressor da

Augustissima Rainha Nossa Senhora. Anno do Senhor M.DCCL.-*In 8.º de 11 pág.*

XIV) Epitaphio metrico consagrado ao sumptuoso Mausoleo do Fidelissimo, e Augustissimo Rey de Portugal Dom Joam V, e oferecido à inconsolavel dor do Senhor D. José..... por Felix da Silva Freire, Familiar do St.º Officio da Inquisiçaõ de Lisboa, Academico Scalabitano. Lisboa na Off. de Pedro Ferreyra, Impressor da Augustissima Rainha N. Senhora. Anno do Senhor M.DCCL. *In 8.º de 17+11 inum.*

XV) Vida sucessos e falessimento do Rey Fidelissimo D. Joaõ V *(No fim)*: Na officina de Jozé da Sylva Impressor da Serenissima Caza, e Estado do Infantado. Anno de 1750.-*In 8.º de 28 págs.*

XVI) Relaçaõ das solemnes exequias dedicadas pelos Padres da Congregaçaõ da Missaõ em 25 e 26 de Outubro de 1750 à Saudosa Memoria do Fidelissimo Rey de Portugal D. Joaõ V seu Augusto Fundador. Lisboa na Officina de Ignacio Rodrigues. Anno M.DCCL *In 8.º de 11 pag.*

XVII) Relaçam das solemnes exequias dedicadas pelo Excellentissimo, e Reverendissimo D. Joam da Sylva Ferreira, Bispo de Tangere, Deaõ, e Prelado da Real Capella de Villa Viçosa em 15 e 16 de Fevereiro de 1751 à saudosa memoria do Fidelissimo Rey D. Joam V. *Sem frontespício nem lugar de impressão. 8 pág. inums.*

Esta raríssima relação é curiosa por descrever com grande minuciosidade a armação que se fêz na Capela Real de Vila Viçosa em 15 de Fevereiro de 1751.

XVIII) A ElRey inclito, Augusto, e Fidelissimo Nosso Senhor D. Joseph I. Na morte de seu Augustissimo Pay e Senhor Rey Dom Joaõ V de saudosa memoria. Romance consolatorio.

Consta de um romance em redondilha maior e dois sonetos em 8 págs. inums., sem frontespício nem lugar ou data da impressão.

XIX) Noticia cronologica dos Funeraes que as Cidades, e Villas do Reino de Portugal dedicaram à saudosa memoria do seu Fidelissimo Monarca D. Joaõ V. Madrid. En la Imprenta de Antonio Perez de Souto 1752. *In 8.º de 74 pg.*

Esta *Notícia* é da maior raridade, como aliás o são tôdas as anteriormente mencionadas. O compilador, que não sei quem fôsse, nem qual o intuito em a haver publicado em Madrid, descreveu com grande minuciosidade muitos dos actos religiosos com que a piedade dos portugueses sufragou a alma do rei.

A pompa que se empregou em muitas dessas solenidades, algumas delas realizadas no estrangeiro, especialmente em Itália, é o último clarão da magnificência dêste monarca.

Possuo algumas fôlhas sôltas, impressas na época, onde se dá notícia de cêrca de 70 destas funções fúnebres, que tiveram lugar nos três meses que se seguiram à morte do rei, isto é, até Setembro de 1750.

ERNESTO SOARES

PROBLEMAS BIBLIOGRÁFICOS

II—ESTAMPAS A MAIS...E A MENOS

É por demais conhecida a obra de Galvão de Andrade, intitulada *Arte de Cavallaria de Gineta e Estardiota...* que João da Costa editou e fêz imprimir em Lisboa em 1678.

Diz-nos Inocêncio, no seu útil e precioso trabalho, a pág. 147 do tômo I, que os exemplares, além do retrato do autor, gravado a buril em chapa de cobre, conteem mais 13 estampas (tambem gravadas), dando-nos a indicação de dois exemplares, visíveis, um, na Biblioteca Nacional de Lisboa, outro, no extinto Convento de Jesus; sendo no entanto para lastimar que não nos indique o número de estampas contidas nesses volumes. Ricardo Pinto de Matos nada adianta sôbre êste assunto, limitando-se apenas a dizer-nos que os exemplares, além do retrato, conteem estampas.

Dêmos, rápida e sumàriamente, notícia de alguns

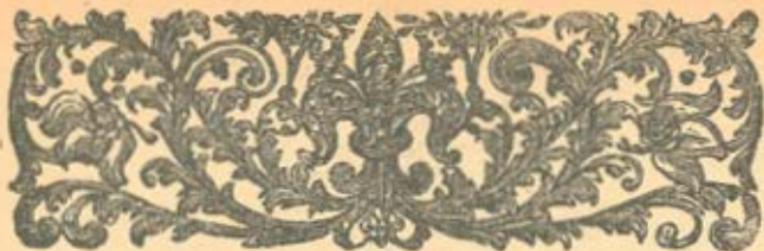
exemplares que teem aparecido à venda em leilões ou em catálogos de livrarias:

Em 1878, *Cat.* do Marquês de Castelo Melhor, regista um com 20 estampas; 1908, *Cat.* de Moreira Cabral, idem (esta livraria é hoje pertença do Ex.mo Sr. Conde de Sucena); 1909, *Cat.* da Condessa de Azambuja, 16 est.; 1915, *Bibliografia Geral*, por M. dos Santos, 21 est.; 1921, *Cat.* dos Condes de Azevedo e Samodães, 20.

É facto que os exemplares, a pág. XIII (s. n.) mencionam o "Index dos lugares aonde se ham de por as estampas do livro", vindo indicadas 20 estampas, e também: «No principio huma tarja». Assim, seriam 21 estampas fora o retrato e, neste caso, 22 gravuras, incluíndo o retrato do autor mais a tarja; mas esta é com certeza a que vem a abrir a 1.ª pág. (s. n.) e indicada no índice.

Mas o que mais me intrigou, e que me não foi possível decifrar, foi a razão porque tive em meu poder um exemplar com 23 estampas, não sendo contada a tarja nem o retrato — 25 gravuras, portanto. Duplicados, por certo não eram, sendo no entanto possível que fôssem variantes, o que não nos deve admirar, pois como terei ocasião de dizer num próximo artigo, existe uma outra obra sôbre o mesmo assunto, em que há variantes nas gravuras.

Lisboa, 5 de Abril de 1932.

MENDES MADEIRA

PETIÇÃO A D. MIGUEL

O P.e José Zacarias da Costa (de Vila Viçosa ?), pretendia uma cadeira em qualquer sé do reino, que não especifica qual fôsse. Lembrou-se de dirigir petição ou memorial nesse sentido a D. Miguel. Pega na pena e sai-lhe o requerimento em verso, e até em décimas, de redondilha, que se podiam cantar à viola. É possível que o clérigo pretendente supusesse que, dirigindo-se em verso a um monarca que se prazia com a malta de boleeiros e fadistas, lhe tocaria mais facilmente o coração.

Seja, porém, o interessado quem diga de sua justiça, segundo o autógrafo, que temos presente:

> Attendei REAL SENHOR
> as vozes de hum Suplicante,
> firme, leal, e constante
> de Deos, do Rey defensor.
> Em alta vóz, sem pavor,
> do pulpito dice, e fis ver,
> que o povo devia ser
> fiel a Deos, e ao seo Rey;
> que de Deos mesmo hera lei
> ao Monarcha obedecer

Alguns, SENHOR, não gostarão
de huma tal propozição;
e só á constituição
seos affectos dedicarão:
He desde aqui, que tomarão
má vontade ao Suplicante,
crescendo mais, cada instante,
que contra ella clamava,
e sem fraquejar pugnava
pello seo REY DOMINANTE

Ao Sensor Luzitano
por varias vezes fis ver,
que Portugal vinha a ter
das côrtes hum fatal damno.
Que huma vez que o SOBERANO
de taes côrtes dependesse,
de certo em tão conhecese
o Rey em risco fatal,
e em disgraça Portugal
sem ter já quem lhe valêsse

Tudo parece acabava,
já se fexava o terreiro,
Só o officio de pedreiro (1)
no maior auge se achava;
este officio maquinava
o Rey, e o Throno extinguir,
e Portugal reduzir
a huma triste anarquia
proximo já estava o dia
de tal projecto surgir

A Santa Religião
quazi estava a espirar,
O Regio Throno, o Altar
se virão á Santa Unção.
Foi, sim foi que Deos então
animou o REGIO INFANTE
chama ás armas... num instante
tudo muda de figura,
côrtes vão a sepultura,
MONARCHA sahe Triunfante

---

(1) Alusão à chamada "seita dos pedreiros-livres" (maçonaria).

Gravadas, com Letras de ouro,
sobre o mais fino brilhante
as ACÇÕENS do AUGUSTO INFANTE
veija o seculo vindouro.
Coroado de immortal louro
bem o veija a Luza gente,
porque se vio de repente
plo REGIO JOVEN Liberta
fazei-lhe, ó Luzos, offerta
das vidas sinceramente

Quando a constituição
Se achava quaze a espirar,
me pertenderão matar,
com aleivoza, e vil traição;
desta malevola acção
nunca vingança pedi;
da minha patria fugi;
sem saude e bens fiquei,
praticando a Santa Lei
por Deos, e por vos sofri

Quanto por vos padeci,
já meo MONARCHA fis ver,
estive quaze a morrer
na maneira em que me vi.
Conhecei, SENHOR, daqui,
se mereço compaixão;
deixei caza, deixei pão,
tudo por vós deixarei,
nada mais prefirirei
do que a eterna salvação

Naõ pesso meo REY riqueza,
Naõ pesso MONARCHA faustos,
pesso só não ver exhaustos
os meios a natureza.
E se a nação portugueza
tem em vós MONARCHA PIO,
como portuguez confio
me haveis SENHOR attender,
não me deixando morrer
nem com fome, nem com frio

Canto chão não o ignoro
a voz não he das peiores
tereis visto outros cantores

menos habeis para o coro;
por isso, SENHOR, imploro
huma cadeira na Sé,
por quanto, vagas sei que
as há, e em Villa Viçoza
terei velhice gostoza
e Receberei MERCÊ

Informação

Se quereis, SENHOR, de mim ter
huma completa noção,
de Alvaiazere o Barão, (1)
o pode mui bem fazer:
elle poderá dizer
a vós, SENHOR, a verdade,
porque dês de a mocidade
me conhece munto bem
e tal vez seija elle quem
Vos com mova á piedade.

O P.e Joze Zacarias da Costa.

De tôda esta burudanga, apura-se: que o padre, como muitos dos seus colegas do tempo, se servia do púlpito para concitação de ódios políticos; que terçou armas na imprensa com um órgão liberal — *O Censor Luzitano*; que para fugir à morte, de que escapou por um triz, teve de fugir, ficando "sem saude e bens"; que segundo parece era natural de Vila Viçosa, porque lá queria ir acabar seus dias.

Finalmente, a avaliar pela penúltima décima, não deixava os créditos por mão alheia. ¿Ter-se-ia o rei «comovido à piedade» e concedido a mercê pedida?

J. V.

---

(1) Manuel Vieira da Silva, 1.º barão de Alvaiázere (1753-1826), comendador de Cristo e cavaleiro da Tôrre e Espada, fidalgo da casa real, físico-mór do reino e médico da câmara de D. João 6.º, a quem acompanhou ao Brasil.

JUNQUEIRO BRICABRAQUISTA

EVE Guerra Junqueiro desde muito novo uma requintada paixão pelo bricabraque. É conhecida a burlesca anedota, obstinadamente reeditada, em que se afirma que o poeta, cioso na conquista de objectos de arte, percorrera o intrincado dédalo das ruelas de Villa Vieja exercendo o mister de bufarinheiro ambulante, com um burro pela arreata, fanhosando o pregão castelhano:

—*!Quien tiene para vender cuencas, palanganas, medias fuentes!*

Desta forma conseguira despojar as velhas províncias castelhanas, de pratos, alcatifas, filigranas, ***bibelots***, móveis, faianças, armaduras, imagens e outras preciosidades de gôsto requintado, com que opulentou as suas vivendas, convertendo-as, com um admirável senso de arte, em museus apreciáveis.

Essa narrativa anedótica que teve tam larga repercussão, reveste aparências que a tornam quási inverosí-

mil. Embora não fosse vivida, mas simplesmente fantasiada, não resta dúvida que Junqueiro, além dos objectos místicos adquiridos nos extintos conventos portugueses, muitos possuia pacientemente rebuscados em diversas localidades espanholas. Assim, um grande número dos relicários e telas litúrgicas dos primitivos, que coleccionou, pertenceram a uma abadia castelhana, e muitas das suas curiosidades artísticas, provinham de Madrid e Compostela.

Êsses preciosos objectos de arte sacra mereciam-lhe todo o carinho, levando-o a designar o aposento em que os expunha, pela sua «catedral».

O autor de *Os Simples*, possuía uma cadeira brazonada da renascença espanhola, que tinha, rodeando o brazão, esta sentença lapidar: *«Velar-se debe la vida de tal suerte que quede vida en la muerte.»*

O poeta traduziu genialmente: *«Vive de tal sorte que aches vida na morte.»* e a propósito, ditou êste filosófico comentário:

—É o fecho profundo e sublime da moral cristã. Deve gravar-se, como guia eterno, em tôdas as almas.

*
* *

Quando, em uma das suas digressões a Espanha, Junqueiro se hospedou num hotel em Salamanca, foi ali procurado por um indivíduo que preguntou ao guarda-portão pelo *grande poeta Guerra Junqueiro.*

—¡Não conheço!—respondeu êste.

—¡Ora essa! retrucou, visivelmente contrariado, o visitante. —Mas não oferece dúvida que o poeta se acha aqui instalado! E, para facilitar a identificação, pormenorizava:—é um sujeito baixo, de longas barbas, nariz aquilino e olhos coruscantes.

—Perfeitamente! —rematou subitamente o porteiro, como que resolvendo um intrincado teorema.—Mas êsse... *es Guerra, el antiquario!»*

*

Nas impressões colhidas pelo brilhante articulista João Chagas, quando, a convite de Junqueiro, visitou em 1901 a vivenda do poeta, em Vila do Conde, recortamos os seguintes períodos referentes ao seu bricabraque, à sua quincalha mística, que são altamente elucidativos:

«...vi então passar por deante dos meus olhos a mais estranha colecção de justos, de santos e de mártires, que ainda poude reünir, não já a fé e a devoção, mas a curiosidade de um artista místico. A sala de jantar de Vila do Conde é uma sacristia.

«Retirem a mesa, ergam um altar e poderemos ouvir missa.

. . . .

«A imaginação do poeta buscou e encontrou em tôda a Espanha, uma tam grande soma de madeiros expressivos, que a sua sala de jantar é uma autêntica filosofia «par l'image», do catolicismo espanhol.»

. . . .

*

De Junqueiro são as seguintes apreciações sôbre Arte:

"Só é grande a arte que é eterna! Só aquela que tem o vinco do eterno, vive no meu espírito. A arte francesa do século XVIII, é bela, sim, mas frívola, tôda mesuras, sem o poder maravilhoso da inspiração, vivendo em Versalhes e não saindo de Versalhes.

A arte medieva e a da Renascença, são grandes, porque são eternas.»

Como coleccionador infatigável, o poeta esquadrinhava os mais recônditos escaninhos, à cata de antiqualhas.

Um dia entrou na loja de um ferro-velho e, naquela babel de bugigangas, topou com umas telas puídas e sem pompa de coloridos.

Vagueou o olhar prescrutador e informou-se do preço de um dos quadros, que o ferro-velho diligenciou encarecer, garantindo a sua antiguidade e celebridade do autor.

Impassível, Junqueiro apontou para o segundo quadro e indagou:

—¿Quanto custa isto?

—*Isto!* volve com azedume o ferro-velho, "convença-se de que é um Rubens autentico!„ E pediu uma exorbitância.

Junqueiro, sempre severo e desdenhoso, acercou-se do mostrador onde, num prato esbeiçado, ressequiam uns pasteis bafientos.

—¿E isto, quanto custa?—tornou Junqueiro.

—¿O quê, os bolos?—atalhou surprêso o ferro-velho—.Vinte réis, cada.

—"Pois compro-lhos" rematou o poeta maliciosamente—„e creia que é a única coisa antiga e autentica que você cá tem na loja".—

Na colecção de quadros de Guerra Junqueiro, contava-se uma pequena tábua em que S. Vicente é figurado de diácono, com o Evangelho na mão e uma corda aos pés.

Grande número dos seus quadros foi adquirido pelo Museu de Arte Antiga; entre outros, uma tela valiosa de Sanches Coelho, notável pintor português que trabalhou na côrte espanhola, onde lhe chamavam o *Ticiano lusitano*.

Por doação de Junqueiro, passou, após o seu falecimento para o mesmo Museu, parte do espólio artístico do Poeta.

GUILHERME FELGUEIRAS.

CURIOSIDADES E INDICAÇÕES ÚTEIS E PRECIOSAS

EXTRAÍDAS DE PROCESSOS DO «ARQUIVO DOS FEITOS FINDOS»

o ano de 1782 foi constituida em Lisboa uma sociedade entre Maria Clara Rey, viúva de João José Bertrand e seus filhos João e Jorge Bertrand de um lado e do outro Francisco Xavier Constâncio, para a exploração do privilégio que a êste havia sido concedido por provisão real e que consistia na sementeira de terrenos com sementes fermentadas, — de trigo, cevada, centeio e outros legumes.

Francisco Xavier Constâncio era siciliano de orígem, mas naturalizara-se português e havia inventado êsse modo de cultivar a terra, *porque redundava grande benefício para a agricultura*.

O contrato tinha várias cláusulas, mas as mais importantes eram estas: — Constâncio entrava com a sua ***inteligência, habilidade, industriabilidade, indústria, trabalho e comunicação do seu invento;*** os outros entra-

riam com o capital; Constâncio empregaria o privilégio sòmente na Sociedade; Constâncio receberia como regalo 240.000 rs., na assinatura do contrato e outros 240 no primeiro ajuste de contas.

O privilégio concedeu tambem ao Constâncio umas terras na coutada de Almeirim para as experiências.

Afinal, depois de algum tempo de ensaios, Constâncio não poude dar contas e, por qualquer circunstância, refugiou-se no convento dos padres domínicos da Serra de Almeirim.

Os sócios reclamaram o sequestro de todos os bens e a demanda devia ter sido julgada na Junta do Comércio, mas desconhece-se o desenlace.

*

Joseph Pogliani, vèdor das ucharias do rei da Sardenha, cirurgião matriculado na Universidade de Turim, foi um homem que, depois de viajar por todos os estados europeus, deu fundo na cidade de Lisboa. Fêz grandes estudos sôbre tôdas as maneiras de apagar os incêndios; e, como havia inventado um plano tendente a salvar Lisboa, pediu um privilégio real, apresentando projectos e impondo condições.

Como o projecto não tem data, a avaliar pelo papel onde foi redigido podemos concluir que o privilégio devia ter-lhe sido passado por el-rei D. José.

*

Os fabricantes de sêda Arnauds, estabelecidos na vila de Chacim (Trás-os-Montes) fizeram sociedade com João Baptista de Vasconcelos, negociante de sêdas estabelecido no Pôrto.

A sociedade foi aprovada por carta régia, que lhe concedeu caldeiras, fornilhos e mais trastes de fiação pertencentes ao Estado.

Antes dessa união social e comercial, a *Companhia das Sêdas*, que devia auxiliar os Arnauds na construção de edificios, não só em Chacim, como em outras vilas de Portugal e devia prestar todos os recursos necessários, visto êles trazerem do seu país os segredos de fiar a sêda à maneira do Piemonte e os moinhos ali empregados, de maneira a torná-la de qualidade superior à daquela província da Itália, desprezando os reais conselhos, que lhe haviam sido dados em provisão real, pretendeu entravar a acção dos negociantes Arnauds, contrariando-os no desenvolvimento da fiação e não os socorrendo em épocas calamitosas e difíceis.

Assim, D. João 6.º decretou do Brasil que, separados os interêsses respectivos da Companhia e dos Arnauds, fôsse dada à nova sociedade Arnauds & Vasconcelos tôda a protecção possível, concedendo-se os maiores privilégios, de sorte que a sêda fiada à maneira do Piemonte por moinhos apropriados e sob segredos especiais, pudesse vencer os mercados da Gran-Bretanha, onde a sêda do Piemonte (metade da extensão de Portugal) adquiria anualmente a produção de 9 milhões de cruzados.

Os Arnauds eram três, dos quais o mais velho se chamava Caetano. O estabelecimento em Chacim (comarca de Moncorvo) chamava-se *Real Filatório da Sêda* e a companhia das sêdas tinha por título *Real Companhia de Pamphília*.

A sociedade Arnauds & Vasconcelos pediu a concessão de terrenos baldios para o cultivo da amoreira, a entrega das fiações de Valpassos, Sanfins e Lebução, e que por espaço de 20 anos não laborasse no reino outro filatório semelhante.

*

Foi o engenheiro Carlos Mardel quem fêz o projecto para a construção das casas que, por ordem de elrei D. José, deviam ser construídas junto dos Arcos das Águas

Livres, na Praça Nova (hoje Jardim das Amoreiras) destinadas aos fabricantes de sêdas, oficiais e aprendizes.

Como é muito longo o texto do projecto, daremos um pequeno extrato das condições a que deviam obedecer a obra de pedreiro e a de carpinteiro:—a alvenaria seria de pedra rija do Carvalhão; os alicerces das paredes e dos muros dos quintais, de alvenaria rija fabricada com cal e areia; a cal seria de Alcântara, de Cacilhas ou do estrangeiro, os sobrearcos das portas, serão de abóbada dobrada; as cimalhas, de tejôlo de boa qualidade; *os cunhais, de pedraria bastarda, lavrada de picota;* os chãos das cosinhas, ladrilhados de tejôlo batido e escacilhado; os telhados *mouriscados* de boa telha; as janelas das lojas, levariam *assentos de pedraria* e as janelas do andar de cima seriam rasgadas sem assentos e os peitoris seriam de lancil ordinário; *os frontais seriam assentados, os paus de plumo em suas mexas de alvenaria assentadas em seu massamo;* tôdas as ombreiras levariam gatos de ferro e os peitos das janelas também seus gatos; o madeiramento, seria de viga de Flandres; o guarda-pó, de madeira de Flandres, chanfrado e plainado, e a ripa também; as casas dos teares assoalhadas com madeira de Flandres da melhor qualidade e, não o sendo, que seja sapia ou taboado; as portas da rua seriam de casquinha dobrada.

Eis as principais condições do projecto, que tem a data de 21 de Março de 1753 e onde se diz, no último capítulo, que os mestres da obra deviam executá-la conforme o projecto e, se o não fizessem, seriam obrigados a desmanchá-la à sua custa e a fazer como se ordenava.

*

Dona Florência Pizarro Piccolomini de Aragon Herrera Ayala y Rojas Rubin de Célis Roda Fajardo y Coalla, marquêsa viúva de Bélgida, proprietária de S. João das Pedras Alvas e Orellana, condessa de Gomiera, se-

nhora das aldeias de Ampulia, Valoria, Raiaces e Couto de Aguilaredo, da casa e morgadio de Castela, senhora e dona das ilhas de Gomera e Ferro nas Canárias, padroeira da província de Candelária, grande de Espanha de 1.ª classe, era proprietária em 1788 de um morgadio em Portugal: o de Formoselha, que se estendia até à ponte de Alfarelos de um lado e do outro até à ponte da Granja, com seu palácio, terras de pão, vinhas, olivedos, montados e abegoarias.

JOÃO JARDIM DE VILHENA

EPISTOLÁRIO

XI

VIEIRA PINTANDO EM ROMA

Francisco Vieira de Matos (1699-1783), mais conhecido no mundo da arte por *Vieira Lusitano* (como, afinal, êle próprio assinava) — foi um dos maiores pintores do seu tempo e porventura o maior de Portugal no século XVIII. Temperamento sentimental e impressionável, logo a sua meninice foi ocupada por duas grandes paixões — a arte e o amor, êste, inspirado por D. Inês Helena de Lima e Melo, que conheceu quando seus pais o apresentaram na quinta da Boa-Vista, a-par do convento da Luz; a arte, no empenho com que enchia de desenhos quanto papel lhe vinha à mão e até a cal das paredes, como êle próprio refere:

O Progenitor Vieira
. . . .
Disse, que eximido apenas
Elle se achara do berço,
Naõ lhe escapava parede
Já do carvaõ para emprego.
Mil fantasias, mil cousas
Riscando, que ao pensamento
Parecia, que impossivel

Pudessem vir-lhe ocorrendo;

....

Mas que naquelles certames
Nas Escolas consuetos
Já superava os seus socios
Ganhando infinitos premios;
Pois as materias ornava
De modo, que encantamento
Era em edade taõ tenra
O ver taõ activo engenho.
De cercaduras ornadas
Todas de lindos brotescos,
Com maripozas, com flores,
Com mil bichinhos diversos:
E que passar naõ deixava,
Nem Saloia nem Carreiro,
Que os naõ retratasse á penna,
Com seus bois, com seus jumentos;
Que de armas brancas armados
Debuxara huns Cavalleiros,
Por huma só vez ter visto
De Saõ Jorge o Escudeiro.

Quando o marquês de Abrantes (e mais tarde de Fontes) foi escolhido para a embaixada de Roma, levou consigo o moço artista para o aperfeiçoar na pintura. Ali esteve sete anos (1712-1719) trabalhando para o fidalgo, «continuando os Estudos na Academia, vezitando Igrejas, e Galerias, e praticando, ... com os Pintores, q. ja conhecia, . . e outros de meresimtº» — como êle escreve na interessante carta que o leitor vai ter o prazer de saborear.

Reentrando na pátria, não extinto, antes mais ateado, o amor pela sua Inês, tratou Francisco Vieira do casamento, a que se opunha a família dela, dada a condição humilde do artista.

Começa o romance. Metem a dama num convento, o de Santana, e obrigam-na a tomar o véu, professando sob o nome de Soror Inês Helena da Apresentação. Bem protestava ela que era casada à face do altar; tudo pura perda. O desolado marido multiplicava-se junto de tôda a gente de influência para conseguir que ela saísse: inutilmente. Deliberou então ir a Roma, dirigir-se à fonte limpa — ao Papa. Em cinco anos que lá esteve, apenas a Arte ganhou.

Voltou a Portugal, desesperançado. Desesperançado, não: lançou mão do ultimo recurso — o rapto da esposa. Vestida de homem, vingou sair da clausura, passando em frente da própria abadessa

que a não reconheceu nesse preparo. ¡Emfim! Fantasie o leitor o que seriam as primeiras horas daquele ditoso par...

Surge uma nuvem. O irmão de Inês jura liquidar o cunhado, e, esperando-o quando saía de casa, ali à rua das Pretas, pregou-lhe um tiro, que o levou à cama por algum tempo. Restabelecido, vai ter com D. João V, a quem pede justiça; outro valor, porém, mais alto se levanta; o rei faz ouvidos de mercador, e o frustre assassino consegue pôr-se a salvo para a Espanha. Mas quís o destino que êle, anos passados, caísse na miséria e viesse esmolar o pão da sua victima..

Vieira, já no declinar da vida e moído de saudades, desfia, num longo poema em quadras, intitulado *O insigne Pintor e lial Esposo* (Lisboa, 1780), esta cadeia de aventuras. Abre êste poema uma gravura, auto-retrato do pintor, coroado de ciprestes e segurando a imagem da sua amada.

Picando-se de «insigne», por acaso acertava; já se vê, porém, que o seu forte não era a modéstia. ¿Mas não vemos nós os escritores, artistas e impressores notáveis dos séculos XV e XVI decorar-se com o qualificativo de insignes, exímios e ilustres varões?

Acordam quási todos os historiadores literários em que êste poema é insulso e fastidioso. Será. Vieira não é, realmente, um poeta; mas também não é por essa faceta que o encaro. É que, mesmo escrevendo, se denuncia o pintor, pela verdade das descrições, tão representativas da vida e costumes do tempo.

Vieira Lusitano esteve algum tempo no convento dos Paulistas, onde deixou trabalhos notáveis; projectou depois nova viagem a Roma, em 1733, mas não passou de Sevilha, porque D. João V o mandou regressar. Chegado a Lisboa, foi nomeado pintor do rei, que andava a enterrar em Mafra os milhões do Brasil que a Inglaterra não comia. Para lá foi o pintor, e lá perdeu a esposa. Desgostoso, abandonou os pincéis e foi viver para o Beato, onde morreu em 1783, com 84 anos de idade.

Francisco Vieira Lusitano foi simultaneamente pintor (de quadros e a fresco), desenhador, gravador e poeta. Muitas das suas melhores telas abismaram-se no grande terremoto. Outras andam dispersas por museus, igrejas e colecções particulares.

Não sei a quem foi dirigida esta carta, porque lhe foi amputada a meia fôlha branca exterior de resguardo, onde se inscrevia o nome do destinatário. Parece, no entanto, por uma passagem da epístola, que devemos procurá-lo em Bemfica.

O marquês a quem se refere, também não sei quem é. O de Abrantes não me parece, já porque Vieira o conhecia quando foi para Roma, já porque essas linhas não são dum rapaz de treze anos, idade em que o artista para lá foi pela primeira vez. A carta,

afinal, é da segunda estada de Vieira na cidade eterna. A Academia de que se fala é a célebre de S. Lucas, da qual, nessa segunda residência, fôra Vieira Lusitano feito académico de mérito, pois que, como êle diz com aquela modéstia já conhecida nossa:

.....dentro de Roma
Seu nome já naõ cabendo
Se espalhou por toda Italia.
Em toda foi bem aceito,
Tambem assim noutras Cortes
Das mais polidas souberam
Tanto aplaudir obras suas, etc.

De mais, o marquês saíra de Roma em começos de 1718.

¿Seria um fidalgo português na côrte pontifícia, ou algum prócere romano, quem tão amavelmente acolheu o nosso pintor? (1)

Meu Senhor e Amigo

Muyto me obrigavaõ com V. E.ª os beneficios q. ja lhe devia; muyto mais me obriga este ultimo, q. naõ posso nem devo esquecer.

No fim do mes passado (em 28, se naõ erro) me apprezentey em caza do S.r Marquez, q. me recebeu com huma cortezia, e benevolencia, q. eu naõ meresia, e só á generoza recomendaçaõ de V. E.ª devo atribuir. Logo me levou á prezença da S.ra Marqueza, M.a S.ra, e ambos me encheraõ de perguntas sobre os meus adiantam.tos na Arte da Pintura, e se me dava bem em Roma. Ali lhes respondi quanto á primeyra parte, q. hia obrando o q. podia, segundo as m.as poucas forças, continuando os Estudos na Academia, vezitando Igrejas, e Galerias, e praticando sempre que p.a tal tinha ensejo com os Pintores, q. ja conhecia da 1.a vez q. aqui assesti, e outros de meresim.to cuja conversaçaõ podia alcansar.

---

(1) Sôbre êste eminente artista deve ler-se, além do já citado poema *O Insigne Pintor: os Amores de Vieira Lusitano*, de Júlio de Castilho e os trabalhos fundamentais do dr. Xavier da Costa.

Logo o S.r Marquez me demostrou dezejos de q. o retratace, e á S.ra Marqueza, e eu confuzo de tamanha honra so pude responder q. os meus pinseis estavaõ ao dispor de ambos; e perguntado quando comesaria, prontam.te respondi q. quando assim o houvessem por bem, porque logo eu o aprovaria.

Não se falou do preço porq. seria pago o meu trabalho, porq. o deyxo á generoza muneficencia de Pessoas de tanta qoalid.e e entendimento como estas de q.m trato. O cazo he q. ja comesei o retr.o da S.ra Marqueza, e ainda em pouco mais q. esboço agradalhe ja grandem.te

Honte fuy convidado a assestir a huma funçaõ de regozijo pelos annos da Sobr.a dos S.res Marquezes. Fizeraõ-se ouvir muy destintos muzicos e cantores, as Sallas e Jardins muy bem illuminados, e foi servido grande numero de refrescos. Em fim, meo Illustre e E.mo Amigo, huma funçaõ como só numa caza q. eu sey em Bemfica poderia achar igual...

Quanto ao q. pergunta, e sabe pouco mais tenho adiantado, vivendo a penas de esperanças.

Naõ enfado mais V. E.a se naõ p.a lhe dizer q. naõ sofre mais dellongas o meo desejo em agradecerlhe tudo q.to devo, e aqui fico ás suas ordens como

De Vossa E.a

Amigo e obzequiossimo Servo m.to grato

Fran.co Vieira Lusitano

XII

A FRANQUEZA DE CAMILO

Meu... Amigo.

Muito obrigado pela sua carta de 18.

Demais sabia eu que, só por causa especial, V..., não respondia à minha pregunta.

....

Da carta camiliana, que faz cócegas a Castilho, aqui junto cópia, cuja conformidade com o original, inteira e absoluta, mesmo na ortografia, eu posso afirmar-lhe. Camilo utilizou uma fôlha de 4 pág. do papel destinado à sua correspondência, timbrado com as iniciais C. C. B. em letra gótica e ocupou de seu punho a página da frente e quási tôda a do verso, guardados ao alto os espaços do estilo. A disposição gráfica da cópia é a mesma do original.

O destinatário, designado familiarmente por Júlio, é o desditoso Júlio César Machado, que arquivou a carta numa fôlha do seu album, colando ao lado direito uma outra de Ana Plácido, a êle dirigida e as fotografias dos seus dois amigos de Seide. Tenho essa fôlha completa em meu poder.

Nem a carta de Camilo, nem a de Ana Plácido teem data. Quem tiver tempo e paciência talvez a possa determinar. Não me parece, porém, que seja coisa de importância. O importante é a referência irreverente a Castilho e a demonstração da amizade que o ligava a Júlio César Machado.

Esquecia-me dizer-lhe que a letra da carta é caligráfica, em tipo miúdo, e traçada com todo o vagar e a maior serenidade.

Tenho também umas cartas de Vieira de Castro, das quais igualmente lhe enviarei cópias logo que consiga decifrar inteiramente o que elas dizem, pois êle escrevia mal como o Diabo. Pelo que já pude ler, são interessantíssimas. Como não sei fazer prosa, que honre a *Feira*, publicação que tanto aprecio (1), contribuo para o enriquecimento do "Epistolário"...

....

Subscrevo-me com estima e consideração, etc.

ANTÓNIO TAVARES DE CARVALHO

---

(1) Se não tivesse outros títulos a oporem-se a tal afirmativa, bastaria, para a contradizer, a leitura desta carta, escrita com precisão, clareza e boa linguagem.

Meu caro Julio

O caso foi assim: ás 6 horas da tarde vi-me annunciado em Lx.ª nas gazetas. Ás 7 safei-me receando as visitas do Castilho que terminam quando a aurora se levanta dos seus coxins de rosa. O Castilho é uma impertinencia q nem o estylo suavisa. É homem d'uns tempos extinctos em que o espirito se pascia nas palestras indigestas como lampreia de escabeche. Eu, filho, não aturo quinze minutos de conversação sem pensar no suicidio, salvo se o conversador tem o coração moço e a lingua bem acerada da malaguêta da crityca.

Li hontem o teu livro d'um hausto. Bellissima coisa de talento, de humor e de forma! Estás um juvenil brincalhão. Raro ha ahi quem, nesta terra tão cerrada a resplandores de inspiração, passados 20 annos de trabalho mal retribuido, se conserve na puberdade da fantasia com tanto ardor e vivacid.ᵉ de imagens.

Apertamos-te todos a mão.

Eu sou o teu velho

Camillo Castello Br.co

SILHUETAS DO SÉCULO XVIII

Á nesta revista (t. I. pág. 159) apresentei ao leitor alguns papéis recortados.

Reïncido, para informar quem me ler de que se não perderam, como eu supunha, tôdas as silhuetas que pertenceram a Anibal Fernandes Tomaz, o sapientíssimo amador de livros. Um bibliófilo nòrtenho possue pelo menos, seis. Tenho-as diante de mim, por extremada gentileza sua, pois, vindo a Lisboa, as pôs à disposição da *Feira da Ladra*.

Dessas seis reproduzo duas, que me pareceram as mais características. A primeira, (Est. I) que mede cêrca de 11.cm e 8.cm, respectivamente nas maiores altura e largura, fêz-me pensar em D. António Manuel de Vilhena, grão-mestre português de Malta e depois em D. José I. Mas cêdo enjeitei estas suposições, e inclinei-me para D. João V.

Não me parece original o debuxo. Aproximemo-lo da medalha que Artur Lamas descreve num seu pre-

cioso e mui citado livro (1) e veremos a notável semelhança entre êle e o busto que a adorna. As feições

EST. I

do rôsto, ainda que sumàriamenta indicadas no recorte, o penteado, os olhos, a bôca, a corôa de louros, a

(1) *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*, Lisboa, 1916, págs. 18, est. 5.ª

linha sinuosa do perfil moço do rei, a couraça que, à romana, lhe reveste o tronco, o paludamento, emfim, que lhe pende do ombro direito, denunciam uma cópia e eu ía jurar que quem recortou a "sombra" teve diante dos olhos a medalha que em 1716 o norueguês Rög modelou em homenagem ao rei magnífico, que contava então 27 anos.

¿ Mas é da mesma data da medalha êste bocado de papel preto que uma tesoura setecentista recortou? Não me parece; e uma das razões que me movem a crê-lo é assemelhar-se a silhueta, no *modus faciendi*, a três das suas quatro irmãs mais modernas.

Destas, reproduzo ainda outra, (Est. II), representando (aqui é que não há dúvidas) a estátua eqùestre de D. José. Distingue-se nesta, claramente, a marca de água do papel, a meu vêr italiano, com a data de 1782, onde está colado o recorte.

Numa cercadura arrendada que encaixilha o grupo central, lêem-se, na parte superior, as letras O. A. S. A. e, na inferior, B. A. C. A. É hoje difícil, se não impossível, decifrá-las exactamente; mas sempre aventarei a opinião de que, nas primeiras, o artista quereria significar *Oferece ao seu amigo* e, nas restantes, o nome dêsse amigo. Assim, teríamos diante de nós um recorte, ou sombra, expressamente feito para presentear alguém.

O monumento é visto por quem olha de E. para O. O recortador, todavia, não tinha por certo diante dos olhos a estátua quando a recortou no papel, porque lhe não debuxou fielmente a linha do contôrno. Postergando outras minúcias, a cabeça do cavalo, por ex., é mais levantada e mais pequena, em proporção, do que o original e pouco exacta a posição das serpes que rastejam aos pés do animal. O grupo destaca-se dum fundo de fantasia de linhas cruzadas em diagonal, formando grade. Nos ângulos superiores, dentro da moldura, um sol e uma lua—¿ intenção ou simples motivo

ornamental? A cada um dos quatro cantos, uma cruzinha de Malta.

Êste recorte, que mede 10,5X14.cm está muito maltra-

EST. II

tado pelo tempo e pelas mãos dos possuidores, algum ou alguns dos quais tentaram desastradamente res-

taurá-lo. Encontrado dentro dum velho calhamaço (1) meio devorado da traça, também por sua vez não foi poupado, como o testificam vários orifícios. Falta-lhe o ângulo inferior direito e igualmente desapareceram, como mais frágeis, alguns cruzamentos das linhas que decoram o fundo e muitos raios das estrelinhas colocados nos cruzamentos do gradeado. Num ou noutro ponto, onde faltavam fragmentos, foram êstes refeitos a tinta de escrever (!). Reproduz-se tal qual se encontra.

*

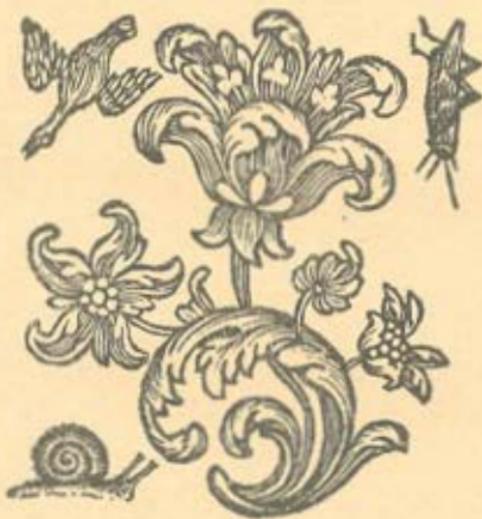
Restam quatro silhuetas. Uma delas, aberta em papel branco, não tem valor histórico. Exibe um vaso com flores, ladeado por duas figuras, uma de homem outra de mulher, que não são retratos, mas simples motivos de decoração. Das três restantes, duas são grosseiramente recortadas. Uma delas, também em papel branco, é um busto, à direita, rodeado de uma coroa, que pretende ser de louro; está assente num quarto de papel azul acartonado e tem por baixo, à pena, em letra do primeiro quarto do século passado: *Retr.º de M. M. Barbosa de Bucage.* Verdade seja que só se parece com o poeta na aduncidade nasal e em três ou quatro farripas que lhe descambam na testa. A outra, igualmente recortada em branco, cabeça de homem descoberta, cabeleira acachoada, perfil à esquerda, não sei de quem seja; pensei em Pombal, pensei em Pina Manique... Foi colada modernamente sôbre cartolina azul, decerto pelo autor ilustre das *Cartas Bibliographicas,* que lhe pôs por baixo uma interrogação a lápis. A terceira, de melhor punho e em papel branco

---

(1) Conforme se lê numa nota a lápis no verso, do punho de Fernandes Tomaz.

como as precedentes, julgo que representa D. Maria I; esteve encaixilhada e assenta sôbre sêda côr de rosa, da época.

A soberana, em busto, olha à direita. Tem em aberto o penteado, os olhos, a bôca e, apenas indicada num ou noutro golpe de tesoura, a parte superior do vestido.

C. M.

HISTÓRIA COLONIAL

(CARTA)

Escreve-nos de Angola o rev. Manuel Ruela, que ainda há pouco honrou esta revista com a sua colaboração, comunicando que ficara incompleta a informação dada a págs. 155-156 do vol. III; pois no maço 6.º, encontra-se mais uma carta autógrafa do chanceler Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, com a data de 20 de Fevereiro de 1791, dirigida a Martinho de Melo e Castro, que fala do tal Nicolau Jorge, irlandês de nação. A esta carta está apenso o respectivo auto de preguntas.

O distinto sacerdote ainda se refere ao Arquivo Histórico Colonial, para onde foi transferida a secção ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa, arquivo instalado no palácio da Ega, à Junqueira, por iniciativa do seu inteligente e infatigável director, snr. Pires Avelanoso. E acrescenta:

«Na verdade, os papéis velhos de Angola estão quási todos ainda por classificar ou catalogar devidamente e, por isso, as pesquisas ou buscas são mui custosas e demoradas, como pessoalmente experimentei em 1928.

«Por minhas próprias mãos e sob a etiqueta TIRADENTES, lá deixei, por ordem cronológica e em sete maços, todos os documentos relativos à «Inconfidência Mineira", ou seja à tentativa de independência do Brasil em 1789.

«Já tenho em composição, numa tipografia de Luanda, um modestíssimo livro, não só com a lista dêstes documentos, como também de mais outros que descobri nos arquivos da secretaria geral de Angola, os quais referem a sorte que por cá tiveram os conspira-

dores, que do Brasil vieram desterrados para os diversos presídios desta colónia».

Grato anúncio nos dá o sr. P.e Ruela. É certo que, desde meados de século passado tem sido muito estudado o célebre tentame revolucionário de Minas, que o govêrno da «Piedosa» castigou com dureza e até com crueldade. Mas a notícia de todos os documentos novos, que venham ainda dilucidar aquêle episódio, designadamente na parte que se refere a Angola, será labor que bem merece de todos os amadores da lusa história colonial que, como nós, ficam esperando com interêsse o anunciado livro.

GLÓRIA REFLEXA

UEM se tenha familiarizado com os nossos poetas quinhentistas, familiarizado estará também com o nome de D. Francisca de Aragão, dama dilecta da côrte da rainha D. Catarina de Áustria, mulher de D. João III, porque vários dêsses poetas, principiando pelo maior de todos, lhe entoaram louvores calorosos à beleza, à inteligência e à candura. Pode-se rastrear em Camões, D. Manuel de Portugal, Andrade Caminha e Jorge de Montemor, o deslumbramento e o entusiasmo inspirados por tais dons.

O Dr. Queiroz Veloso, com o seu conhecimento profundo do século XVI peninsular e sua documentação nova, pela maior parte do arquivo de Simancas, sentiu-lhe também o atractivo e quis-lhe recompor a biogra-

fia, [1] em verdade muito mal conhecida fora do seu aspecto de musa inspiradora daqueles poetas. Esta reconstituïção biográfica é estrictamente documentar, portanto de segurança perfeita, mas não consegue evitar uma lacuna grande: a da influência positiva da formosa dama, que explicasse o seu grande ascendente.

Queiroz Veloso afasta-se de todo das hipóteses de Teófilo Braga—espírito paradoxal que fêz poesia com austeridade didactica e exerceu a crítica com a mais arbitrária imaginação interpretativa—, como se aparta da narrativa gentilhomesca do Conde de Sabugosa, tecida à volta dos dados vagos e não verificados dos cronistas.

Teófilo Braga chegou a atribuir a D. Francisca de Aragão, quando donzelita mal entrada na nubilidade, o o papel excelso de sugerir a Camões o pensamento da sua epopeia...

D. Francisca de Aragão era algarvia, filha do alcaide-mor de Faro e vèdor da fazenda do Algarve, Nuno Barreto, e ligada a famílias ilustres. Sua mãi, D. Leonor Milá, era filha de aragonesa e tinha sangue da casa real do Aragão, donde lhe vinha o apelido que usou. Era seu tio Francisco Barreto, aquêle governador da Índia que perseguiu Camões, quando êste por lá militou e penuriou. Era algarvia, mas não uma algarvia castiça, daquela vivacidade faladora, com que Oliveira Martins caracterizou o espírito algarvio, porque os poetas seus louvadores encareceram-lhe a discrição e porque sem prudência de língua não teria conservado tão longo tempo o cetro de primeira dama da côrte.

Apezar de grandemente requestada, com amor mais veemente em Camões e D. Manuel de Portugal, com

---

(1) *Uma alta figura feminina de Portugal e Espanha nos séculos XVI e XVII—D. Francisca de Aragão.* Barcelos, 1931, 191 págs.

galanteios mais literários e inócuos em Caminha, D. Francisca de Aragão conservou-se solteira até perto dos quarenta anos. Parece que sabia administrar muito bem os seus prestígios e que o ascendente da poesia não a tentava muito. Conservar durante anos a sua situação de predomínio na côrte e o seu valimento no ânimo da raínha, principalmente no período das desavenças desta com o neto, necessita um grande talento político — político no sentido mais modesto e mais português da palavra: cálculo e dissimulação nas relações, estrategia social, indeterminação de opiniões.

É natural que a êsse domínio sereno dos seus sentimentos não faltasse o dom de se defender da sedução falaz dos versos, quando a fascinação das letras era tão precária, apanágio de alguns espíritos selectos, que o poeta sublime morreu de miséria. O reinado do escritor veio muito depois; e já hoje, nalguns países, onde nunca chegou a principiar, o dão por terminado com essa reacção barbarizadora que reduz a inteligência à menoridade.

Se os poetas a não seduziram nos anos róseos da juventude, seduziu-a a candidatura de D. João de Borja, no estio pleno, quando se avizinhava a quarentena e a beleza, sem o nimbo da ingenuïdade, tinha a madurez suculenta que tenta o homem já outoniço, como era o segundo filho do Duque de Gândia, D. Francisco de Borja, então já envolto na roupeta de jesuita professo.

Pai e filho tinham estado em Lisboa, o primeiro repetidamente, o segundo demoradamente, ambos em missões da refalsada onça do Escorial. D. João era casado com D. Lourença de Oñaz, que lhe dera quatro filhos, mas essa circunstância não terá sido impedimento para se inteirar dos encantos da formosa trintona. Apenas D. Lourença morreu, caminho de Espanha, em Outubro de 1575, D. João pede de longe a mão de D. Francisca, que prontamente lha concede. D. João de Borja

era pessoa muito adicta a Felipe II; e a protecção do soberano mais poderoso da Europa excedia decerto as possibilidades oferecidas por qualquer poetastro e mais ainda as dum poeta de génio, condenado a êsse trágico frete. ¿E quem cria então Camões um poeta de génio? Isto é uma expressão e um valor criados pelos séculos; raro em Portugal se mediram méritos sem a colaboração da miséria e do tempo. Esse casamento, segundo um curioso texto publicado pelo Dr. Queiroz Veloso, deve ter sido um casamento político: político era-o já pelo cálculo da dama, político o foi porque se recorria ao seu tacto para colaborar na missão, que D. João de Borja ía desempenhar na Alemanha. ¿E quem sabe se não foi também a política que os aproximou, quando nas intrigas palacianas de Lisboa ambos formavam no mesmo partido, o da rainha-avó?

No seu aspecto de adversários viu D. Sebastião aos cônjuges serôdios, porque não concedeu mercês de dinheiro à noiva, como era costume num tempo, em que a nobreza vivia do favor dos reis. Nem à instante solicitação de Felipe II cedeu. Só em 1578 confirmou o que a avó modestamente concedera.

A noiva, madura e bela, a quem os poetas tinham revelado os próprios encantos, deixou-se amar com entusiasmo por D. João de Borja e deu-lhe quatro filhos; o do noivado, nascido no mar, nas vascas do enjôo, futuro príncipe de Esquilache; dois em Praga onde o marido, nadando em felicidade, se fêz também autor de prosa, publicando uma colectânea de *Empresas morales*; e o último em Lisboa, onde voltara na comitiva de Maria de Áustria, governadora de Portugal, já anexado por Felipe II.

Entretanto, D. João de Borja engordava, caminho dos setenta anos; e sôbre êsse alvo crescente iam caíndo as mercês: rendas opulentas, o condado de Mayalde, um lugar no Conselho de Estado, a presidência do Con-

selho de Portugal, legados de Maria de Áustria, a mordomia-mor da Raínha. A esposa não era esquecida e para ela se criou o condado de Ficalho, que ela em 1607, já viúva, renunciou a favor do filho lisboeta, D. Carlos de Borja, o único tido por português.

Mas tanta prosperidade acordou a inveja dos deuses —que uma tarde, trêdamente, empurraram o gôrdo e já entrèvado D. João de Borja por uma escada abaixo; e do desastre morreu prosaicamente o homem, que durante trinta anos possuíra a mulher mais apetecida da côrte de Lisboa.

A discreta algarvia viveu ainda nove anos na viuvez opulenta. Pôde cumprir a vontade do marido, fazendo trasladar o corpo dêle para Lisboa, para a igreja de S. Roque, em cujo altar-mor os esposos tinham um carneiro. Na mesma igreja se guarda uma grande colecção de relíquias, reûnidas pelos esposos nas suas viagens e oferecidas em 1588.

Em 1605, na vespera dos setenta anos, a envelhecida musa de Camões foi vista em Valladolid, nas festas do nascimento de Felipe IV, por um observador português bem humorado, Tomé Pinheiro da Veiga, que na *Fastigima* nos conservou uma caricatura dela: era ainda uma grande dama, de todos acatada, e preocupava-se ainda muito com o *maquillage* da sua beleza, da beleza que Camões cantara.

Morreu em 1615, com cerca de oitenta anos, longeva como Mariana Alcoforado, a Marília de Tomaz António Gonzaga e a mulher de Garrett. ¡Parece que o amor conserva!

D. Francisca de Aragão não amou grandemente, mas deixou-se amar, liricamente no período áureo da sua beleza, fecundamente no seu declínio. E na qualidade do mais pobre dos homens, que a amaram, reside a razão de ser lembrada, mais de três seculos depois do ocaso dessa beleza ¿Porque se ocupou dela nesta exce-

lente monografia o Dr. Queiroz Veloso? ¿Porque D. Francisca de Aragão teve algum papel importante na vida política de Portugal, de Espanha ou da Áustria? ¿Porque afirmou dalgum modo o seu espírito nacional no momento da absorção da coroa pelo protector do marido? Porque ligou o seu nome a algum grande sucesso da história? Não. A parte íntima e militante da sua actividade—dama dilecta de D. Catarina e colaboradora da carreira pública de seu marido—é-nos totalmente desconhecida. É a grande lacuna da sua biografia. Não, o seu ilustre biógrafo ocupou-se dela com simpatia, seguro método crítico e grande saber, porque D. Francisca de Aragão foi amada e cantada por Camões. Acima do valimento da raínha, da privança e prosperidade do marido, imortalizaram-na os versos do poeta altíssimo, como a ponta da sua espada salvou do esquécimento aquêle pobre criado do paço, Gonçalo Ribeiro, que num dia de procissão de *Corpus Christi* recebeu no pescoço uma boa cutilada camoneana.

E êste foi, afinal, o grande sucesso da história, a que D. Francisca de Aragão teve a fortuna de ficar ligada para sempre, dêle recebendo a luz que revela e nimba coisa tão fugaz, como a beleza dum rôsto: a existência da alma poderosa, que criou os *Lusíadas*, espelho fiel dos novos horizontes do Renascimento. E a monografia do Dr. Queiroz Veloso, muito mais que uma contribuïção para a história geral, é uma importante contribuïção para a crítica camoneana.

FIDELINO DE FIGUEIREDO

UM LIVRO SÔBRE A „COMUNA"

A Imprensa da Universidade foi impresso em 1871 um opúsculo com o título *A Communa de Paris e o Governo de Versailles*, da autoria do doutor José Pereira Falcão, nesse tempo lente substituto da faculdade de Matemática.

Como no opúsculo se sustentavam e se elogiavam os actos da Comuna e os princípios subversivos que ela proclamava, irrogando graves injúrias ao govêrno francês, o então ministro do Reino, o marquês de Ávila e Bolama, oficiou ao ministro da Justiça, enviando-lhe o opúsculo e o parecer do procurador geral da Corôa e Fazenda, que nesse tempo era Mártens Ferrão, pedindo-lhe providências contra o autor.

Mártens Ferrão, nesse parecer, depois de verberar o procedimento do dr. José Falcão e as doutrinas por êle expendidas, termina por pedir o castigo do autor, do administrador e do director da Imprensa da Universidade.

Como nos papéis relativos a êste assunto não se fala no nome dêstes dois últimos *criminosos*, escrevemos para Coímbra ao snr. Cândido Nazaré, muito digno director das oficinas da Imprensa da Universidade, que nos enviou a seguinte carta:

"O director da Imprensa, ao tempo em que foi publicado o opúsculo *A Communa e o Governo de Versailles*, era o dr. Bernardo de Serpa Pimentel, Lente da Faculdade de Direito e mais tarde Par do Reino e Vice-Reitor da Universidade durante muitos anos. Irmão de António de Serpa Pimentel e de José de Serpa, não poetizou, como os dois.

«A organização da Imprensa, há 60 anos, era muito diferente da de hoje. Além de um director, cargo que só poderia ser exercido por um lente da Universidade, havia mais um administrador e o director das oficinas, lugares desempenhados respectivamente por Olímpio Nicolau Rui Fernandes, cidadão benemérito a quem esta cidade deve relevantes serviços e José Pereira Júnior, tipógrafo muito instruído e astuto.

"Foi a êste último a quem o original do opúsculo foi entregue pessoalmente, com o pedido de ser composto com a maior urgência, pelo dr. António Rodrigues Vidal, lente e director da Faculdade de Filosofia e sogro do dr. José Falcão.

"Parecerá bastante estranho que naquela época, quando as ideias socialistas e republicanas estavam pouco ou nada propagadas no nosso país, havendo ao mesmo tempo a pior atmosfera que se pode imaginar contra os homens da Comuna, acusados dos maiores crimes, houvesse tanta facilidade em publicar o referido livro nesta Imprensa—um estabelecimento do Estado...

"O caso, que por tôdas essas razões foi comentado, tem uma explicação.

«O dr. Vidal teve sempre ideias rasgadamente

liberais e, além disso, foi sempre muito respeitado por tôdas as classes sociais. Publicou também aqui alguns livros didácticos e, por isso, estava nesta Imprensa intimamente relacionado com os seus dirigentes, não lhe sendo, por tôdas essas circunstancias, difícil encontrar da parte do director das oficinas a melhor boa vontade na aceitação do original.

«Composto e revisto o livro, houve depois uma certa hesitação na sua saída. Mas era tarde. Ninguém queria indispor-se com o portador do original do opúsculo, que, a-pezar das suas boas qualidades, não era isento de autoritarismo.

«Como ía dizendo, pôsto o livro a circular, o seu aparecimento causou a maior sensação no meio coímbrão, como é facil de supor e dai uma grande intriga da parte de alguns lentes, junto do govêrno, dando isso lugar a um inquérito muito rápido, do qnal resultou a demissão do dr. Bernardo de Serpa Pimentel, pela portaria de 20 de Junho de 1871, assinada por António José d'Avila. Foi substituído pelo dr. Bernardo de Serra Mirabeau, lente da faculdade de Medicina.

"O director das oficinas, José Pereira Júnior e Olímpio Nicolau Fernandes trataram de alijar o melhor que poderam a responsabilidade que tinham no assunto. É natural que houvesse altas influências políticas a protegê-los, porque sobretudo Olímpio Nicolau estava bastante relacionado não só nesta cidade como também em Lisboa, de onde veiu para organizar esta Imprensa por ocasião de uma sua reforma.

«O dr. Bernardo de Serpa, espiríto bonacheirão que como director desta Imprensa era apenas uma figura decorativa, não me consta que protestasse contra a demissão que injustamente lhe foi dada, êle que se tinha alguma responsabilidade era a de se não querer indispor com um colega. E assim acabou esta

comédia muito bem desempenhada por Olimpio Nicolau e José Pereira Júnior e não prosseguindo o processo instaurado pelo Fôro académico contra o Dr. José Falcão. Melhor foi assim.»

Ignorâmos se ainda está em vigor na Imprensa da Universidade o *Regimento* de 9 de Janeiro de 1790. Êle preceitua no seu art.º 23, que não se imprimam alí, seja por conta dela, seja por conta particular, *obras fúteis*...

João Jardim de Vilhena.

O SIMBOLISMO NA ARTE MEDIEVAL

(EXCERPTO)

ÃO é meu intuito desenvolver aqui o interessantíssimo tema do simbolismo na arte cristã da Idade-Média [1].

Observarei, todavia, que entre o sentir de certos arqueólogos que, em tôdas as manifestações da arte religiosa dos séculos XI, XII e XIII, vêem a expressão de um pensamento, um propósito moral, recorrendo, por vezes, às mais engenhosas e subtis interpretacões—«procurando explicar o inexplicável», no conceituoso dizer de um escritor francês – e o parecer daqueles que negam absolutamente o caracter simbólico da complexa ornamentação dos edifícios religiosos medievais, há um meio-termo, que deve corresponder à verdade. Nem tudo é simbolismo; nem tudo é apenas decoração. *Le vrai symbolisme*, escreve E. Mâ-

le, *tient assez de place dans l'art du moyen âge, pour que nous n'allions pas le chercher là où il n'est pas* (1).

Era necessário que a igreja, tanto na estrutura como na ornamentação, representasse, para os fieis, claro e persuasivo ensinamento. Importava que, pelos sentidos, os crentes se elevassem até à compreensão das verdades sobrenaturais.

De materialibus ad immaterialia — proclamava Suger, o famoso abade de S. Denis, o célebre ministro de Luiz VII, que tanto concorreu, com a sua influência, para que os domínios da simbólica se dilatassem consideravelmente.

Mercê do seu poderoso impulso, os monges-artistas de Cluny enriquecem as igrejas com uma plástica exuberante, espiritualizada pelas mais altas intenções.

Não era só a História Sagrada que interessava os imaginários. Eram também os conceituosos apólogos dos fabulários clássicos; as narrativas fantásticas de antigos viajantes; a fauna, real e imaginária, que povoava as páginas dos bestiários; as plantas; os astros; as pedras preciosas e, até, a estranha e cativante ornamentação de artigos suntuários importados do Oriente, esmaltada, por vezes, de enigmáticos símbolos religiosos, emanados das remotas civilizações da Ásia Central.

A igreja era uma Bíblia e uma Enciclopedia. Era, verdadeiramente, a tradu ão em pedra do *Espelho do Mundo*, que Vicente de Beauvais coordenara, por determinação de S. Luiz.

Contra essa perturbadora riqueza decorativa uma voz austera se ergueu: — a de S. Bernardo. Mas o simbolis-

---

(1) Dêle trata, larga e proficientemente, o sr. dr. Aarão de Lacerda, na sua notável dissertação — *O Fenómeno religioso e a simbólica*. Pôrto, 1924.

(1) *L'art réligieux du XIII.e siècle en France*, 4.eme édit. págs. 67.

CAPITEL DA IGREJA DE RIO-MAU

(Vila-do-Conde)

FEIRA DA LADRA
TOMO IV, N.OS 5-6

FOTOGR. DE MARQUES ABREU — PORTO.

CAPITEL DO MOSTEIRO DE CELAS

(Coímbra)

FEIRA DA LADRA
TOMO IV, N.os 5-6

FOTOG. DE MARQUES ABREU — PORTO.

CAPITEL
DA IGREJA DE S. MARTINHO-DE-MOUROS

(Rèzende)

FEIRA DA LADRA
TOMO IV, N.OS 5-6

FOTOGR. DE MARQUES ABREU — PORTO.

mo não foi logo proscrito, porque se radicara fundamente na alma medieval.

Se é certo que, na arte gótica, a decoração vegetal era muitas vezes empregada sem intuito simbólico, não é menos certo que a própria catedral, na sua maravilhosa arquitectura, constituia o mais completo, o mais expressivo, o mais eloqüente símbolo.

Só nos derradeiros tempos da Idade-Média o simbolismo religioso decai, substituindo-se-lhe uma estatuária de caracter histórico e narrativo, — até que de todo se extingue com o Renascimento, tomando então, por vezes, o seu lugar um simbolismo profano, do qual oferece exemplos frisantes certa modalidade da arte manuelina.

*

Quanto à nossa Península, como a sua população era, nos tempos medievais, muito heterogénea, e, na sua arte, várias correntes estrangeiras actuavam, sucedia, não raro, que o arquitecto e o imaginário representavam influências artísticas diversas, de modo que, da colaboração de ambos, não resultava para o edifício aquela perfeita unidade que noutras regiões se observa. A escultura que, dêsse modo, nem sempre é entre nós, no período românico, elemento decorativo em íntima conexão com a obra arquitectónica, reveste, no entanto, pela sua complexidade, altíssimo interêsse. A par do fundo clássico,—elementos franceses, bisantinos, maometanos, persas... Não são vulgares os apólogos. Aos exemplos que nos oferecem as catedrais de Tarragona e Çamora, S. Pedro de Ávila, a colegiada de Cervatos, o claustro de Celas (Coímbra) — êste último já da transição — pouquíssimos haverá a acrestar. O imaginário procurava, em geral, tornar odiados os vícios, figurando-os com o mais expressivo realismo.

D. José Pessanha.

Director da Escola de B. Artes de Lisboa.

EPISTOLÁRIO

XIII

PEDRO IV e LUIZ XVIII

A carta de D. Pedro IV de Portugal e I do Brasil, que a seguir publicamos, foi escrita originàriamente em francês A-pezar de não datada, é de 1822, ano em que o Brasil se tornou independente da metrópole, aclamando imperador o príncipe D. Pedro que, hipòcritamente, se dizia chamado «a manter no Brasil a autoridade do Rei seu Pai.»

Em todo o caso, a confiança no êxito da emprêsa não era grande, o que não só explica o lançamento do célebre *Manifesto às Potências*, a que se alude na carta, mas também o pedido de protecção a Luiz XVIII, «cuja interferência seria de grande importancia.

É um documento curiosíssimo da versatilidade de caracter de D. Pedro IV, que durante muito tempo, na questão luso-brasileira, jogou com pau-de-dois-bicos.

Suponho que o conde de Gestas, a que se refere o imperador, era um agente diplomático do rei de França.

C. M.

Senhor

Chamado, muito novo ainda, a fixar os destinos de um grande povo, e a manter no Brasil a autoridade do

Rei meu Pai, que um Clube desorganizador oprime, procurando estabelecer novas cadeias em nome do liberalismo, reclamo os conselhos e a amizade do Nestor dos soberanos, que durante vinte e cinco anos de infortúnios soube conservar o amor de todos os seus súbditos, e de promover a sua felicidade, que êle assegurou outorgando-lhes justas e sensatas liberdades.

Se Vossa Magestade me honrar com a sua amizade, ficarei mais seguro de conseguir os meus fins e, ao mesmo tempo, aumentarão as relações amigáveis entre o Brasil e a França.

V. M. verá pelo meu Manifesto às Potências, que foi apenas o sentimento de legítima defesa que levou o Brasil a assumir a atitude belicosa contra a facção portuguesa. Para se evitar o derramamento de sangue, não houve meio de conciliação de que eu não lançasse mão; e, a-pezar disso, os insultos e as ameaças não faltaram em Lisboa. O orgulho cega-os a ponto de parecerem desconhecer os recursos imensos de que dispõe o Brasil, que nada agora poderá separar do Govêrno Monárquico, que êle quere e eu saberei manter, conservando-o para o Rei meu Pai, que os Brasileiros amam e respeitam sempre.

A mediação das Potências para impedirem a guerra civil entre Portugal e o Brasil, seria de interêsse para todos, e entraria no plano e intenções da Santa Aliança, e para isto chamo a atenção de V. M., cuja interferência seria de grande importância.

Príncipe Português, a união dos dois povos em bases honrosas e justas é o objecto da minha solicitude; Defensor Perpétuo dos direitos e da independência do Brasil, os meus deveres estão naturalmente indicados.

Encarrego o conde de Gestas de entregar esta carta a V. M.; possue êle há muito tempo a confiança de V. M., o que é um direito para ter igualmente a

minha.

O passo que dou, franco e directo, junto de V. M., é, Senhor, uma prova clara e não equívoca dos meus sentimentos.

Sou de V. M. amigo e admirador sincero

D. Pedro de Alcântara

XIV

AS ELEIÇÕES "LIVRES" DE 1865

Júlio Gomes da Silva Sanches Machado da Rocha, grã-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição de Vila Viçosa; cavaleiro da ordem da Tôrre-e-Espada; ministro do reino por 4 vezes e da Fazenda por 3 vezes, sendo uma interinamente; conselheiro de Estado efectivo; par do Reino, por carta régia de 5 de Março de 1853, tendo presidido por várias vezes a esta Câmara no impedimento do presidente e do vice-presidente; deputado em 16 legislaturas; juiz e presidente da Relação de Lisboa; liberal combatente no "Batalhão Académico", — nasceu no Casal de Gumiei, da frèguesia de Ribafeita, no bispado de Viseu, em 3 de Janeiro de 1803, e faleceu em Lisboa, a 23 de Abril de 1866, quando ocupava o penúltimo dos cargos acima referidos

Era filho de Manuel Gomes da Silva Sanches e de sua mulher D. Páscoa Maria de Jesus Machado; neto paterno de José Gomes da Silva, natural do referido Casal e de sua mulher D Maria Teresa Sanches, natural de Serrazes; neto materno de Manuel Machado da Rocha e de sua mulher D. Rosa Maria Simões, ambos naturais do mencionado Casal. Dada a vastidão da sua biografia e as diminutas proporções do espaço de que dispomos, limitar-nos-hemos a enviar para a *Revista Contemporanea* (Vol. I, 1855) os leitores estudiosos que desejarem conhecer pormenorizadamente a vida do autor da carta inédita que adiante transcrevemos.

Escreveu:

Resposta á Carta que Panomio mandou inserir na "Minoria Constitucional" n.º 5. Coímbra, 1823;

Irreflexão, folheto escrito no exílio, em 1831;

Algumas inexactidões do "Additamento á curtissima exposição de alguns factos". Lisboa, 1847.

Casou em 27 de Novembro de 1845 com D. Carolina Augusta da Gama, filha de Faustino da Gama, par do reino, do conselho de S. M. F., comendador das ordens de N. S. Jesus Cristo e de N. S.ª da Conceição de Vila-Viçosa, e de sua mulher D. Maria Adelaide.

A Silva Sanches foi concedida carta de brasão de armas, por alvará de mercê-nova de 20 de Maio de 1865, no próprio dia em que escreveu a carta que vamos transcrever, sendo então ministro do Reino e interino da Fazenda. Escudo esquartelado: no 1.º e 4.º quartéis, as armas dos *Silvas*; no 2.º, as dos *Sanches*; no 3.º, as dos *Gomes*. Elmo, de prata, aberto, guarnecido de oiro; paquifes, dos esmaltes das armas; timbre, o dos *Silvas*.

D. Carolina Augusta da Gama, nasceu a 8 de Setembro de 1828 e, depois de enviüvar, foi agraciada com o título de condessa de Silva Sanches, em 2 vidas, por decreto de 1 de Maio de 1871, em memória dos serviços prestados por seu marido; por falecimento desta Sr.ª, herdou o título sua filha D. Carolina Júlia da Gama da Silva Sanches, que nasceu a 19 de Julho de 1847, e actualmente reside em Lisboa.

Henrique José Ferreira Lima, a quem esta carta é dirigida, do conselho de S. M. F., comendador da ordem de N. S. Jesus Cristo, secretário geral do distrito de Bragança, tendo servido várias vezes de governador civil interino, nasceu nesta cidade, no 1.º quartel do século XIX. Era filho do capitão de ordenanças Francisco José Ferreira Lima, que se distinguiu nas lutas contra os franceses em 1808 e de sua mulher e parenta, D. Rosa Joaquina de Castro; neto paterno de Henrique José de Lima e de sua mulher D. Inácia Jacinta Rosa Ferreira de Ledesma; neto materno de António Dias de Castro e Ledesma e de sua mulher D. Brites Inácia Henriques, todos naturais daquela cidade.

Casou com sua parenta D. Águeda Júlia Garcia de Lima, já viúva de seu irmão João Maximiano Ferreira de Lima e filha do dr. Jacinto José de Sá e Lima.

Henrique José era também irmão do notável jurisconsulto o 1.º visconde de Ferreira Lima (bisavô de Eugénio de Freitas, um dos autores destas notas) e deixou impresso o seguinte trabalho:

Relatório apresentado á Junta Geral do Distrito de Bragança, na sessão ordinaria de 19 de Fevereiro de 1877 pelo conselheiro secretario geral servindo de governador civil Henrique José Ferreira de Lima. Porto, Typogr. do *Jornal do Porto*, 1877, in 4.º, de 15 págs. e 34 inumeradas, de documentos.

Henrique José, devido ao alto cargo que exerceu, manteve

correspondência política com alguns dos mais eminentes estadistas do seu tempo' de muitos dos quais era amigo particular.

A pequena parte que hoje resta dessa correspondência, perteuce a Eugénio de Freitas, por oferecimento de seu tio, o coronel de engenharia Manuel de Campos Ferreira Lima, filho do 1.º visconde, e irmão do 2.º.

Da referida correspondência, que oportunamente iremos pu blicando neste *Epistolário*, transcrevemos hoje a seguinte carta inédita, bem demonstrativa da "libardade" que presidia às *saudosas* eleições, que Deus haja, tão *expressivas*, tão *significativas* do pensamento e da vontade da Nação.

A carta, que se encontra em perfeito estado de conservação, está escrita nas 2 primeiras páginas de 1 fôlha de papel liso, tarjado de negro; nela se refere Silva Sanches ao 1.º visconde de Ferreira Lima, de quem era íntimo amigo.

Lisboa, Junho de 1932.

EUGÉNIO DE ANDREA DA CUNHA E FREITAS
JOSÉ AUGUSTO DE MACEDO DE CAMPOS

Lxª 20 de Maio de 1865

Illmº Snr.

Confidencial
Reservada

Está V. S.ª agora interinam.te governando o Districto; não sei ainda se por pouco ou se m.to tempo o governará, por q. ainda não sei bem, se o G.or Civil sahiu por estar effectivam.te doente, se por outro motivo.

Tenho, porem de ha muito boas informações de V. S.ª m.to boas, e é Mano de um coll.ª meu, de quem sou intimo amigo.

Tudo contribue, pois, p.ª eu plenam.te confiar em q. V. S.ª ha-de ser tão inteiram.te leal ao Governo, quanto pela natureza do seu emprego de confiança lhe cumpre sê-lo.

Confio, portanto, q. lealm.te se occupará de dirigir

as eleições de modo, q. os eleitos venham apoiar a politica liberal progressista do Ministerio.

O Governo quer eleições livres, com accesso á urna inteiramente livre a todos os eleitores, e com a mais completa manutenção da segurança publica e individual.

Mas, guardando-se em toda a sua integridade estes preceitos de legalidade, deseja q. sejam reeleitos q.tos Deputados votaram pelo Governo, e que os eleitores não elejam os q. votaram contra elle.

E desejo q. o mais breve q. possa, me communique qual seja a opinião do Districto acerca das eleições, q.tos candidatos se apresentam em cada circulo, e quaes os q. teem mais probabilidades de serem eleitos.

Queira accusar-me logo a recepção d'esta carta, e acreditar q. sou com m.ta estima.

De V. S.a
A.o e Vr.

J. G. da Silva Sanches.

CONDES DA FLANDRES

o ler os trabalhos com que a Associação dos Arqueológos Portugueses comemorou o 5.º centenário da instituïção do Tosão de Ouro, os quais se inserem no vol. IX da revista *Arqueologia e História*, devidos a três dos mais brilhantes ornamentos dessa colectividade, srs. Luiz Chaves, Cunha Saraiva e Cardoso Gonçalves, recordei um curioso livro que possuo, onde se acham os retratos dos condes da Flandres, entre êles o de Felipe o Bom, o instituïdor da ordem militar que motivou a citada comemoração.

Julgo pois oportuno reproduzi-lo, tanto mais que creio essa gravura pouco conhecida entre nós.

Ao mesmo tempo reproduzirei também a efígie do príncipe português Fernando, filho de Sancho I, que em 1211 desposou a condessa Joana da Flandres, o qual, pelo seu valor, soube honrar o nome do seu país originário.

O livro a que me refiro tem por título: *Flandr a illustrata*, ab Antonio Sandero. Coloniae agrippinae. CIƆIƆCXXXXI.

É um *in-folio*, em língua latina, com a história da Flandres, onde se trata de glorificar os Felipes III e IV, de Espanha, 34.º e 35.º condes da Flandres, com ver-

EST. I — FERNANDO E JOANA, CONDES DA FLANDRES

sos panegíricos, em latim, de um Emmanuel Pimenta Lusitanus, apresentando mapas das províncias do seu

reino, e entre elas Portugal, que nessa data... já estava independente.

D. Fernando (est. I), nascido em 1188, conde da

EST. II—FELIPE O BOM, CONDE DA FLANDRES

Flandres pelo seu casamento, tendo tomado parte na coligação contra Felipe Augusto, de França, bateu-se na batalhade Bouvines (1214), onde recebeu vários ferimen-

tos, foi derrubado do cavalo e feito prisioneiro. Na batalha, quedurou mais de três horas, D. Fernando deu provas damaior coragem e persistência, mesmo vendo escapar-lhe a vitória.

"Il soutint cependant, diz Todière, jusqu'a l'extrémite l'honneur de la journée". *Philippe-Auguste*. Tours, 1867.

Na Flandres chamavam-lhe Ferrand. O conde da Flandres foi conduzido preso com cadeias de ferro, num carro, até Paris.

Conta um historiador, que a multidão, ao vêr passar os senhores, aprisionados e cheios de ferros, cantava:

"Quatre ferrands bien enferrés traînent Ferrand bien enferré".

E explica: "Os *ferrands* eram os cavalos castanhos que transportavam Ferrand, conde da Flandres". Seignobos, *Hist. du Moyen Âge*. Paris, 1917.

Foi levado para a Tôrre do Louvre, de onde saiu apenas no ano de 1227.

Em 1233 falecia em Noyon, sendo sepultado numa abadia de religiosas cistercienses fundada em 1226 por sua mulher, na Marqueta, povoação a nove quilómetros de Lille, onde ainda se veem restos do primitivo edifício.

Na gravura nota-se um anacronismo: o escudo português de D. João I com a cruz de Aviz (erradamente interpretada como lises), e os escudetes com cinco besantes cada um, número que só dêste rei em diante foi adoptado.

A condessa Joana (est. I) era denominada Constantinopolitana, por ser filha do conde Balduíno, fundador do império latino de Constantinopla.

Acêrca da gravura de Felipe o Bom (com quem casou a filha de D. João I, D. Isabel), vigésimo sétimo conde da Flandres, que ostenta o colar da ordem do Tosão de Ouro (est. II), nada se me oferece referir.

O escudo português desta época, por melhor conhecido no Condado foi, como se viu, aquêle que o artista adoptou para colocar junto da efígie do valoroso filho de Sancho I.

Pedro Vitorino
Conservador do Museu Municipal do Porto

JORNAIS

(NOTAS À MARGEM)

É vasta já a bibliografia jornalística portuguesa. Alguns nomes: Silvestre Ribeiro, Inocêncio, Silva Túlio, Carvalho Prostes, Brito Aranha, Franco Monteiro, Alfredo da Cunha, Maximiano de Aragão, José Germano da Cunha, Alfredo Luiz Lopes, Eduardo Coelho, Jordão de Freitas, Alberto Bessa, Martins de Carvalho, Pereira da Silva, Silva Leal, Tôrres de Carvalho, Cardoso Marta...

Mas a avultar dentre tôdos os beneditinos e dilucidativos trabalhos de Silva Pereira, *Os jornaes portuguezes* e *O Jornalismo Portuguez*, não falando no dicionário manuscrito que há uma quarentena de anos

dorme, no seio magro da Academia, o sono dos esquecidos.

*

Algumas breves notas à margem dêstes dois úteis livros...

1) MERCURIO PORTUGUEZ, começado a publicar em 1663 (Janeiro) e terminado em 1667 (Julho): abrange 58 números e, pelo menos, 4 variantes.

Assim, há duas edições do número de Fevereiro de 1663: a) «Fim.» b) "Fim. Taxada em sinco réis". Há duas também do número de Março: a) «Lavs Deo». b) "Lavs Deo. Taxada em sinco reis». Como há duas também no n.º de Setembro: a) "Lisboa. Com as licenças necessarias". b) Além desta indicação, mais: "Taixaõ este Mercurio em sinco reis. Lisboa, 20 de Outubro de 1663. Velho. Sylva".

O n.º extraordinário em espanhol, de Junho de 1665, foi impresso em dois papéis muito diferentes.

Há também uma reprodução do n.º de Julho de 1664, em tiragem muito reduzida, feita a expensas do visconde de Fonte Arcada, com um apêndice, no qual transcreve um artigo seu, inserto na *Sentinela da Liberdade* (10 de Dez. de 65) referente ao assunto.

Alguns jornais e publicações periódicas dos séculos XVII e XVIII não incluídos naquelas resenhas:

1) *Divertimento para hum quarto de hora*. Lisboa, 1787. 4 números.

2) *F lheto Universal*. Lisboa, 1764.

3) *Noticias catholicas e politicas de Inglaterra*. Lisboa, 1689 (16 de Setembro)

4) *Noticias da Alemanha e Inglaterra*. Lisboa, 1689 (15 de Fevereiro).

5) *Palestras criticas e semi-serias*. Lisboa, 1771.

6) *Caõ do cego*. Lisboa, 1789.

7) *Folheto Cotovia*. Lisboa, 1749.

*

Silva Pereira fixa em Janeiro de 1790 o comêço da publicação do *Correio Mercantil, Economico de Portugal*; Silva Leal, cujo catálogo possuo, marca a mesma data; Pereira da Silva e Franco Monteiro não o citam.

Tenho na minha colecção sete volumes de fólio, que vão do que presumo primeiro número, de 2 de Janeiro de 1787 a 31 de Dezembro de 1793.

Donde se infere que o jornal existia, pelo menos, três anos antes.

Vem de passo dizer que foi seu director durante bastante tempo João Carlos Morão Pinheiro, escrivão dos agravos da Casa da Suplicação e um dos patriarcas do jornalismo português.

*

Do *Archivo Popular* (1837-1842) fêz-se reedição dos números 1 a 33, 36, 38 e 40 do 1.º volume. Como se pode verificar a págs. 408 do n.º 51, de 17 de Dezembro de 1842: «Tendo-se concluido a reimpressão de todos os numeros que faltavam do *Archivo* achão-se á venda na loja...» ¿Como distinguí-los?

Todos os números da 2.ª edição foram impressos, natipografia de A. J. da Cruz, rua Larga de S. Roque n.º 60. Os sete primeiros números da 1.ª foram impressos na mesma casa, mas distinguem-se dos da 2.ª, entre outras, pelas seguintes diferenças:

Os n.ºs 1, 2, 4, 6 e 7 teem por subtítulo «semanário pintoresco», ao passo que nos correspondentes da 2.ª se lê "pinturesco". A subscrição dos n.ºs 3 e 5 da 1.ª é: "Lisboa: na typ. de A. J. C. da Cruz". (Seguem-se dois filetes tipográficos). Os da 2.ª: «Lisboa. Na typ. de A. J. C. da Cruz» (sem filetes). Há muitas outras diferenças no n.º 3, como por exemplo o título "O

Conde Caylus", etc. em 2 linhas na 1.ª ed. e em uma só na 2.ª (pág. 23); e no n.º 5, a pág. 40, *in fine*: «As assignaturas recebem-se....»(1.ª); e "vende-se e assigna-se..." (2.ª)

Na primeira edição os n.ºˢ 8 a 33 passaram a ser impressos na mesma Tipografia, mas na rua da Emenda, 60. Nos n.ºˢ 36, 38, 39 e 40 a tipografia é na Rua de S. José, n.º 140. Apenas os n.ºˢ 34, 35 e 37 não foram reeditados.

Suponho que bastam estas indicações para facilmente identificar as duas edições.

*

A Folha, revista literária que começou a publicar-se em Coimbra em 25 de Novembro de 1868, terminou em Abril e não em Fevereiro como diz Silva Pereira. Teve 5 séries: 1.ª de 20 números e 160 págs.; a 2.ª, de 12 n.ºˢ e 96 págs. começou em Janeiro de 1870; a 3.ª, igualmente de 12 n.ºˢ, iniciou-se em 24 de Janeiro de 1871; a 4.ª de 6, em 5 de Fevereiro de 1872; a 5.ª de 4, de 5 de Fevereiro a Abril de 1873. O último n.º não pode ser de Fevereiro, porque a págs. 32 há uma referência a 30 de Março e o n.º da minha colecção tem o carimbo do correio de «Coimbra $\frac{5}{4}$ 1873».

*

De *O Desengano*, de José Agostinho de Macedo, há 3 edições do primeiro número.

A primeira tem no frontispício as armas portuguesas em oval, circundadas por adornos tipográficos; a segunda, as mesmas armas em quadrado, sem enfeites; a terceira, com o frontispício igual ao da segunda, tendo apenas a diferença de não haver uma vírgula a seguir a *O Desengano*. Acresce que, no texto, o tipo é menor. Assim, a página 11 da 2.ª ed. abre por «prova-

dos» e a da 3.ª por «verdade», o que representa a diferença duma linha.

Do n.º 2 há também 2 edições. Basta ver a subscrição de págs. 11: a) Lisboa, — b) Lisboa.

Outra diferença: a primeira palavra dessa página: a) dasse, b) daese.

*

Beneficencia começou a publicar-se em 1 de Novembro de 1852, como afirma Silva Pereira, mas terminou em 1 de Maio de 1856 e não em 15 de Janeiro de 1854.

*

É raríssima a colecção completa de *O Japonez*, jornal de caricaturas saído em Lisboa em 1867. Silva Pereira fixa apenas a data «10 de Maio a Junho.» Silva Leal tinha só 3 números. A colecção completa compõe-se de 4, com data e numeração seguintes: n.º 1 (n.º 0, ano 5667), n.º 2 (n.º 1, ano 5667), n.º 3 (n.º 1, ano 11869) e n.º 4 (n.º 3, ano de 11869), respectivamente de 10 e 25 de Maio, 12 e 27 de Junho.

*

É muito rara também *A Tribuna do Povo*, a que *O Jornalismo Portuguez* fixa, erradamente, a data de 1 de Janeiro a Dezembro de 1855.

A colecção completa, porém, abrange duas séries: a primeira, que contém 40 números e que vai de 1 de Dezembro de 1854 a 2 de Fevereiro de 1856; a segunda, 25 números: 1 de Março a 13 de Setembro dêste ano.

*

Do *Diario do Porto*, que se publicou nesta cidade entre 18 e 28 de Maio de 1828, sucedendo-lhe a *Gazeta Official*, reïmprimiram-se, pelo menos, os n.ºs 2, 3, 4, 5, 7 (supl.) e 8.

Diferençam-se as duas edições do suplemento ao n.º 7, porque a segunda tem a mais, na subscrição, a palavra «Porto».

Distinguem-se os outros n.ºs porque as reedições teem a mais as palavras «Com licença».

*

Não anda citado em nenhum tratadista da especialidade o jornal *O Taquigrafo*, publicado no Pôrto em 1828 e destinado a arquivar apenas «o processo dos 4 dignos pares do reino».

Compõe-se do prospecto e dois números. A encimar o frontispício do 1.º número lê-se em letra ms. da época: «Não ha mais exemplar algum, pois se inutilizou este principio de impressão.»

¿ Será exemplar único o que possuo?

*

O jornal académico *Preludios litterarios* começou a publicar-se em Coímbra em 24 de Dezembro de 1858 e terminou em Janeiro de 1861 e não em Junho de 1860; como o *Escoliaste Politecnico* terminou a 15 de Junho e não de Abril.

A *Revista de Jurisprudencia*, começada em Dezembro de 1856, acabou em Janeiro de 1859 e não em Abril de 1858.

O Seculo 19 (Lisboa, 1856) terminou em Novembro e não em Março de 1857.

O Industrial Portuense vai de 31 de Março de 1845 a 28 de Fevereiro de 1846 e não de 31 de Maio de 1845 a 31 de Julho de 1853.

O Beija-flor publicou-se de 15 de Agôsto de 1838 a 3 de Abril de 1839.

O Correio de Londres terminou a 19 de Dezembro de 1810 e não a 2 de Outubro de 1809.

É possível que algumas destas notas aproveitem aos raros coleccionadores de jornais.

JORGE DE FARIA

CURIOSIDADES E INDICAÇÕES ÚTEIS E PRECIOSAS

EXTRAÍDAS DE PROCESSOS DO «ARQUIVO DOS FEITOS FINDOS»

M 1829 abriu-se audiência no juízo da Conservatória da Universidade de Coímbra e compareceu o procurador do conde de Anadia, visconde de Alverca, Manuel Pais de Sá, par do Reino, do conselho de Sua Magestade, deputado do Sereníssimo Estado e Casa de Bragança, comendador da ordem de Cristo, Mórdomo da Universidade de Coímbra, da Mòrdomia de Matozinhos, e disse que pedia citação de vários lavradores do prazo de Anadia para não ategarem as terras e vinhas sem deduzirem primeiro os direitos que pertenciam ao donatário, pagando-lhe, além de certos fóros, as rações do quinto, sexto, sétimo e oitavo, conforme os diversos casais de pão *na eira*, vinho à *bica da lagar*, linho *no tendal* e azeitona *ao pé da oliveira.*

Os citados responderam por seus procuradores que

o juízo era incompetente, visto que as terras de Anadia tinham juiz ordinário com tôda a jurisdição.

O juiz conservador mandou seguir as causas. Os lavradores agravaram do despacho para a Casa da Suplicação, que mandou que o conde juntasse carta dos privilégios concedida ao mòrdomo da Universidade.

Êsses privilégios consistiam no seguinte:

O conservador da Universidade era juiz privativo das suas causas, quer como autor, quer como réu; não podia ser nomeado para qualquer ofício ou cargo do concelho de Coímbra; não podia ser procurador, almotacel, sacador ou recebedor; não pagava para as fintas das fontes, pontes, caminhos, pedidos e empréstimos: não se lhe podia tomar casas, adegas, lagares, pão, vinho, palha, centeio, carneiros, bois, galinhas e cavalos; não dava boletos; não pagava jugada, portagem e coimas; não ia à guerra por mar ou por terra, salvo com o corpo da Universidade ou quando o Rei fôsse pessoalmente e gozava de todos os privilégios dos estudantes, doutores, lentes, oficiais e contínuos da Universidade —o mesmo gozando sua mulher, filhos e criados que êle sustentasse.

Em face desta carta, das opiniões de Pêgas, Pereira e Sousa, Bento Pereira (*Academia seu Respublica litteraria*) e Estatutos da Universidade, a Relação mandou que as causas seguissem para o juízo da Conservatória da Universidade e aí fôssem julgadas.

João Jardim de Vilhena.

PARA A ICONOGRAFIA DE SANTO ANTONIO DE LISBOA

Nos meus estudos dos "registos de santos" encontrei um "registo" conhecido e publicado já [1], mas em que talvez até agora não atentassem os iconografistas de Santo António de Lisboa.

No catálogo dos "registos de santos" da colecção de Aníbal Fernandes Tomaz, hoje no Museu Etnológico do dr. Leite de Vasconcellos (Jerónimos-Belém), e que eu cataloguei, há vinte e cinco exemplares, mais ou menos variados, dos "Gloriosos

---

(1) Em *O Archeologo Português*, XXI, Est. XIII, p. 44-45 e na sep. 14-15; e no *Tratado da Vida e Martirio dos Cinco Mártires de Marrocos*, do sr. António Gomes da Rocha Madahil, Coimbra, 1928, p. 142-143, que reproduz também a iluminura do códice da livraria de St.a Cruz, com o martírio dos franciscanos: nesta, o sultão, de coroa na cabeça, tem na mão direita a espada do sacrifício, e agarra com a outra o cabelo do primeiro mártir, (LX, LXI).

Santos Mártires de Marrocos, Protectores de Coimbra". (1)

Antes de prosseguir, devo confessar que no aludido catálogo não interpretei êstes "registos" como devia, pois os atribuí, não aos Mártires de Marrocos, a quem na verdade se referem, mas a outros cinco também mártires em Marrocos, induzido pela leitura da *Descripção do Re'no de Portugal*, de Duarte Nunes de Leão, p.-99 v. O sr. Rocha Madahil chama-me com gentileza a atenção para o êrro, nas notas ao *Tratado da Vida e Martírio dos Cinco Mártires de Marrocos*, p. 138 e seg. Quando fiz para o jornal de Lisboa *A Voz* a «nota etnográfica» de 17-I-1930, não conhecia ainda, e com pezar o digo, esta emenda, e persisti por isso no êrro; já, porém, na revisão que lhe fiz, para o livro em que reüni parte dessas crónicas etnográficas, dei pela confusão, embora ainda não conhecesse a obra do sr. R .Madahil. (2)

Ora, os exemplares da colecção de Frĩz Tomaz são todos êles referentes aos mesmos Mártires de Marrocos, Protectores de Coimbra. Observando-os e cotejando-os com outros de fora da colecção, parece-me estarem reünidos os tipos iconográficos a que obedecem os «registos» respectivos. Assim, permitem fixar três dêstes tipos:—1.º com a representação dos cinco franciscanos martirizados, postos em glória;—2.º com a mesma representação, a que foi acrescentada a cena do martírio (o grupo dos cinco mártires, como no 1.º tipo e, sob êles, paisagem deserta e torturada, onde se mostram as correntes da prisão e a espada do martí-

(1) *O Archeologo Português*, 1916 a 1924, vol. XXI (p. 30-94), XXII (345-385), XXIII (81-103), XXV (141-178) e XXVI (329-330). Sep "*Registos de Santos*", Lisboa, 1925.

(2) É a obra da nota (1) da pág. anterior. O livro meu a que me refiro, está anunciado desde 1930, ano em cujo verão o completei e revi, com o título, mantido em comum, de *Notas Etnográficas* (vol. I).

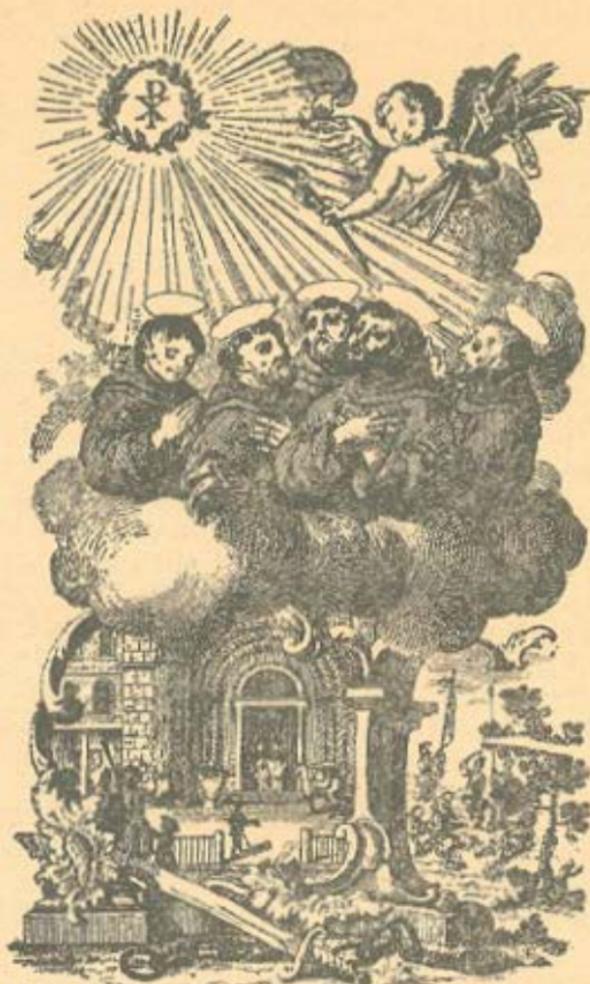
rio), o qual depois evolucionou para a representação exclusiva do martírio; — 3.º e talvez definitivo, com o portal do Mosteiro de Santa-Cruz de Coimbra ao centro e, ora do lado direito, ora do lado esquerdo, o episódio sucinto da degolação dos frades pelo próprio Sultão, o Miramolim das histórias, compêndios, notícias e tratados, que descrevem o suplício e foi identificado com Yousef-el-Mostansir por Pierre de Cenival [1]. Nos "registos", pelo menos em três com tôda a evidência, a dignidade do Sultão é designada pela coroa sôbre a cabeça. [2]

O terceiro tipo desenvolveu-se; vai aparecer diante do Mosteiro de Santa-Cruz a mulinha, que até Coimbra transportou as relíquias dos mártires e teimou em as levar para Santa-Cruz, quando o seu destino era ir com elas para a igreja principal da cidade, ou seja a Sé. A princípio, o portal da igreja é ainda episódico, embora ao centro em painel principal, e a mulinha está diante dêle, desacompanhada; por fim, o portal é o centro onde vai convergir tôda a cena, e os cónegos regrantes recebem nele a mulinha; ainda as personagens da cena ficam limitadas a estas, ou figuram nela o cortejo real, que até Coimbra acompanhou as relíquias, e o povo que as reverencia em-frente-do Mosteiro.

No "registo", que provocou esta nota, vemos os Cinco Mártires subirem ao Céu com as palmas do martírio, e serem recebidos festivamente pelos anjos, que os coroam de flôres na presença majestática de Deus, que lhes abre paternalmente os braços.

---

(1) Pierre de Cenival, *La mission franciscaine du Maroc*, artigo da col. *Saint François d'Assise, son oeuvre, son influence*, de H. Lemaitre e A. Masseron. Paris, ed. E. Droz, 1927.

(2) No livro do sr. R. Madahil estão incluídos dois "registos" dos Mártires de Marrocos; o primeiro de Debrie, p. 134-145, é do 2.º tipo; o outro de Acquisti, já mencionado, p. 142-143, é da última forma (3.º tipo, evoluído).

I — GRAV. DE CARPINETTI EM 1763, QUE PERTENCE AO 3.º DOS TIPOS ENUNCIADOS NO TEXTO

(pág. 219)

Em baixo, abre-se o portal de Santa-Cruz de Coimbra, ao meio da fachada do Mosteiro, de janelas gradeadas e volta redonda. Saem da igreja os cónegos agostinhos, e alguns estão já cêrca da mulinha, que leva atravessada no dorso a arca das relíquias sôbre almadraque pendente de través.

Do lado direito avança a luzida guarda-de-honra em cavalgada de cavaleiros armados de lanças, precedidos pelo rei D. Afonso II, de coroa ferrada no elmo alto, e pela raínha D. Urraca, também a-cavalo. O rei faz gesto de apresentação, (na verdade deve ser de admiração, pelo caminho que a mulinha, por si própria, tomava), erguendo o braço direito para os frades a indicar-lhes a mulinha, já alegremente choutante diante dêles e para êles.

Não há no "registo" menção dos instrumentos de suplício, nem se vê nele a cena do martírio.

Foi no reinado de D. Afonso II que êstes sucessos se passaram. Os cinco franciscanos dirigiam-se a Marrocos, a prègar a fé de Cristo; passaram por Coimbra, onde os acolheu piedosamente a raínha D. Urraca, e êles agasalharam-se em Santa-Cruz. Eram por seus nomes Acúrcio, Ajuto, Berardo, Otto e Pedro. Diz a tradição que, a pedido da raínha, predisse Fr. Berardo o martírio dêles todos, a trasladação das relíquias para Portugal por interferência de um princípe português e a morte da raínha após êstes acontecimentos. (1)

---

(1) Fr Marcos de Lisboa, *Chronicas da Ordem dos Frades menores do Seraphico Padre Sam Francisco*, 1.ª, P. liv. IV, cap. I-XXVIII (Lisboa 1615, T. I, fls. 127 v. a 139 v.) *Chronicas dos ministros e geraes da Ordem dos frayres menores*, ms. da Biblioteca Nacional de Lisboa (ms. iluminado n.º 94), escrito por Estevão Annes, de Vila-Franca; vid. *Boletim da Real Associação dos A. e Archeologos Portugueses*, 1895, 3.ª Série, T. VII, p. 48; e *Revista Lusitana*, 1902, vol. VII, p. 191 e ss. Livro cit. do sr. R. Madahil, cap. XIX (p. 44) XXII (p. 48) XXX (p. 49 a 59).

Foram êles martirizados a 16 de Janeiro de 1220: degolados, retalhados pelo Sultão, lançados fora da cidade de Marrocos, arrastados pelos Mouros, despedaçados, as relíquias foram recolhidas e levadas ao infante D. Pedro, irmão de D. Afonso II, que estava homiziado em Marrocos por desavenças entre os dois. O Infante saíu com as relíquias para Ceuta, e de lá embarcou para a Península, com destino a Portugal.

D. Afonso II, por as acolher condignamente, ordenou disposições para a recepção solene, entre elas a presteza de tôda a clerezia da cidade com suas cruzes. O rei, com a sua comitiva, dirigiu-se ao encontro das relíquias, fora da cidade. A raínha tomou de-carro o mesmo caminho. Regressaram a Coimbra a-pé no acompanhamento, e entraram pela rua da Figueira-Velha.

Vê-se a discrepância da crónica, revelada no *Tratado da Vida & martyrio dos cinco Martires de Marocos enuiados per são Francisco*, mandado fazer pelo Prior de Santa-Cruz, Geral da Ordem, trasladado para língua corrente, impresso em Coímbra em 1586, e reimpresso na Imprensa da Universidade de Coímbra em 1928, com notas do mencionado sr. Rocha Madahil. Discrepância entre a crónica e o "registo"; nesta, os reis são representados a-cavalo, e chegam diante-de Santa Cruz pelo lado oposto ao da rua da Figueira-Velha, por onde o cortejo entrou em Coimbra.

Agora observe-se o frade agostinho que, à-frente-dos outros cónegos de Santa-Cruz e, separado intencionalmente dêles, estende as mãos para a mulinha, representada sempre em atitude soberba de inteligência do precioso fardo. Os ossos dos mártires vieram em uma arca só, assim o diz o *Tratado;* excepto dois, em todos os "registos" da colecção de Frñz Tomaz se vê a mulinha com a arca transversa; nos restantes, leva duas arcas, dispostas paralelamente, ao com-

prido, a um e outro lado do dorso. (1)

Repare-se bem no frade, como os outros de hábito branco e murça negra: cinge-lhe a fronte resplendor brilhante; é êle quem levanta os braços para a mulinha, como a receber neles o precioso caixão funerário. Quis-se representar por certo alguém, que no mosteiro tinha preeminência.

¿Quem é?

É fácil a resposta, pelo estudo das circunstâncias em que êste acontecimento teve lugar. É, nem mais nem menos, *Santo António de Lisboa*, então no Mosteiro de Santa-Cruz de Coimbra, para onde passara do de S. Vicente-de-Fora, de Lisboa. Estava lá, quando os despojos dos mártires foram recebidos e depositados na igreja conventual dos cónegos de St.º Agostinho. "Sancto Antonio que sendo conego no mosteyro de sancta cruz no têpo que as reliquias dos sanctos vieram de Marrocos, tomãdo grãde deuacam de sua ordê se mudou a ella cõ desejos do martyrio destes sanctos, e licença de seu prelado cometeo",—lê-se no *Tratado*, cap. 33, pág. 65 da reïmpressão.

O exemplo e a proximidade dos mártires acrisolaram o misticismo do que foi no mundo Fernando de Bulhões e ia ser Santo António de Lisboa.

Trocou a sua ordem pela dos mártires, e assim ingressou na Ordem dos frades menores de S. Francisco, pelo que saíu de Santa-Cruz, para ir recolher-se ao ermo de Santo Antão dos Olivais, na mesma cidade de Coimbra.

A gravura, que motiva esta nota, é do século XIX, feita pelo buril hábil de A. Acquisti, formosa na composição e no pormenor, no realce do desenho e na perfeição da gravura a talho-dôce. Era «D. Miguel 1.º Juiz Perpétuo» da confraria dos «Gloriosos SS. MM.

---

(1) Colecção de Frñz Tomaz, Vol. I. pág. 120 e II. pág. 12.

de Marrocos» [1], em Coimbra, quando a gravura foi aberta, o que a reporta ao reinado dêste monarca (1828-1834).

O assunto foi tratado por outros artistas gravadores, como Carpinetti, Debrie, Raimundo J. da Costa, Godinho, J. J. Santos, e por gravadores e artistas populares, sobretudo de Coimbra. Nenhum, porém, o tratou com a grandiosa encenacão de A. Acquisti. Na capela de St.º António da igreja de Santa-Cruz, o painel de azulejos do século XVIII representa o Santo a receber as relíquias ao portal do Mosteiro.

Aí fica uma achega para a iconografia antoniana, que, completa, seria a melhor homenagem a prestar ao taumaturgo e ao grande espírito português, tão grande que, como às nossas navegações no mundo, os outros no-lo querem tirar para lhe chamarem seu.

Luiz Chaves

---

(1) Também anteriormente, em *O Arch. Port.* XXV, 150 e *Subsídios para a Hist. da Gravura* (p. 168) e por equívoco, aliás derivado lògicamente do outro da confusão dos Mártires de Coimbra com os de Lisboa, dei D. Miguel por juíz perpétuo desta confraria em Lisboa. Aqui o rectifico.

2 — GRAV. DE A. ACQUISTI, QUE PERTENCE AO 3.º TIPO DESENVOLVIDO. (págs. 223-224).

LOIÇA DE PÓ DE PEDRA

M pleno século XVI existiu em França, no modesto burgo de Oiron (Thouars-Deux Sèvres), uma fábrica de faïança que, empregando a pederneira calcinada na composição da sua pasta, conseguiu produzir peças de luxo do mais alto valor artístico. Essas peças, de pasta dura e sonora, que podem hoje ser admiradas nos museus franceses e em algumas colecções particulares, foram, durante muitos anos, erradamente chamadas de Henrique II. Perdera-se o rasto da fábrica que, fundada sob o patrocínio de Helena de Hangest-Genlis e dirigida por François Charpentier e Jean Bernart, desaparecera subitamente, duma forma misteriosa, depois de ter atingido o mais alto grau de perfeição.

Estava, porém, encontrado o processo de *cailloutage* ou *terre de pipe*, cuja descoberta, dois séculos

depois, viria a ser atribuída a Josiah Wedgwood, o Palissy de Inglaterra, incomparável artista e inventor do pirómetro que tem o seu nome e dos fornos de chama invertida, uns e outro hoje usualmente empregados nas fábricas de cerâmica.

De facto, foi Wedgwood quem, nas suas fábricas de Staffordshire criou, em 1763, a indústria do *cream ware* ou *Queen's ware* a que, em Portugal, se passou a chamar *pó de pedra* por, na composição da pasta, entrar, como disse, a pederneira calcinada (argila plástica, 85,4 ; silex, 13,0 ; cal, 1, 6).

Esta nova loiça, mais barata do que a da China e tão resistente como ela, rapidamente conseguiu conquistar todos os mercados, sendo tal a sua expansão que, só nas fábricas de Staffordshire, chegaram a trabalhar 20.000 operários !

Portugal seguira na esteira dos outros países e, nos fins do século XVIII, importava em larga escala a loiça inglêsa de pó de pedra ; deixara de se abastecer dos mercados de Sevilha, Valência, Génova, Venesa, Holanda e França e, como as loiças da China não podessem competir em preço com as inglesas e os produtos das fábricas nacionais de faïanças, a-pezar de devidamente apreciados sob o ponto de vista artístico, não suportassem o calor, estalando e fendilhando com facilidade, rapidamente se generalizou entre nós o uso duma loiça que, além de sólida, era leve, bem apresentada e económica.

O lançamento de direitos proïbitivos não conseguiu suster a importação, sendo constantes os pedidos de lealdamento, ou isenção de direitos, à sombra do qual se faziam constantes despachos.

Então, o Professor Domingos Vandelli, sábio naturalista, inteligente e de invulgar iniciativa, que, como técnico ceramista, já prestara as suas provas na fábrica de faïança de Santa Clara em Coímbra, monta em

Vila Nova de Gaia, na *Real Fábrica do Cavaquinho*, a primeira manufactura portuguesa de loiça de pó de pedra, conseguindo privilégio exclusivo para tal indústria (alvará de 7 de Fevereiro de 1787).

Os produtos desta fábrica atingiram também um elevado grau de perfeição, chegando mesmo as suas loiças de uso doméstico a rivalizar com as congéneres inglêsas.

Tenho á mão um curioso livro manuscrito, datado de 1793 e que pertenceu à livraria dos Viscondes de Balsemão:

"*Analizes, ou Extracto Compreensivo que enserra os elementos Historicamente raciocinados de hua Pauta de Alfandega ou Tarifa Methodica das suas avalliações na mayor parte dos generos comerciaveis com a descripção rellativa a cada hum em particular e as reflexois anexas porporcionadas ao objecto de que se trata*". (Formato 0,215x0,282, 332 págs., das quais 12 em branco. Autor, Manuel Joaquim Rebêlo).

No capítulo dedicado a «Louça» fala da fábrica do Rato e refere-se a «...outras miseraveis fabricas de louça, tão indigna que era afronta desta capital...», não nos dando a mais leve notícia sôbre a fábrica de Vandelli, o que nos leva a crêr que a sua expansão comercial se deve ter dado só depois de 1793. (1)

Do referido livro transcrevo, textualmente, por as julgar dignas de serem arquivadas, as listas dos preços correntes da loiça de pó de pedra inglesa nos fins do século XVIII:

---

(1) Sôbre a fábrica do Cavaquinho e a acção de Vandelli dentro da indústria nacional, acção que bem merece ser reposta no lugar que lhe compete, aguardemos o aparecimento do anunciado e exaustivo trabalho do sr. Ramiro Mourão.

«LOIÇA DE MÊSA

			£ x. p.
«1 terrina comprida com tampa sem prato	13	polegd	4.
«1 ditta	12	»	3.
«1 ditta	11	»	2. 6
«1 ditta	10	»	2.
«1 ditta	8	»	1. 6
«1 ditta	6	»	1.
«1 mostardeira prato tampa e colher		»	8
«1 prato comprido	18	»	1. 6
«1 ditto	17	»	1. 3
«1 ditto	16	»	1.
«1 ditto	15	»	10
«1 ditto	14	»	8
«1 ditto	13	»	6
«1 ditto D.º covo	15	»	10
«1 ditto	14	»	8
«1 ditto	13	»	6
«1 ditto Redondo	16	»	1.
«1 ditto	15	»	10
«1 ditto	14	»	8
«1 ditto	13	»	6
«1 ditto D.º covo	15	»	1.
«1 ditto D.	14	»	8
«1 ditto	13	»	6
«1 selladeyra comprida	12	»	8
«1 ditta	11	»	6
«1 Bacia de barba e jarro			1. 2
«1 Pennico b.º			3
«1 Jarro e bacia de mãos			2.
«1 duzia pratos de Meza			1. 4
«1 duzia D. covos p.ª sopa			1. 4
			£ 1. 15 »

Sendo, então, de 3.600 rs. o valor da libra esterlina, importavam estas peças em 6$300.

UM PAR DE BOIÕES DE FARMÁCIA
E TINTEIRO DE LOIÇA DE PÓ DE PEDRA

(Fábrica do Cavaquinho — Pôrto)

«LOIÇA MIUDA P.ª CHÁ E CAFÉ

	£	x. p.
«1 duz. de chavenas Sorte de Londres com seis pires		10
«1 duz. dittas com aza		10
«1 duz. dittas Sorte de Irlanda	1.	
«1 duz. chicaras de chiculate aza e pires	1.	3
«1 duz. chavenas g.des com pires	1.	3
«1 duz. D.as de quartilho D.º	1.	6
«1 duz. de Tigelas de Lavar sem pires	2.	
«1 Bulle marca meam		2
«1 Caffeteyra de Canada		4
«1 Assucareiro tampa e prato		2
«1 Bilha de Leyte piquena		1
«1 Manteygueyra de bico		1
«1 Ditta com tampa e pires		7
«1 Caneca de 1/2 canada sem tampa		3
«6 Salleyros sem tampa		10
«1 Tigela de quartilho tampa aza e prato		3
	11.	5 »

ou fôssem, ao câmbio referido, 2$055 rs. da nossa moeda.

Uma dúzia de pratos de mesa Wedgwood custava, portanto, em Inglaterra, 240 rs., sendo êste o valor *industrial* que, pela mesma época as fábricas de faianças de Gaia e Pôrto atribuiam a igual quantidade de pratos de sua manufactura.

Bons tempos...

Porto — Junho, 1932.

VASCO VALENTE

MUITO TRABALHO PARA NADA

(OU: COMO SE COLAVA UM SACRISTÃO)

EM Dezembro de 1821, Fr. Pedro de S. Francisco, menor observante da província de S. João Evangelista dos Açôres, que obtivera um breve para sua perpétua secularização no bispado do Funchal, requeria ao Rev. vigário capitular e geral da mesma diocese, o cónego-provisor dr João Manuel de Couto Andrade, "implorando submissamente" que lhe fôsse concedido património da sacristia da igreja-colegiada de Santa Maria Maior desta cidade [1], em virtude de ter falecido o Rev. Clemente Fernandes Velosa, "que possuía seu título patrimonial".

(1) Foi esta a primeira freguezia do Funchal e ficava situada junto à ribeira de João Gomes, donde o primitivo nome de N. Sr.ª do Calhau. A terrível aluvião de 1803 destruiu-a. O local é actualmente praça de automóveis.

Na portaria da actual igreja há uma lápide assinalando a pa-

Éste requerimento, apenso ao respectivo auto, recebeu o seguinte informe do escrivão da Câmara:

Illmo e Ex.mo Snr. Vigario Capitular

"Tendo falecido o Rev.do Clemente Friz. Veloza, que possuia seu Titulo Patrimonial na Sachristia da Igreja Collegiada de Santa Maria Maior desta cidade, não consta, que fosse provido outro algum ordinando na mesma sachristia.

F.al 18 de Dezembro de 1821.

De V.a S.a
o mais obediente subdito
José Joaq.m Montr.o Cabral"

Recebeu aos 20-XII-821 a provisão em que o atraz citado vigário capitular e geral do Bispado fazia saber

---

róquia e relembrando aquela formidável catástrofe:

HIC LAPIS INDICAD
Liberalitatem senatus
et populi
Hanc Ecclesiam
Fidelissimo Principi Regenti
offerentium
in locum parochiae
per inundationem aquarum
distructae
Anno Domini
MDCCCIII

À entrada está o sepulcro dum bemfeitor:

Aqui está sepultado
o P. M. Roiz da Costa, Ben.do da
igr. de Nossa S. do Calhao
Nosso Irmaõ e Bemfeito-
r desta S. Casa A. 1705

que Fr. Pedro de S. Francisco carecia de património para se secularizar, segundo o breve pontíficio que recebera — e continúa: «Pelo que, atendendo ao exposto Hey por bem de prover ao referido supplicante...... na mencionada sachristia para effeito de poder secularizar-se com a clausula e obrigação porem de obrigar-se a servir a Igreja neste Bispado, e lhe concedo licença para vinculação em patrimonio da congrua, q. lhe compete emquanto não tiver outro titulo Patrimonial....» No verso desta provisão está lavrado o despacho do promotor Soares em que êste diz que o sacristão deve ser colado na sua sacristia.

Auto de collação

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oithocentos e vinte e hum, aos vinte e nove dias do mes de Dezembro do referido anno, nesta cidade do Funchal Ilha da Madeira, em as cazas de rezidencia do Illmo. e Rmo. Snr. Vigario capitular Doutor Provizor, e vigario Geral deste Bispado onde eu Escrivão coadjutor da Camara Ecclesiastica fui, e tendo (?) ahi na prezença do ditto Senhor compareceo o Patrimoniado Rdo. Frei Pedro de São Francisco, e por elle foi (dito) ao mesmo Senhor fosse servido collalo na Sachristia da Igreja Collegiada de Santa Maria Mayor desta cidade em que tinha sido provido para lhe servir de Titullo Patrimonial, como se manifestava destes autos. E logo o referido Senhor o admitio a fazer a Protestação da Fé, e prestar em suas mãos juramento na forma, que se contem no capitulo *Ego e N. de jurejurando*, havendo-o assim, e pela impozição do Barrete, que sobre sua cabeça lhe poz, por collado na ditta Sachristia na forma de direito e costume para lhe servir de Titullo Patrimonial, com a clauzula e obrigaçam porem de servir a Igreja neste Bispado, ao que elle collado se sogeita, e obriga desde já de

que tudo fiz este aucto que assino com o mencionado Illmo. e Rmo. Senhor, e Testemunhas abaixo tãobem assignadas. José Joaquim Monteiro Cabral, Escrivão Coadjutor da Camara Eclesiastica o escrevy e assignei.

Coutto.—R. F. Pedro de S. Francisco—Antonio d'Ave Maria—Man.^{l} Fernandes Nobriga—Jose Joaq.^{m} Mont.^{o} Cabral.

Pg. duzentos e vinte reis de sello. F.^{al} 2 de Janeiro 1822.

Afonseca.—Bayam.

Do punho do vigário geral Couto e por êle firmados, vem a seguir os «Conclusos», em que «concede em vista da resposta do Promotor a congrua de vinte mil reis separados da congrua que S. Mag^{e} concede annualm^{te} ao Sachristão desta Igreja Collegiada» e dá por legitimo e canonico o seu patrimonio mandando que «sejalhe dada posse».

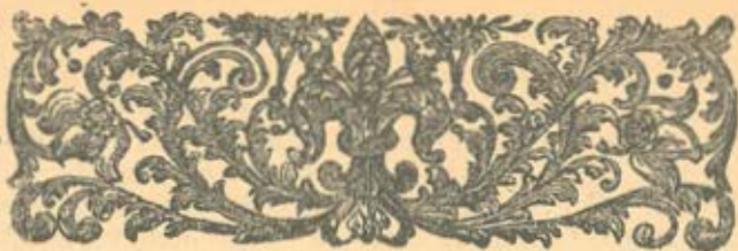
No dia imediato, isto é, a 10 de Janeiro de 1822, tomava Frei Pedro de S. Francisco posse do cubiçado lugar.

Todo êste processo lhe custou a «importante» soma de 10.308 reis, assim distribuida:

Auct.	100	
Rub.	28	
Alvará de P.	800	
Tr.^{s} e R.	200	
Auct. de Coll.	2480	
Cart. de Coll.	6400	
		10008
	Ao R.^{do} M.	200
	D.	100
	S.	10.308

Sylva.

A carta de colação foi, como vêmos, o que lhe custou mais caro.

FERNANDO DE AGUIAR

A CASA DE TAVAREDE

RANCISCO de Almada e Mendonça, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercício, alcaide-mór de Marialva, comendador na Ordem de Cristo, senhor da vila de Ponte-da-Barca, juiz geral das Coutadas e desembargador do Paço, era casado em 1800 com a senhora D. Antónia Madalena de Quadros e Sousa, senhora de Tavarede e padroeira do convento de S.to António da Figueira.

Haviam-se unido duas casas nobres, fidalgas de grandes tradições e ricas em propriedades, pensões e foros.

As quintas de Tavarede, os foros e os fornos da Figueira-da-Foz do Mondego; os direitos da Murraceira e de Lares, com as suas propinas, os seus dez moios de cevada, os seus seis moios de milho, as suas duzentas galinhas, as suas doze carradas de palha; os foros da fazenda do Senhor da Chan, em Tavarede; os rendimentos da alcaidaria de Marialva; os rendimentos da vila de Ponte-da-Barca; as pensões da comenda de S

Martinho-do-Bispo; as pensões do Consulado, as de um por cento do açúcar na Alfândega da côrte e as da casa das Carnes; as primícias de duas capelas vinculadas, as rendas das casas da rua da Quintinha e do Poço Novo e as acções da Junta da Companhia dos Vinhos do Pôrto, constituiam a propriedade da casa senhorial de Francisco de Almada e Mendonça, irmão de outrem, que, com o mesmo nome, foi por muitos anos ministro de Portugal junto do Vaticano e mais tarde agraciado com o título de visconde de Vila-Nova-do-Souto-de-El-Rei. Eram ambos filhos de João de Almada e Melo, antigo ministro em Roma, que deixou uma importantíssima livraria, que veio engrossar o valor da casa do alcaide-mór de Marialva.

Por morte dêste, que deixou dois filhos — Ana Felícia de Quadros e João de Almada de Quadros e Lencastre, barão de Tavarede, por mercê do Príncipe Regente D. João, a sua viúva tomou conta da administração de tôda a propriedade, mas a breve trecho viu que lhe era impossível, a-pezar de ter um filho barão e uma filha casada com um desembargador, dar conta do seu encargo de maneira a resultar o maior rendimento.

Requereu então à clemência régia uma *administração especial*, que lhe foi concedida.

Essa administração, com os maiores esforços, pôs a casa em ordem e conseguiu ser considerada um modêlo de gerência. Por morte de D. Antónia, quando os filhos tomaram conta da herança, acharam a propriedade de tal modo aumentada, que por muitos anos se falou da casa de Tavarede como se falava da casa de Bragança ou da casa de Cadaval.

Mas o que aconteceu com a casa de Tavarede foi uma excepção na história geral das administrações de propriedades senhoriais; porque se nela houve despezas grandes a satisfazer, nunca foi preciso contraírem-se empréstimos, aumentando-se assim os rendi-

mentos e, por tanto, em benefício do depósito em cofre; noutras casas as despezas eram enormes e, para as satisfazer, recorria-se aos empréstimos, quási sempre feitos com os rendeiros, o que tornava problemático o rendimento certo das propriedades, visto que êles pediam diminuïção do pagamento da renda e concessão de certas pitanças, fogaças ou primícias.

Como o administrador era sempre um juiz togado que, independentemente de consulta à Casa da Suplicação, mas com adjuntos da sua confiança, podia julgar os processos que a casa intentasse ou contra ela intentados e podia ordenar coercivamente o pagamento das rendas em dívida, ao princípio tudo ía muito bem. Resolviam-se as dificuldades, reformavam-se os alugueis, aumentavam-se as coimas, nada se desperdiçava. Mas os anos decorriam, as necessidades da vida cresciam, obrigações contraídas, empréstimos forçados, desmanchavam o equilíbrio financeiro e, para o restabelecer, era preciso chamar credores e combinar com êles rebates ou moratórias. A-pezar disso, o desequilíbrio era constante, e só com uma grande redução de despesas ou a venda de uma propriedade a casa podia viver sem dificuldades.

Uma *administração especial* naquele tempo, na capital ou províncias, compunha-se de: administrador (juiz togado, de cujo despacho dependia todo o andamento dos assuntos); curador (algumas vezes juiz, mas entendido em rendimentos de propriedades e nos frutos que elas melhor pudessem produzir); tesoureiro (arrecadador das receitas, conhecedor do estado do cofre e muitas vezes opositor a certas despezas necessárias, mas dispensáveis, no seu entender); procurador (espécie de citote, promovendo as hastas, recomendando as terras, recolhendo os frutos e vigiando o pagamento.

Em Lisboa, o pessoal da casa administrada compunha-se quási sempre de capelão, médico, advogado, cirurgião, mordomo, estribeiro, cosinheiro, moço da co-

A CASA DE TAVAREDE

ANTES DE SER REFORMADA

pa, moço dos recados, criado de mesa e criado da tábua, além da criada da câmara, covilheira, açafata e outros criados com vários mesteres.

Por êstes dois quadros se vê qual devia ser a importância necessária para pagamento dos ordenados. Depois, era preciso atender às mensalidades, que os proprietários deviam receber para alimentos, para vestuário, para exercício da caridade, para auxílio a pensionistas e para despesas de representação.

Depois das despesas obrigatórias havia as eventuais, tais como: educação das filhas e seus dotes de casamento; instrução dos filhos e seus auxílios para as embaixadas, para as fileiras do exército ou para os cargos na côrte.

Quási sempre eram as viúvas, — inermes de fôrça e de prestígio —, que requeriam essas administrações, e se algumas vezes elas fôram pedidas por homens, fôram-no por morte dos ascendentes e quando havia causas a resolver, para as quais era preciso um juiz privativo, que se transformava pelo decorrer do tempo em administrador especial.

Nos *Feitos Findos* existem muitos processos de administração dessas casas senhoriais desde o princípio do reinado de D. Maria I até ao advento do Constitucionalismo.

A leitura dêsses processos é muito interessante e a transcrição de muitos dêles daria ocasião a conhecer-se do estado financeiro daquelas casas, avaliando-se assim o estado de espírito em que os administrados viviam sem saberem o que possuiam, dependentes do administrador e não podendo satisfazer os seus caprichos e fantasias sem o despacho favorável daquele, depois de consultado o curador, que por sua vez ouvia o tesoureiro e o procurador.

O sr. Dr. A. Mesquita de Figueiredo, muito digno conservador da Biblioteca Nacional e coleccionador afanoso

de tudo quanto se relaciona com a Figueira-da-Foz e seu concelho, pôs à nossa disposição uma série de informações sôbre a família dos Senhores de Tavarede que nós gostariamos de publicar. Mas como o espaço é pouco, por hoje limitâmo-nos a dar notícia da administração da casa senhorial, ficando para outra vez a a história dessa casa.

João Jardim de Vilhena

JUNQUEIRIANA

FORA DE HORAS

Uma noite, já tarde, Guerra Junqueiro e Coelho de Carvalho saíam do Grémio Literário, quando repararam num Lovelace que, ao alto das escadinhas de S. Francisco, gargarejava para um terceiro andar. Junqueiro aponta-o com a *badine* e clama:

Ei-lo erguido no tôpo da rampa
reclinado no seu *paletot*;
de pequeno criado na tr...,
só conhece os pasteis do *Cócó*.

Coelho de Carvalho pôs-se em defeza, supondo que ia haver colisão; mas o Lovelace deitou a correr pelas escadinhas abaixo. Em cima, no terceiro andar, fechou-se uma janela, de estalo.

J. B.

NOMENCLATURA DE RUAS

(DANÇAS E MUDANÇAS)

ORQUE entendemos merecer a carta que segue a mais larga notoriedade e porque está na índole da nossa da revista, aqui a deixamos arquivada (1):

«Meu prezado amigo

Os jornais de hoje trazem uma notícia alarmante. Dizem, em resumo, que uma comissão de escritores e artistas (!!!) vai pedir à Câmara eborense que dê a uma rua da cidade o nome da romancista Diana de Lys, que aí nasceu.

¿E a Câmara de Évora que vai fazer? Não sei; mas a avaliar pelo proceder das suas congéneres, tira a uma

---

(1) Foi dirigida a E. Guerra Geraldo, chefe de redacção da *Democracia do Sul*, de Évora, e publicada no n.º 4413 dêste diário, de 30 de Julho passado.

das ruas da urbe o seu nome histórico e tradicional e cola-lhe o nome da falecida escritora.

¡E os jornais informam uma enormidade destas sem um comentário, sem um protesto, como se fôsse a coisa mais natural dêste mundo!

Devo declarar—*mea culpa!*—que nunca li uma linha sequer da benemérita senhora. E' possivel que tenha escrito páginas perfeitas, que eu perco em não conhecer: mas não li. Chame-se, porém, a homenageanda (passe o neologismo) Diana de Lys ou Carolina Micaëlis, Inês de Castro ou a Padeira de Aljubarrota —um português que o seja deveras não pode consentir em tal.

¿Pois nunca mais acaba, neste jardim da Europa, o desafôro de mudar os nomes às ruas? Parece que não. Raro é o dia em que, ao folhearmos um jornal de grande informação, não verifiquemos que em sessão de tantos, a Câmara de tal resolveu substituir por êste e aquêle nome os desta e daquela rua... ¿Quando acabará esta loucura, esta rajada de insânia que desgrenha as cabeças dos vereadores em Portugal?

E, por via de regra, ¿que recebem as ruas em troca dos seus nomes perdidos, nomes que são às vezes episódios históricos, fóros de nobreza e antiguidade, alusões a factos e pessoas doutras eras, localização de mesteres—que sei eu? Um nome charro, incaracterístico, dum qualquer Zé dos Anzois, brazileirotede torna-viagem ou politicão de manhas, dum antigo deputado ou influente local que conseguiu uns contos de réis para uma fonte ou para uma estrada!

—Mas, oporá alguém, um homem dêstes pode ser um benemérito...

Pode, sim senhor, ¿e quem o contesta? E o caso, *nesse caso*, é de fácil solução. Quando houver um cidadão ou cidadã a memorar, como agora, esperem que se rasgue uma nova rua, praça ou avenida, se não teem

à mão obra feita, e colem-lhe na esquina o nome benemérito. (1) ¡Mudar nomes antigos, nunca!

O nome antigo duma rua é uma coisa sagrada. Já em tempos, num artigo não me lembra onde publicado e em idêntica circunstância, eu citei Anatole France, que apodava de criminoso quem alterasse as velhas toponimias, porque se os antigos assim baptizaram as suas ruas, praças, bêcos e vielas, é porque desejavam que assim se ficassem chamando para todo o sempre. ¡Os mortos mandam!

E então quando se trata de Évora, a cidade-museu, como justamente lhe chamam; a cidade-maravilha, onde em cada recanto lembramos um passado mais belo do que o safadíssimo presente; a cidade-encanto, que viu cortejos triunfais e foi repouso e prazer de reis; a cidade ressurreição, onde os nomes estranhos — *Mouraria, as duas Alcárcovas, Mesquita, Infantes, Cicioso, Lança e Dardo, Amas do Cardeal, Alfaiate da Condessa* ¡e tantos, tantos mais! prendem os olhos extáticos do viajante, — eu digo, como o grande Anatole, que chega a ser um crime, um crime de lesa-arte, de lesa--tradição, de leso-bom-senso, um crime que revolta os mortos dentro dos sepulcros, tocar num só dos letreiros da cidade.

---

(1) De longe vem a maldita costumeira de substituir a nomenclatura tópica. Há 46 anos, escrevia o arqueólogo Borges de Figueiredo:

«Esta mania de mudar os nomes das ruas, praças e largos, que actualmente se tornou epidémica, é muito extravagante. Pois porque, se querem celebrar algum personagem notável a qualquer respeito, não impoem o nome d'elle a qualquer rua que de novo se rasgue? Para que ir alterar designações que conservam antigas memorias, e que tão uteis são muitas vezes para averiguação das coisas que passaram?» *Coimbra antiga e moderna*, Lisboa, M. D. CCC. LXXX. VI., pág. 119.

¿Que diria hoje quem escreveu estas palavras?

¡Os Deuses nos livrem da afronta! Dentro em pouco êsses letreiros, em vez de significarem uma grande, uma nobre página de história e de lenda, seriam uma procissão de figurões, muito respeitáveis, talvez, mas que nada diriam à razão nem ao sentimento do visitante. E a cidade perderia uma das suas maiores belezas, que, quando mais não fôsse senão por motivos de turismo e de interêsse local, lhe convém conservar.

E como ainda é em Évora que se teem sucedido vereações com o bom critério de aceitar o sagrado princípio de não afrontar os mortos (e nisto teem dado um exemplo muito para seguir) esperamos, todos quantos amamos as coisas belas do Passado, que êsse critério continuará.

Desabafei. Que o meu bom amigo, e a Imprensa daí, e a Câmara, e Grupo Pró-Évora, todos, enfim, os que algum dia se enamoraram da nobre cidade hispânica, juntem os seus ao meu protesto.

Com um afectuoso abraço do seu muito devotado amigo

Cardoso Martha.

Lisboa, 27 de Julho."

POEIRA DOS TEMPOS

XXXII — A MORTE DE JUDAS

"Sabbado de alleluia, no Largo do Chafariz da Bolla, junto a Belem, uma grande quantia de populacho, conformando-se com o tradicional e antiquissimo costume de muitas partes da Christandade, entendia no supplicio do apostolo traidor, representado por um madraço de um boneco mal ageitado, mas não falto de sua apparencia humana. É o Terreiro vasto; não havia passar corda de lado a lado; no meio lhe-arvoram uma especie de mastro, uma das pontas della se-lhe-amarra ao tope, a outra a uma janella; no meio se-pende o condemnado por pública sentença dada ha 1842 annos, e sempre e em mil sítios desde então repetida e executada.

"Contra elle se-tiravam pedras e choviam pauladas, ao som das injurias classicas, dos alaridos rituaes. Ondeava e volteava nos ares o padecente; — ia e vinha a corda sacudida; — estremecia e vacillava o poste; mas todos os olhos e vontades estavam embebidos no alvo da execução: a ninguem occorria a idéa de um perigo, senão

quando o madeiro mal hasteado, cedendo aos violentos empuxões, desaba para o lado da turba, na queda apanha debaixo de si a uma pobre criança, e a-despedaça: derramou Judas pela segunda vez o sangue do innocente.»

Revista Universal Lisbonense, tômo I (1842), pág. 321.

XXXIII — LETREIROS DAS RUAS

«Quem ha que, muitas vezes, não tenha dito mal á sua vida, por não poder ler um lettreiro de uma rua! Este inconveniente cresce de ponto, quando se procura a rua por altas horas da noite. . . . .

. . . .

«Por esta occasião lembraremos á Camara um meio de evitar que os lettreiros se apaguem tão facilmente: vem a ser: escreverem-se os nomes das ruas em azulejos em fundo branco, e collocarem-se em cada lado da rua.

«Fazemos esta lembrança, porque já a vimos posta em pratica na *Rua do Cura*. O nome da rua está escripto em azulejos brancos em lettras de um roxo carregado.(1) O branco resplandecente do azulejo, junto ao reflexo do vidro, contribue muito para que, á menor porção de claridade, em qualquer noite se possa ler distinctamente o nome da rua.»

Rev. Universal Lisbonense, n.º 28, de 17 de Maio de 1849.

---

(1) Ainda existe êste letreiro. — N. da R.

XXXIV—¿QUEM DESCOBRIU A AMÉRICA?

«Na gazeta intitulada *Correio de Londres*, nos mezes de Março e de Julho, ou talvez de Maio de 1805, ha duas Memorias (não estou certo em que dias), as quaes tratam e evidentemente provam que não fora Christovão Colombo o descobridor da America, e sim um flamengo ao serviço de Portugal, em tempo do rei D. João II. Dizem as memorias que o tal flamengo, em prémio da descoberta, fôra armado cavalleiro por mão do mesmo rei, que então estava em Almeirim, e contam miudamente a circumstancia, dizendo que Colombo houvera indirectamente a derrota e a Carta tirada pelo flamengo (cujos originaes se conservam na Bibliotheca de Berlim) depois da morte d'este. Estas Memorias não são suspeitosas, porque são escriptas por inglezes, que nunca concedem a Portugal senão o que lhe não podem deixar de conceder.»

Revista Universal Lisbonense, n.º 27, de 10 de Maio de 1849.

XXXV—REIS DE ARMAS, ARAUTOS E PASSAVANTES

. . . .

«Temos tres de cada um destes officiaes; e seus nomes são.—Rei d'armas Portugal, arauto Lisboa, passavante Santarem.—Rei d'armas Algarve, arauto Sylves, passavante Lagos.—Rei d'armas India, arauto Goa, passavante Cochim».

. . . .

In *O Panorama* n.º 126, de Lisboa, 28 de Setembro de 1839.

CARTAS

AINDA "OS BROCAS"

I

Meu caro sr. Gusmão Navarro

Num artigo muito curioso que o ilustre colaborador da "Feira da Ladra", snr. Gomes Monteiro, publica no 3.º n.º do 4.º volume a propósito de *Os Brocas*, romance que Camilo anunciou, mas nunca escreveu, afirma-se, entre outras cousas muito curiosas que *Os Brocas* "seria alicerçado numa forte base científica, constituindo um aglomerado de atenuantes às faltas gravíssimas dos Correia Botelho".

No meu artigo, também publicado na «Feira» e intitulado *Camilo e a Loucura*, procurei esclarecer a impossibilidade em que se encontrava o Romancista de realizar qualquer trabalho em que existisse um sábio rigor analítico, claramente baseado em concepções de ordem científica.

Camilo era um escritor de emoção e síntese e jàmais poderia ter sido um raciocinador exacto de problemas científicos valorizados por uma dialectica literária, que êle entanto possuía no mais alto grau.

Êste é, na minha modesta opinião, o motivo por que Camilo não chegou nunca a escrever *Os Brocas*. Era-lhe psicològicamente impossível realizá-lo.

É interessante salientar contudo a impotência do estilista genial do *Amor de Perdição*, para a construção minuciosa dêsses baixos relevos detalhados em que se estuda a loucura e outras perturbações psíquicas, que tão em moda se encontram hoje, e que já fêz a glória do grande escritor alemão Hermann Hungar, com êsse extraordinário documento humano em que se estudam todas as deficiências e anormalidades de ordem psíquica, que se verificam nos *Sous-Hommes*.

Pedindo-lhe a publicação desta, fico

sempre ao seu dispor

F. Alves de Azevedo

II

...Sr. Director da *Feira da Ladra*:

O n.º 3, tômo IV desta interessante publicação, traz um curioso artigo firmado pelo Sr. Gomes Monteiro sôbre *Os Brocas*, roromance que Camilo não chegou a escrever.

Tal artigo vem acompanhado dum esbôço de árvore genealogico-psiquiátrica relativa a êstes parentes do egrégio romancista, esbôço do próprio punho de Camilo e que segundo, depreendo, é inédito e de alto valor para a sua biografia e estudo psicopático. No esbôço aparece uma operação enigmática: 16× 16—256.

O autor do artigo classifica isto de sugestão do papel necessário para o estudo *Os Brocas*, à razão de 16 fôlhas de 16, ou de 256 páginas. Não posso concordar.

Admirador dêste grande vulto das letras nacionais, para logo me chamou a atenção esta operação misteriosa; e depois de várias ponderações concluí que tem origem muito outra. Explico o que penso.

Não é provável que Camilo fizesse antecipada conta das páginas dos seus escritos. Tal não era do seu temperamento, sendo até raro encontrar essa precaução em qualquer outro escritor, êsse como que limite forçado à pena que discorre sob a inspiração.

Camilo era um dos mais apaixonados e doutos genealogistas do seu tempo; e, portanto, um perito nesses trabalhos. Dominado pela leitura de Maudsley, procurou resolver casos tristes da sua ascendência e por êles prever, estudar o que se daria nos seus descendentes: J (Jorge) e N (Nuno), referindo-se a êste último aquela nota desoladora no fim do esbôço.

Ora temos que o número de ascendentes é progressão geométrica à razão de 2, lei que não ignoram os que estudam estas questões.

Camilo sabia por consequência que, na sua linha ascendente, havia êstes graus e número de pessoas:

GRAUS	N.º DE PESSOAS
1.º—Pais	2
2.º—Avós	4
3.º—Bisavós	8
4.º—Trisavós	16
5.º—4.os avós	32
6.º—5.os avós	64
7.º—6.os avós	128
8.º—7.os avós	256

Ora 256 é o produto de 16×16. E os termos da progressão, a partir de 16, são ou podem ser representados por 16×2×2×2×2=16×24=16×16=256. Em qualquer linha, *mas aqui a paterna*, tinham os dois infelizes Jorge e Nuno 256 ascendentes. ¿ Até onde o levaria a sua investigação desoladora ?

Maudsley veio lançar na alma dilacerada de Camilo uma cruciante perturbação. Os dizeres do esbôço, a letra, o confirmam.

Sustento, pois, salvo o respeito por opinião contrária, que a multiplicação sibilina 16×16 foi traçada por um genealogista apaixonado como o era Camilo; ¿ e quem sabe se êsse produto 256, o demoveu a não dar a lume os estudos relativos a *Os Brocas*? Acresce que os quatro primeiros graus são chamados *os quatro costados*. Camilo talvez ainda quisesse ver até onde podia ir a sua tão lamentável desventura ..

Desculpe-me V. . . . a ousadia dêste parecer, certo de que só pretende esclarecer um caso que muita luz pode lançar, quando decidido definitivamente, sôbre os lances mais crueis da vida do saudoso romancista.

Creia-me

de V. . . . etc.
MANUEL SILVA

Póvoa de Varzim
23-7-932.

O «MALABAR»

Meu. . . .amigo

Em adição ao artigo do sr. Ferreira Lima sôbre o aeronauta Robertson:

O ilustre académico fala do programa da 2.ª ascenção, mas não nos diz (julgando êste pormenor sem importância), que nos intervalos o *Malabar* divertia o público engulindo espadas de grandes dimensões.

O *Malabar* (assim alcunhado porque quando chegou a Lisboa trajava um casaco escarlate e usava um turbante na cabeça) chamava-se Luiz Cossoul e do seu casamento com a sobrinha do aeronauta, que se chamava Virgínia, teve três filhos, um dos quais foi o célebre maestro e violoncelista Guilherme Cossoul, que morreu em Lisboa, ainda em nossos dias.

É o que diz Benevides na sua obra, *O Real Theatro de S. Carlos.*

Creia-me, etc.

J. de V.

LIVROS
& REVISTAS

DAR-SE-HÁ NOTÍCIA DE TÔDAS AS PUBLICAÇÕES DE QUE FOREM ENVIADOS DOIS EXEMPLARES À DIRECÇÃO DÊSTE MENSÁRIO.

—Os Lusíadas de Luís de Camões

Mais uma edição dos *Lusíadas*, organizada com singular competência pelo dr. Cláudio Basto, veio acrescentar o pecúlio dos camonistas, pilotar os que se entregam ao estudo da obra camoniana e ensinar os alunos das escolas portuguesas.

É vulgar dizer-se que, na arte de escrever, tudo quanto seja obscuro ou confuso é defeito insanável; que uma obra de arte que, para ser compreendida, há mister ser interpretada ou comentada, não é decisiva obra de arte, ao alcance de tôdas as inteligências e de tôdas as sensibilidades.

Todavia, Camões não deixa de ser um poeta pelo facto de ser explicado e comentado. É que Camões é um escritor antigo apresentado ás gentes de hoje e a explicação do seu poema incide mais no arcaísmo dos termos, da construção sintática e na embrulhada mitológica, do que no abstruso das concepções e na exteriorização das ideias. Lá porque a sua obra necessita de comentários, nem por isso diminuem as figuras literárias de Gil Vicente, de Dante, de Shakespeare, que os seus temporâneos muito bem entenderam e aplaudiram.

O dr. Cláudio Basto, sendo o mais recente explicador dos *Lusíadas*, alinha de facto entre os valiosos, pela sensata reposição do texto, racional pontuação, critério no aclarar dos passos dúbios ou difíceis e seguro exame filológico.

Assim os eruditos (que também ali teem que apro-

veitar, mau-grado a negativa do ilustre professor), os escolares e o público, em geral, correspondam a êste esfôrço benemérito.

Edição de *Maranus* (Pôrto), excelente.

— *Inconfidencia Mineira (1789)*

A-pezar da numerosa literatura versando êste assunto, ainda êle não está esgotado. Confirma esta asserção um trabalho do Rev. Manuel Ruela Pombo, de que saiu agora o 1.º fascículo, impresso em Luanda, onde êste nosso colaborabor dá notícia de numerosos documentos existentes na Bibl. Nacional de Lisboa (secção ultramarina) e se ocupa da sorte que correram em África os que a sentença para lá deportou, entre os quais se contam duas figuras de vulto nas letras portuguesas — Tomaz Gonzaga e Alvarenga Peixoto.

O nosso aplauso à obra benemérita daquele operoso missionário, que o é duplamente — da Igreja e da História. Pena foi que no sumário do texto dalguns documentos tivesse sido omisso em demasia, esquecendo-se também de citar nalgumas cartas o sinatário e noutras o destinatário, ou ambas as coisas na mesma carta.

— *Á margem dos Nobiliários*

Numa elegante edição, onde o bom gôsto começa logo na capa, de sóbrio título em gótico a vermelho e negro, deu-nos o dr. Vasco Valente, bem notório no mundo dos forrageadores de antigualhas e novidades históricas, uma série de comentários, de grata leitura, a figuras da nossa história e seus bracejados genealógicos. Além de valiosas transcrições de documentos, ilustram-

-na curiosas reproduções de retratos, tapeçarias, pedras-de-armas, exlibris, etc.

Recomendamos o simpático voluminho a quantos se interessem por coisas do Portugal velho.

—As pinturas das armadas da India

Incansável trabalhador, Frazão de Vasconcelos trepa agora menos às árvores... genealógicas, para subir mais às gáveas das velhas naus dos descobrimentos. E devemos confessar que se tem revelado um investigador consciencioso e atilado, como o provam, entre outras páginas, a brochura que, com aquêle título já de si sugestivo, separou duma revista oficial onde pela primeira vez foi estampada.

Pelos títulos dos capítulos — *As pinturas do palácio da Fortaleza*, em Goa, *O livro de Lizuarte de Abreu* (perdido) e *O «Livro das Armadas»*, se apura a importância desta contribuïção do sr. F. de V. não só para a nossa história artística, como para a do nosso domínio nas partes da Ásia.

— A colecção Osório

É também uma separata o folheto que, com êste rótulo, o sr. dr. Pedro Vitorino, nosso ilustre colaborador, recentemente publicou. Nele se dá notícia da galeria de pinturas que em 1911 o benemérito Ferreira Osório legou à câmara do Pôrto.

Historiando o caso, o dr. P. V. deixa escapar algumas considerações amargas, mas justas, visando a má organização do Museu Municipal do Pôrto, revelada,

entre outros factos, no de Junqueiro ter doado as suas colecções ao Museu de Lisboa.

Uma lista (pôsto que deficiente), pela 1.ª vez impressa, dos quadros legados ao Museu, enriquece esta separata.

— Vida maravilhosa de Santo António de Lisboa

Pedro Correia Marques, pela sua cultura, pela forma arguta com que encara e ataca as questões, criou justamente um nome no jornalismo português. Nunca, porém, atirara à publicidade um livro. Aqui temos agora esta vida de St.º António para as crianças... e para homens feitos, porque o li com prazer.

Linguagem chã e despretenciosa como convém; narrativa fácil; relêvo dos episódios; comento leve e insinuante dos milagres e virtudes—tudo isto junto à simpática edição que Tom ilustrou com simplicidade e justeza, fazem do livrinho um encanto. Recomendamo-lo a quem tiver a seu cargo a educação de crianças.

— Olarias de Muge
— A pedra de cobra

O dr. J. A. dos Santos Júnior é um novo; não sei mesmo se alcançou a trintena. O seu amor ao estudo, porém, é de tal ordem, que já leva consigo uma numerosa bagagem científica. Aqui temos uma separata dos *Trab. da Soc. Port. de Antropol. e Etnologia*, onde pormenoriza, com fino critério etnográfico e justa observação, o trabalho dos oleiros de Muge, no Ribatejo, descrevendo peça por peça os aparelhos de olaria, e assim

mesmo os produtos da loiça regional que dali derivam para vários pontos do país.

Alguns desenhos do autor e fotografias completam o texto.

*

Com o dr. J. Bethencourt Ferreira, ainda Santos Júnior estudou, num artigo da *Rev. Lusitana* de que tirou separata, as «pedras de cobra», ou «pedras Bezoar», aconselhadas como anti-tóxico decisivo em mordeduras de víboras e outros ofídios peçonhentos.

Trabalho bem abonado de textos antigos e modernos, *A pedra de cobra* é achegas valiosas para um futuro e quanto possível perfeito *corpus* da medicina popular portuguêsa.

— *Uma águafortista do século XVII.*

Com a sua habitual competência, ocupa-se o sr. dr. Luiz Xavier da Costa, a quem a história da arte portuguesa deve notáveis serviços, da figura de Josefa de Ayala, mais conhecida por Josefa de Óbidos, encarando-a como gravadora a água-forte, numa conferência feita o ano passado no Museu N. de Arte Antiga, que foi agora dada à estampa.

Pouco numerosa é a obra de Josefa de Ayala neste ramo artístico, ou, pelo menos, poucos trabalhos chegaram até nós. No entanto, o ilustre investigador esgota o assunto, estudando-o com ciência e critério, ilustrando o texto com reproduções dalgumas águas-fortes. Um *apenso*, com dados referentes à obra e à família da célebre pintora seiscentista completa e enriquece o volume, de que se tiraram apenas 300 exemplares.

Edição sóbria e elegante.

— Os Vencidos da Vida.

Muito se tem falado e escrito dêste célebre grupo, de que participavam alguns dos maiores nomes das nossas letras e da selecta sociedade do seu tempo. Eça, Junqueiro, Ramalho e Oliveira Martins, por exemplo, e para só citar êstes, foram do número.

O que ninguém disse nem escreveu foi o que o dr. Manuel da Silva Gaio, poeta e crítico de raça, trouxe a lume uma pequena brochura com o título que encabeça estas linhas, historiando o grupo, descrevendo-lhe a acção e os intuitos e focando com superior análise cada um dos personagens, em conjunto e individualmente.

Não se pode dizer mais, nem melhor.

—Notas para a história do jornalismo em Elvas

António José Tôrres de Carvalho, jornalista e bibliófilo, em boa hora se lembrou de publicar a monografia do jornalismo elvense, e devemos dizer que se saíu da tarefa bizarramente. Em fascículos sucessivos, deu circunstanciada notícia de 48 publicações periódicas, que teem vindo a lume na celebrada praça fronteiriça. Pena é que o exemplo não seja seguido na maioria das cidades provincianas, o que seria uma excelente contribuïção para a história local.

— Touros e Toureiros em Portugal

Quer como crítico tauromáquico, quer como historiador de toureiros e festas de touros, o nome de Car-

los Abreu é o duma autoridade. Não me admiro, pois. de que o seu anuário tenha sido bem recebido e de que a venda tenha sido larga.

Tanto o toureiro profissional como o amador, tanto o emprezário como o público aficionado, ali teem um guia seguro do ofício e dos *seus ossos* e uma larga cópia de informações, que se repetirão, espero-o, por muitos anos.

—A medicina popular em S. Simão de Novais
—Folclore de S. Simão de Novais — Orações
—Medicina popular minhota

Não é assunto êste da medicina, dos mais tratados em folclore. Há muitos anos que Cláudio Basto nos promete uma história da Medicina Popular em Portugal, mas, até agora, não tem passado de promessas, e é pena.

Ainda bem que um ou outro folclorista vem dando a lume o que vai encontrando, e nesse caso está o Dr. Fernando Pires de Lima com esta brochurinha, separata das actas do XV.° Congresso Intern. de Antropologia, reunido em Portugal no verão de 1930.

*

Do mesmo autor e em separata do n.° 1 da revista *Pátria*, aqui tenho uma nova contribuïcão folclórica com o 2.° dos títulos acima, exibindo um mostruário abundante de orações populares, tôdas colhidas naquela risonha localidade, embora muitas, com ou sem variantes, sejam comuns a todo o país.

Muito há a esperar do dr. Pires de Lima, que em tão verdes anos se mostra atencioso a trabalhos de investigação desta natureza, tendo sabido explorar

com cuidado e inteligência a farta seara etnográfica que é S. Simão de Novais (Famalicão).

*

De colaboração com Alexandre de Lima Carneiro, publicou ainda o dr. P. de Lima *Medicina popular minhota*, em separata do vol. 29.º da *Rev. Lusitana*. Nada acrescentarei ao que acima escrevi, senão que preenche o folheto um abundante receituário em que, como sempre sucedeu (¡que o digam os processos da Inquisição!) a superstição intervem quási sempre à mistura com medicamentos que a medicina moderna tolera e até por vezes aceita.

—*Terra brava* (versos).

A *Musa ao volante*, vinda a lume há coisa de dois anos, deu a J. Frederico Brito uma certa aura de notoriedade. E justa, devo dizê-lo. Porque *Terra brava*, a que o seu autor antepôs uma carta de Teixeira de Pascoais, é um livro onde se manifesta a grande sensibilidade lírica e faculdades criadoras de quem o escreveu.

O livro no geral, é todo bom; mas sobretudo dentro da quadra, género popular, é que Frederico de Brito está à vontade e onde melhor demonstra os seus dotes de graça, espontaneidade e frescura de inspiração.

—*Os santos populares: S. António, S. João e S. Pedro*

O Dr. Luiz de Oliveira Guimarães deu à estampa uma conferência feita no ano passado e fêz bem. Tudo

quanto seja contribuir para o estudo do nosso folclore ou para a sua vulgarização, é um acto de patriotismo muito para louvar.

Em 45 págs. nos dá o dr. O. G. uma síntese do papel que os três santos de Junho desempenham na vida do nosso povo, ilustrando o texto com a reprodução de alguns curiosos registos antigos.

— Aos homens de bem!

Por duas vezes Crisóstomo Cruz, jornalista português que no Brasil tem prestado altos serviços ao seu país, se viu acusado na imprensa de se ter naturalizado brasileiro. Este folheto, bem abonado de documentos do estado português e brasileiro, quebra os dentes dos seus detractores, que certamente não voltarão a salteá-lo com o bacamarte da calúnia.

PARA BREVE

Está em distribuição o fascículo especime dum *Dicionário de Bibliografia Portuguesa*, utilíssima publicação que Carlos Coímbra organiza e Gusmão Navarro edita. Feito sôbre um plano inteiramente novo, êste dicionário propõe-se não só registar todos os livros e outras publicações até hoje vindas a lume em Barbosa Machado, Inocêncio, Brito Aranha, Figanière, Anibal Fernandes Tomaz, Martins de Carvalho, Seabra de Albuquerque, Martinho da Fonseca, José e Manuel dos Santos, D. Manuel de Bragança e outros, como, tambem apresentar-se sob a forma de verbetes perfurados, de modo a poder ser acrescentado em cada autor, à medida que novas obras tenham que registar-se, ou mesmo intercalar novos autores.

Tanto a imprensa como os amadores de livros e as bibliotecas e arquivos do Estado, teem recebido com agrado a nova publicação, cujo n.º especime está em distribuïção na sede desta revista e nas principais livrarias de Lisboa, Pôrto e Coimbra.

*

Anuncia-nos a importante livraria fluminense J. Leite & C.ª a próxima aparição do vol. *O Rio de Janeiro do tempo dos Vice-Reis*, da autoria do poeta e jornalista Sr. Luiz Edmundo. A seu tempo daremos notícia dêste livro, que interessa a portugueses e brasileiros.

REVISTAS RECEBIDAS

—*Arquivo de Documentos Históricos* Lisboa, 1931-32.

Publicado e dirigido pelo editor da *Feira da Ladra*, sr. Gusmão Navarro, retomou novo caminho esta publicação ou antes, esta série de publicações, de que estava há muito publicado um apreciável volume: *Cartas do Conde de Tarouca*.

Agora está em via de conclusão a 2.ª edição das *Arvores de Costado*, de Canais de Figueiredo, propondo-se dentro em breve o sr. G. N. completar as séries *Vária*, *Documentos medievais*, *Habilitações do S. Ofício*, *Cartório da Câmara Eclesiástica de Lisboa*, *Ementas das Ordens Militares*, *D. Flamínio*, *Cartas de brazão inéditas*, *Justificações de nobreza*, *Árvores de costados modernas* e *Habilitações da Ordem de Malta*.

Os títulos dispensam comentários. E como o programa é bom, mas vasto, às gentes desta iniciativa desejo um esplêndido sucesso.

— *Portvcale* — Pôrto, 1932.

Tenho presente o n.º 25, 5.º vol., desta esplêndida revista, que insere colaboração do dr. Leite de Vasconcelos, Braz Burity, Rodrigo de Sá Nogueira, Ferreira de Serpa, Cláudio Basto, etc.

— *Revista de Arqueologia* — Lisboa, n.ºs 1 e 2.

O Sr. Cordeiro de Sousa, já conhecido e apreciado dos escabichadores de velharias, epigrafista reputado, que honra o nome dum pai ilustre por muitos títulos, trouxe a lume esta publicação, que, por muitos títulos também, merece a atenção dos que se dedicam a êste ramo da história — a arqueologia.

Mestre José Leite de Vasconcelos, Sousa Viterbo (artigo póstumo), D. José Pessanha, Felix Alves Pereira, Ferreira de Serpa e Garcez Teixeira iluminam com a sua erudição as páginas desta revista.

— *Revista de Philologia e de História* — Rio-de-Janeiro, 1932.

Continua a sua rota benemérita de divulgação científica esta revista, a melhor publicação cultural no seu género que se estampa no Brasil, em edição da importante livraria J. Leite & C.ª. Como igualmente interessa o português e o brasileiro, para o primeiro chamamos a atenção dos estudiosos.

No fascículo I do tômo II, que temos presente, destacam-se, entre outros, os nomes laureados de Afonso de Taunay, Afrânio Peixoto, Sousa da Silveira, Augusto Magne, etc.

—*Arquivo Histórico da Madeira*— Funchal, 1932.

Presente o n.º 1 do 2.º vol. desta revista, em que o seu director, o nosso colaborador dr. Cabral do Nascimento, continua a desentranhar do riquíssimo Arquivo Municipal do Funchal preciosíssimos documentos, de alta importância para a história da Madeira.

—*Arqueologia e História*— Vol. IX. Lisboa, 1932.—

Saiu o vol. IX desta valiosa publicação da Ass. dos Arqueólogos Portugueses, inserindo estudos dos srs. Luiz Chaves, Cunha Saraiva e Cardoso Gonçalves.

—*Diogo Cão*—Luanda, 1932.

Revista ilustrada de assuntos históricos. N.ºs 1 a 3. Publicação, que em boa hora o nosso colaborador sr. P.e Ruela Pombo trouxe a lume, destinada a divulgar factos e documentos que com o nosso império ultramarino se relacionem.

Nos 3 n.ºs que temos recebido com regularidade, há muito que apreciar, embora por vezes desejássemos que a seriação e exposição dos assuntos fôsse menos confusa e congestiva.

No entanto só temos que aplaudir o sr. Ruela pela sua corajosa iniciativa e agradecer-lhe as palavras amáveis que no 1.º n.º da revista dirige à *Feira da Ladra*. Da melhor vontade esta lhe concede a bênção pedida—¡e que lhe sirva de viático para o caminho a percorrer!

— *Boletim do Arquivo Histórico Militar* — Lisboa, 1931.

Saiu o n.º 2, sob a direcção do nosso distinto colaborador, sr. coronel Ferreira Lima. Destacam nele as correspondências diplomáticas trocadas pelo general Bernardim Freire de Andrade e a Junta Provisional do Supremo Govêrno com o alto comando do exército britânico em Portugal, bem como a trocada em 1810 entre Lord Wellington e D. Miguel Pereira Forjaz.
Grosso vol. de 316 págs.

— *O Tripeiro*. Pôrto, 1932.

Bairrista até à medula, como o nome indica, esta revista portuense continua a sua carreira, cumprindo honestamente o programa que se impôs perante os seus compatrícios e perante o país, — proporcionar-lhes o conhecimento histórico e arqueológico da grande cidade nortista.

*

Recebemos e agradecemos mais as seguintes publicações:

Arquivo Nacional — Lisboa
Bibliografia — Lisboa
Cabaceiro (O) — Santarém
Comercio (O) de Vizeu
Correio do Minho — Braga
Correio do Sul — Faro
Despertar (O) — Coímbra
Democracia do Sul — Évora
Dos Préios — Lisboa
Eco Macaense — Macau
Era Nova — Lisboa
Jornal da Beira — Vizeu
Linha Geral — Leiria

Lusitania — Rio-de-Janeiro
Patria Portuguesa — Rio-de-Janeiro
Presente e Futuro — Lisboa
Reportagem — Coímbra
Semana (*A*) — Funchal
Setubalense (*O*)
Sintra Regional
Tradição — Vila-da-Feira
União Nacional — Luanda
Verdade (*A*) — Pombal
Voz (*A*) *da Justiça* — Figueira-da-Foz

O TERCEIRO VOLUME DA BIBLIOTECA DA "FEIRA DA LADRA"

Distribuímos com êste n.º da *Feira* os três últimos oitavos da peça de teatro popular *Os Pastores em Belém*, edição revista e judiciosamente comentada pelo nosso ilustre colaborador sr. Rocha Madahil.

Com o 1.º n.º do 5.º volume, iniciaremos a publicação duma série de cartas, que o pastor luterano Ruders escreveu de Portugal para o seu país, enquanto foi capelão da legação sueca em Lisboa, no fim do século XVIII e começos do seguinte.

Estas cartas foram em tempos publicadas, em tradução portuguêsa do falecido poeta António Feijó, no *Diario de Noticias*, de Lisboa. É de lamentar seria que, dado o efêmero da vida dum jornal, ali ficassem para sempre sepultadas e desconhecidas de quási tôda a gente.

Nelas perpassa, como em fita de cinema, a sociedade portuguesa dos tempos da Rainha Piedosa; e se não teem o recorte literário nem a ironia doirada das epístolas beckfordianas, sobrelevam-nas porventura no detalhado das descrições, critério sensato das pessoas e dos acontecimentos e imparcialidade de apreciação.

Fim do Tomo Quarto

ÍNDICE

OS ARTIGOS PRECEDIDOS DE ASTERISCO, SÃO ACOMPANHADOS DE GRAVURAS.

* *Aeronautas (Os) Robertson em Portugal*, por Henrique de Campos Ferreira Lima 54
«Amante (O) Liberal», por Manuel de Sousa Pinto . . 138
Baptizado (O) da princesa da Beira D. Maria Teresa, por António Caldeira Pires 62
* *«Brocas» (Os) — Romance que Camilo não chegou a escrever*, por Gomes Monteiro 102
Camilo e a Loucura, por F. Alves de Azevedo . . . 85
Cartas (de Alves de Azevedo, Manuel Silva e J. de V.) . 249
* *Casa (A) de Tavarede*, por João de Vilhena . . . 234
* *Como se ganhou Calena*, por Henrique de Campos Ferreira Lima 97
* *Como se perdeu Calena*, por Gomes Monteiro . . . 25
* *Comunicado (Um) amoroso*, por Carlos Coimbra . . 127
* *Condes da Flandres*, por Pedro Vitorino 204
Curiosidades e indicações úteis e preciosas, por João Jardim de Vilhena . . . . 19, 75, 113, 165 e 215
Epistolário:
V — *Como se desinfectava um arquivo* (Carta de Gregório José de Seixas), por J. J. V. 31
VI — *Sebastianismo* (Carta de Fr. Bernardino de Sena), por Santos Farinha 33
VII — *Uma «cunha» miguelista* (Carta da condessa de Bardi), por A. G. N. 81
VIII — *Da velha farmacopeia* (Carta de Edmund Bach), por A. C. P. 83
IX — *O brio de Fernandes Tomaz* (Carta de Manuel Fernandes Tomaz), por Rocha Martins . 130
X — *Uma carta inédita de Junqueiro*, por João Barreira 134
XI — *Vieira pintando em Roma* (Carta de Vieira Lusitano), por C. M. 170
XII — *A franqueza de Camilo* (Carta de Camilo Castelo Branco), por António Tavares de Carvalho . . 175
XIII — *Pedro IV* e *Luiz XVIII* (Carta de D. Pedro de Alcântara), por C. M. 198

XIV — *As eleições «livres» de 1865* (Carta de J. G. da Silva Sanches), por Eugénio de Andréa da Cunha e Freitas e José Augusto de Macedo de Campos . . . 200
* *Esqueleto (Um) em bolandas*, por Jaime de Balsemão . . . 66
Estudante (O) no cancioneiro popular, por Fernando de Castro Pires de Lima 49
Exéquias (As) de D. João V, por Ernesto Soares . . . 145
Famílias (As) Curvo Semedo e Chatillon (Duas cartas), por Matos Sequeira e João de Vilhena 95
Felipa (D.) de Vilhena e uma sua filha, por C. M. . 15
Glória reflexa, por Fidelino de Figueiredo 185
História Colonial (Carta), por Manuel Ruela 183
Jornais (Notas à margem), por Jorge de Faria . . . 209
Junqueiriana — Fora de horas, por J. B. 238
Junqueiro bricabraquista, por Guilherme Felgueiras . 161
Livro (Um) curioso, por Luciano Ribeiro 89
Livro (Um) sôbre a «Comana», por João Jardim de Vilhena 191
Livros & Revistas 249
* *Loiça de pó de pedra*, por Vasco Valente. 225
* *Matricida (A) Maria José*, por Pedro Vitorino . . . 70
* *Milagre (O) de Martinacha*, por José da Cunha Saraiva 42
Muito trabalho para nada, por Fernando de Aguiar. . 230
Nomenclatura de ruas (Danças e mudanças), por Cardoso Martha 239
«Ora não se perca a Casa dos Bicos!», por Carlos Santos 122
* *Para a iconografia de Santo António de Lisboa*, por Luiz Chaves 217
Petição a D. Miguel, por J. V. 157
Piscos (Os) de Sezimbra, por Matos Sequeira . . . 107
* *Poeira dos tempos* . . . . 47, 93, 141 e 243
Problemas bibliográficos (II), por Mendes Madeira . 155
Propósito (A) dos Feitos Findos, por D. Tomaz de Almeida 37
* *«São Pedro» (O) de Tôrres-Vedras*, por R. Salinas Calado 118
* *Sepultura (A) da marquesa de Ravara no cemitério de Benfica*, por J. M. Cordeiro de Sousa 124
* *Silhuetas do século XVIII*, por C. M. 177
* *Simbolismo (O) na arte medieval* (Excerpto), por D. José Pessanha 197
Três anos depois, pelo Director e Editor 5
Tripeça (A) humana, por J. A. Pires de Lima 6
* *Últimas vontades de Brotero*, por João de Coimbra . 10

Assinatura:
6 números, 20 esc.

Número avulso
4 escudos

Redacção e Administração:
Rua de Santa Ana, à Lapa, 77